

SANTA VITÓRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

C.N.P.J. 09.942.071/0001-88

Relatório da Diretoria

Table with columns for Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, and Demonstração de Fluxo de Caixa. It shows financial data for 2021 and 2020, including assets, liabilities, income, and cash flows.

Table titled 'Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido' showing the change in equity components like Capital Social, Reservas, and Lucros.

1. Contexto Operacional A companhia Santa Vitória Empreendimentos e Participações S.A. sediada no Estado de São Paulo tem como principal objetivo funcionar como holding. Detém o controle acionário das seguintes empresas abaixo relacionadas: Cerâmica Carmelo Fior Ltda...

2.1. Base para preparação As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda durante o resultado do exercício. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas...

2.2. Consolidação das demonstrações contábeis As demonstrações contábeis Consolidadas incluem as da Santa Vitória Empreendimentos e Participações S.A. (Controladora) e suas controladas, das quais ela detém o controle, de forma direta ou indireta. Para efeito da consolidação foram eliminados: i) os saldos das contas a receber e a pagar entre as empresas consolidadas...

2.3. Demonstrações contábeis individuais Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à empresa nas alterações dos ativos líquidos da investida...

2.4. Conversão de moeda estrangeira Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas das demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. B. Transações e saldos As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações...

Table showing the breakdown of Receitas Líquidas (Net Revenue) by segment: Cerâmica Carmelo Fior Ltda, Pisoforte Revestimentos Cerâmicos Ltda, and Horizonte Aluguel de Máquinas e Equipamentos Ltda.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa São apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Caixa e equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos de renda fixa e/ou em títulos curtos vigentes na data de sua aquisição...

2.6. Provisões Passivas Provisões são obrigações ou passivos contingentes, determinadas de provisões para imposto e contribuições e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às provisões para o risco de crédito de clientes, o risco cambial decorre de operações comerciais, bem como ativos e passivos reconhecidos na data da transação...

2.7. Provisões Ativas Provisões são obrigações ou passivos contingentes, determinadas de provisões para imposto e contribuições e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às provisões para o risco de crédito de clientes, o risco cambial decorre de operações comerciais...

7. Estoques Contas a receber Arglia Embalagens Embalagens Embalagens Produtos em andamento Produtos acabados Produtos de armazenado TOTAL

8. Tributos Diferidos Detalhes abaixo a natureza dos tributos diferidos ativos e passivos: Movimento Investimentos Cerâmica Carmelo Fior Ltda Pisoforte Revestimentos Cerâmicos Ltda...

9. Adiantamentos Composto pelos adiantamentos e empréstimos a funcionários e adiantamentos a fornecedores. São demonstrados os valores de custo ou realização conforme tabela a seguir: Contas a receber Adiantamento a fornecedores Adiantamento a colaboradores Seguros Outros TOTAL

10. Imobilizado Terrenos Edificações e Infraestrutura Móveis e Utensílios Veículos Máquinas e Equipamentos em Andamento Construção Outras Imobilizações

11. Investimentos A composição dos investimentos da Santa Vitória está apresentada a seguir: Investimentos Investimentos Cerâmica Carmelo Fior Ltda. Mais Valia - Carteira de Clientes Piso Forte Mais Valia - Carteira de Clientes Piso Forte

12. Provisões Ativas Provisões são obrigações ou passivos contingentes, determinadas de provisões para imposto e contribuições e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às provisões para o risco de crédito de clientes, o risco cambial decorre de operações comerciais...

13. Provisões Passivas Provisões são obrigações ou passivos contingentes, determinadas de provisões para imposto e contribuições e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às provisões para o risco de crédito de clientes, o risco cambial decorre de operações comerciais...

14. Provisões Contingentes Provisões são obrigações ou passivos contingentes, determinadas de provisões para imposto e contribuições e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às provisões para o risco de crédito de clientes, o risco cambial decorre de operações comerciais...

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7E9F-9D43-97DB-57A4> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7E9F-9D43-97DB-57A4



Hash do Documento

9A5E21C194AE3C5E8A60F1FE17EF0A769B3541E160F0654F51290174C55616F5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 00:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



(Continuação)

TOTVS LARGE ENTERPRISE TECNOLOGIA S.A. - CNPJ/ME nº 82.373.077/0001-71

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (aging list) em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021	2020
A vencer	26.238	22.531
A futuro	5.919	7.535
Títulos Vencidos		
de 1 a 90 dias	2.236	1.977
de 91 a 180 dias	537	2.549
mais de 180 dias	1.499	1.738
Contas a receber bruto	38.998	36.350
(-) Provisão para perda esperada	(5.434)	(4.569)
Contas a receber líquido	33.564	31.781

A Companhia utiliza uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pelo grupo para calcular a perda de crédito esperada.

	2021	2020
Saldo no início do exercício	4.569	8.136
Complemento de provisão no exercício	1.426	3.519
Baixa de provisão por perdas	(561)	(7.086)
Saldo no final do exercício	5.434	4.569

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO: O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias. **8.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes da tributação	88.216	69.605
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(29.993)	(23.666)
Ajustes para a demonstração da taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	2.480	817
Lei 11.196/05 - Incentivo à P&D (i)	1.210	1.254
PAT(Programa de Alimentação ao Trabalhador)	345	231
Outros	69	506
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(25.889)	(20.858)

9. INVESTIMENTOS: Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método de equivalência patrimonial. Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas estão a seguir apresentados:

A movimentação da conta de investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	Informações contábeis resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2021				Equivalência patrimonial (controladora) dos exercícios findos em:		Saldo de investimentos em:	
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	2021	2020	2021	2020
Bemtech Asia	-	-	-	(28)	(28)	-	-	-
WS	11.356	9.065	2.291	26.918	2.618	(394)	(1.310)	27.502
Tali	6.467	4.656	1.811	16.966	966	85	-	23.861
TOTVS Hospitality	17.376	4.276	13.100	15.682	3.053	2.441	1.078	86.198
RJ Participações	8.128	3.081	5.047	17.921	2.103	1.101	1.743	48.419
CMNel Participações	1.297	179	1.118	922	(1.648)	(1.648)	(1.805)	4.676
RD Station	132.099	125.867	6.232	137.363	230	-	-	2.057.053
					(15.165)	(294)	(28)	2.069.580
								189.937

A seguir apresentamos as movimentações da conta de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	2020	Adição/ (Redução) (ii)	Dividendos (iii)	Equivalência patrimonial	Amortização de PPA (i)	Total	Varição cambial	Combinação de negócios	2021
	Bemtech Asia	2.121	(2.214)	-	(28)	-	(28)	121	-
WS	27.896	-	-	2.618	(3.012)	(394)	-	-	27.502
Tali	23.473	870	-	966	(881)	85	-	(567)	23.861
TOTVS Hospitality	83.747	-	-	3.053	(612)	2.441	-	-	86.198
RJ Participações	48.428	-	(1.280)	2.103	(1.002)	1.101	(30)	-	48.419
CMNel Participações	4.072	2.259	-	(1.648)	-	(1.648)	(7)	-	4.676
RD Station	-	3.740	-	230	(16.952)	(16.722)	(112)	2.070.147	2.057.053
Total	189.937	4.655	(1.280)	7.294	(22.459)	(15.165)	(28)	2.069.580	2.247.699

(i) Amortização dos intangíveis gerados pela combinação de negócios. (ii) Refere-se ao aumento de capital e/ou AFAC. (iii) Dividendos recebidos e refletidos na Demonstração do Fluxo de Caixa.

10. INTANGÍVEL: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, enquanto que o custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

	Software	Marcas e Patentes	Carteira de Clientes	Ativos de desenvolvimento	Outros	Ágio	Total
	Saldos em 2019	30.015	814	18.518	34.267	-	122.150
Saldos em 2020	30.015	814	18.518	34.267	-	122.150	205.764
Adições	-	-	-	-	-	36	36
Baixas	-	-	-	-	-	(36)	-
Saldos em 2021	30.015	814	18.518	34.267	-	122.150	205.764
Amortização							
Saldos em 2019	(29.050)	(297)	(14.514)	(32.581)	-	-	(76.442)
Amortização do exercício	(740)	(31)	(1.223)	(922)	-	-	(2.916)
Saldos em 2020	(29.790)	(328)	(15.737)	(33.503)	-	-	(79.358)
Amortização do exercício	(72)	-	(220)	(754)	-	-	(1.046)
Saldos em 2021	(29.862)	(358)	(15.957)	(34.267)	-	-	(80.444)
Valor residual							
Saldos em 2021	153	456	2.561	764	-	122.150	125.320
Saldos em 2020	225	486	2.781	764	-	122.150	126.406

Taxa média de amortização anual 10% a 20% 6,7% a 8% 10% a 12,5% 20% a 50%

A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos gerados em combinação de negócios são fundamentadas em estudo técnico de empresa especializada independente.

10.1. Análise do valor recuperável de ativos: O teste de *impairment* é realizado anualmente, e não resultou na necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado de cada unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Adicionalmente em 2021, tivemos aquisições pela Companhia das empresas Tali Target e RD Station, as quais não foram adicionadas ao teste de *impairment* da controladora, pois o valor justo desses ativos é o próprio valor de compra. Para fins de teste de *impairment*, as premissas adotadas para projeção dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios do grupo, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração em relação às condições econômicas que existirão durante a vida econômica destes ativos para as diferentes unidades geradoras de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos e, a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso e sensibilidade são: **• Margens brutas** – as receitas foram projetadas entre 2022 e 2026, considerando o crescimento da base de clientes e plano de negócio da Unidade Geradora de Caixa, enquanto que os custos e despesas foram projetados a partir do desempenho histórico das operações. Um aumento ou redução na projeção das margens brutas em 1 p.p. para a unidade geradora de caixa resultaria em um valor recuperável acima do valor contábil. **• Taxa de desconto** – representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas de cada UGC. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados pela taxa de desconto nominal entre 10,6% a.a. (pre-tax). Um aumento ou redução na taxa de desconto em 1 p.p. para a unidade geradora de caixa resultaria em um valor recuperável acima do valor contábil. **• Perpetuidade** – a taxa de crescimento nominal utilizada para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2021, além do período de 5 anos, foi de 3,10%. Um acréscimo ou decréscimo na taxa de perpetuidade de 0,5 p.p. para a unidade geradora de caixa resultaria em um valor recuperável acima do valor contábil. As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas

(j) A legislação tributária brasileira prevê um mecanismo de fomento ao desenvolvimento tecnológico do país, que concede incentivos fiscais às empresas que desenvolvam atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica.

8.2. Composição do imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	20.777	31.658
Decorrentes de diferenças temporárias:		
Diferença entre base fiscal e contábil de ágio	9.042	9.440
Benefício fiscal pela amortização de ágio	(35.608)	(34.168)
Alocação de intangíveis	(4.713)	(5.262)
Alocação de intangíveis - após Lei 12.973	7.855	768
Receitas ou faturamentos antecipados	2.336	1.580
Provisão para perda esperada	1.848	1.553
Provisão para contingências e outras obrigações	4.786	4.938
Provisão de fornecedores	1.725	1.154
Outras	5.466	2.816
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	13.514	14.477

A Companhia está apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante ou passivo não circulante por entidade jurídica.

	2021	2020
Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido:		
Início do exercício	14.477	22.695
Despesa da demonstração de resultado	(963)	(7.621)
Operação descontinuada	-	(596)
Outros	-	(1)
Final do exercício	13.514	14.477

As parcelas registradas no passivo não circulante têm vencimento conforme demonstrado a seguir:

Ano	2021	2020
2024	5.509	14.245
2025	242.536	-
2026	1.373	1.373
Passivo não circulante	249.418	15.618

(i) Em 31 de dezembro de 2021 a obrigação por aquisição de investimento com a RD Station possuiu R\$35.427 de conta garantida como títulos e valores mobiliários, compostos por operações de CDB no ativo não circulante.

13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS:

13.1. Processos em andamento com provisão para contingências e obrigações legais vinculados a processos judiciais: A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em determinadas ações judiciais sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas no desfecho das ações em curso. O valor provisionado reflete a melhor estimativa corrente da Administração da Companhia.

O valor das provisões constituídas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são como segue:

	2021	2020
Tributárias	890	738
Trabalhistas	9.947	11.016
Cíveis	3.240	2.769
Total	14.077	14.523

13.2. Contingências possíveis: A movimentação das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são como segue:

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 2019	1.089	6.998	4.447	12.534
(+) Complemento de provisões	84	8.209	371	8.664
(*) Atualização monetária	17	2.091	331	2.439
(+) Reversão de provisão não utilizada	(61)	(267)	(992)	(1.320)
Saldos em 2020	1.126	7.763	3.856	12.745
(+) Complemento de provisões	140	3.144	256	3.540
(*) Atualização monetária	26	561	545	1.132
(+) Reversão de provisão não utilizada	-	(645)	(137)	(782)
(-) Baixa por pagamento	(14)	(4.129)	(193)	(4.336)
Saldos em 2021	890	9.947	3.240	14.077

A Companhia mantém depósitos judiciais relacionados a processos judiciais classificados no grupo de ativo não circulante no montante de R\$2.354 em 31 de dezembro de 2021 (R\$3.797 em 31 de dezembro de 2020).

13.3. Contingências possíveis: Adicionalmente, a Companhia é parte de ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível. Para tais, nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

	2021	2020
Natureza	26.993	24.842
Tributárias	26.993	24.842
Trabalhistas	11.530	12.271
Cíveis	17.289	16.606
Total	55.812	53.719

Os processos classificados como perda possível apresentados no quadro acima não contemplam processos individualmente relevantes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.010.000 (R\$330.000 em 31 de dezembro de 2020), representado por 7.299.401 ações ordinárias (49.401 em 31 de dezembro de 2020), todas nominativas e sem valor nominal. Em 28 de maio de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital em R\$1.680.000, mediante a emissão de 1.680.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **b) Destinação do Lucro** - A Companhia constituiu R\$3.116

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6393-7251-A853-1B06> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6393-7251-A853-1B06



Hash do Documento

7507E787BC03BC109C36797F9C1FAC5C1AF9A2A06B27B9EB4068D8B1B054EC52

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 00:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



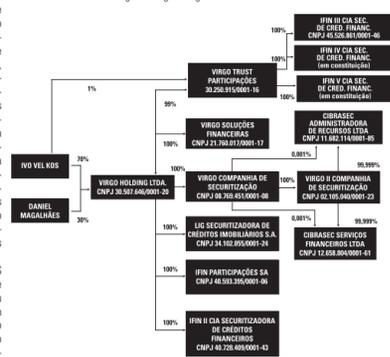
VIRGO HOLDING S.A.

CNPJ/ME nº 30.507.846/0001-20

Relatório de Administração

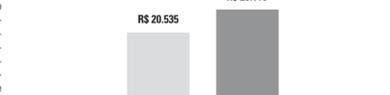
1. Mensagem da Administração: Em 2021 observamos diferentes momentos em relação à pandemia do Coronavírus, sendo que no início do referido ano observou-se grande aumento de casos...

A estrutura societária da Virgo Holding é a seguinte:



4. Desempenho Econômico-Financeiro: Receita Operacional Bruta: A receita bruta consolidada alcançou R\$ 26.110 mil no ano de 2021, incremento de 27,15% em relação ao ano de 2020...

Receita Operacional Bruta (R\$ milhões)



2. A Virgo Holding: A história da Virgo começa em 12 de novembro de 2018, denominada ISEC PARTICIPAÇÕES S.A. sociedade anônima de capital fechado...

3. Estrutura Societária: A Virgo é uma Holding que possui investimentos em empresas que atuam no mercado financeiro, principalmente com a finalidade de créditos imobiliários...

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais). Tabela com 10 colunas: Nota Explicativa, Controladora, Consolidado, Nota Explicativa, Controladora, Consolidado. Seções: ATIVO Circulante, ATIVO Não Circulante, ATIVO Realizável a Longo Prazo, PASSIVO Circulante, PASSIVO Não Circulante, Total do Ativo e Total do Passivo e do Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional: A Virgo Holding S.A. - nova denominação de ISEC PARTICIPAÇÕES S.A. - "VIRGO" ou "Companhia", sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 21 de maio de 2018...

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil...

3. Resumo das principais práticas contábeis: 3.1. Aparuração do resultado: O reconhecimento das receitas é feito quando a Sociedade tem seus contratos com clientes atendendo aos seguintes critérios...

3.2. Caixa e equivalentes de caixa: Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa...

Contadorla Consolidado 2021 2020 2021 2020. Tabela com 5 colunas para Caixa, Bancos - conta movimento, Aplicações financeiras de liquidez (a) e Operações de aplicação com possibilidade de resgate e liquidez diárias.

Lucro Bruto: O lucro bruto consolidado em 2021 foi de R\$ 24.357 mil, 21,56% superior ao registrado em 2020, principalmente, devido à elevação das receitas operacionais, esse resultado foi influenciado pelo desempenho líquido na reestruturação da sua estrutura operacional...

Demonstrações de Resultados em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

Tabela de demonstrações de resultados com 6 colunas: Nota Explicativa, Controladora, Consolidado, Nota Explicativa, Controladora, Consolidado. Seções: Receitas da Intermediação Financeira, Despesas da Intermediação Financeira, Resultado Bruto da Intermediação Financeira, Resultados (Despesas) Operacionais, Resultados antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda, Lucro Líquido do Exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangente em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Tabela de demonstrações de resultados abrangente com 6 colunas: Nota Explicativa, Controladora, Consolidado, Nota Explicativa, Controladora, Consolidado. Seções: Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício, Resultados abrangentes, Resultado Abrangente do Exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto o valor de outra forma indicado)

Tabela de demonstrações das mutações do patrimônio líquido com 7 colunas: Nota Explicativa, Capital social, Futuro aumento de capital, Reserva de lucros, Lucros acumulados, Total. Seções: Saldos em 01 de Janeiro de 2020, Saldos em 31 de Dezembro de 2020, Saldos em 01 de Janeiro de 2021, Saldos em 31 de Dezembro de 2021.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Tabela de demonstrações do valor adicionado com 6 colunas: Nota Explicativa, Controladora, Consolidado, Nota Explicativa, Controladora, Consolidado. Seções: Receitas Totais, Receitas de operações, Receitas com prestação de serviço, Lucros Adquiridos com Terceiros, Custos da operação no mercado, Valor Adicionado Bruto, Retenções, Valor Adicionado Líquido.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2021, os valores de R\$ 17.643 mil circulante e de R\$ 550.000 mil não circulante, ambos apresentados no consolidado, referem-se a ações preferenciais da companhia Castra Participações e Administração S.A.

6. Operações de crédito: Em 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 2.415 mil circulante e de R\$ 12.932 mil (em 2020, R\$ 8.469) mil não circulante, ambos apresentados no consolidado, representam valores de operações de aquisição de recebíveis imobiliários...

7. Investimentos: Está representada por investimentos realizado pela Companhia em suas controladas, conforme quadro abaixo, que apresenta um sumário das informações financeiras nas empresas investidas em 31 de dezembro de 2021...

Contadorla Consolidado 2021 2020 2021 2020. Tabela com 5 colunas para Virgo Seguradora S.A., IFRN Participações S.A., IFRN II Participações S.A., Virgo Soluções Financeiras Ltda., Virgo Trust Participações Ltda., Subtotal, Outros investimentos, Total.

Informações sobre os investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2020

Contadorla Consolidado 2021 2020 2021 2020. Tabela com 5 colunas para Virgo Seguradora S.A., IFRN Participações S.A., IFRN II Participações S.A., Virgo Soluções Financeiras Ltda., Virgo Trust Participações Ltda., Subtotal, Outros investimentos, Total.

Em 31 de dezembro de 2021 a VIRGO Holding formalizou os adiantamentos para futuro aumento de capital na VIRGO Seguradora no montante de R\$ 15.738, os quais serão formalizados como capital na AGO de abril de 2022.

9. Obrigações por debêntures emitidas: Refere-se à primeira emissão privada de debêntures programáticas, em série única, cujo montante total será de R\$ 40.000 (quarenta milhões) de reais...

Tabela de amortização com 4 colunas: Data de amortização, % de amortização, Valor presente em 31/12/2021. Seções: 14 de junho de 2023, 13/06/2024, 12/06/2025, 14/06/2027, 14/06/2028, 14/06/2029, 14/06/2030, 13/06/2031, 14/06/2032, 14/06/2033.

Contadorla Consolidado 2021 2020 2021 2020. Tabela com 5 colunas para Caixa, Bancos - conta movimento, Aplicações financeiras de liquidez (a), Operações de aplicação com possibilidade de resgate e liquidez diárias.

região de caixa. Nas atividades de investimento que totalizaram saídas de caixa no montante de R\$ 550.294 mil, sendo R\$ 294 mil direcionadas para aquisição de imobilizado. Em 30 de junho de 2021, através da IFRN Participações, foram captados por meio da aquisição de ações preferenciais na Castra, bem como investimento por meio de debêntures no valor de R\$ 550.000 mil...

5. Resumo Fluxo de Caixa Consolidado (R\$ Milhões)

Tabela de fluxo de caixa com 4 colunas: Descrição, 2020, 2021. Seções: Fluxo de Caixa (Aplicado) / Gerado nas Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa (Aplicado) / Gerado nas Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa / Gerado nas Atividades de Financiamento, Acréscimo Líquido de Caixa.

6. Recursos Humanos (Pessoas): No ano de 2021 a área de PESSOAS do Grupo passou reestruturação. Projetos visando reforçar o engajamento, proporcionar melhorias internas e alcançar maior produtividade estão em andamento...

7. Relacionamento com os Auditores Independentes: Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a Virgo, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que - exceto pela contratação pontual da BRS BRASIL, com a finalidade de elaboração dos laudos de avaliação necessários à incorporação de duas outras empresas integrantes do grupo - não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras...

8. Fluxo de Caixa: Em 2021, o fluxo de caixa da Companhia apresentou aumento de R\$ 18.345 mil, tendo em vista a geração de R\$ 29.401 mil nas atividades operacionais, o consumo de R\$ 550.294 mil nas atividades de investimento, além de R\$ 538.238 mil gerados nas atividades de financiamento. A geração de caixa nas atividades operacionais esteve relacionada aos R\$ 43.585 mil obtidos nas operações, que foram consumidos parcialmente pela variação de R\$ 6.878 em outros ativos ("Exper Tecnologia e Serviços Financeiros S.A.")...

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Tabela de demonstrações dos fluxos de caixa com 6 colunas: Nota Explicativa, Controladora, Consolidado, Nota Explicativa, Controladora, Consolidado. Seções: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento, Pagamentos, Recursos Líquidos Aplicados nas Atividades de Investimento, Recursos Líquidos Aplicados nas Atividades de Financiamento, Recursos Líquidos Provenientes das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Financiamento, Pagamentos, Recursos Líquidos Aplicados nas Atividades de Investimento, Recursos Líquidos Aplicados nas Atividades de Financiamento, Recursos Líquidos Provenientes das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Financiamento, Pagamentos, Recursos Líquidos Aplicados nas Atividades de Investimento, Recursos Líquidos Aplicados nas Atividades de Financiamento, Recursos Líquidos Provenientes das Atividades Operacionais.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7.2. Devedores diversos: Composto pelas seguintes rubricas:

Contadorla Consolidado 2021 2020 2021 2020. Tabela com 5 colunas para Saldo cred. de exercícios anteriores, Antecipações do próprio exercício, IRRF, PIS, COFINS e CSLL retidos, Impostos recolhidos a maior, Total.

Saldo cred. de exercícios anteriores, Antecipações do próprio exercício, IRRF, PIS, COFINS e CSLL retidos, Impostos recolhidos a maior, Total.

9. Obrigações por debêntures emitidas: Refere-se à primeira emissão privada de debêntures programáticas, em série única, cujo montante total será de R\$ 40.000 (quarenta milhões) de reais...

10. Obrigações por empréstimos: A companhia controlada Virgo Seguradora S.A. realizou no exercício a contratação de duas operações de capital de giro nos Bancos Itaú e Bradesco e uma conta garantida no Banco Santander, cujas características são:

Tabela com 4 colunas: Instituição/Instituição, Bradesco, Itaú, Total. Seções: Montante, Taxa a.a., Índice, Amortização, Saldo na data do balanço.

11. Patrimônio Líquido: Ao final do exercício anterior, o capital social da empresa de R\$ 4.870 e 8.732 valor representado por 4.870.170 ações ordinárias, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país. O estatuto social prevê a distribuição de 25% do lucro de cada exercício...

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C99B-2E60-8547-CEA7> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C99B-2E60-8547-CEA7



Hash do Documento

BC5CC72D0A3FD908AEEB11B08153F92CBBC9D20A8A1F85C1062BBF188C3AB97D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 00:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 Em reais				Demonstração do resultado dos períodos Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Em reais			
Associação Santa Marcelina C.N.P.J. 60.742.855/0001-10				Associação Santa Marcelina C.N.P.J. 60.742.855/0001-10			
Ativo				Passivo			
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	93.086.787,39	36.696.950,03	Contas e títulos a pagar	10	3.453.098,21	1.615.418,92
Aplicações financeiras	5	34.363.028,57	67.962.226,99	Obrigações trabalhistas e encargos	11	16.206.597,18	14.692.255,15
Contas a receber de alunos- educação básica	6	5.796.210,20	7.157.947,82	Parcelamento tributário	12	1.419.409,44	6.040.378,36
Contas a receber de alunos- educação superior	6	8.523.548,50	8.113.527,54	Recursos de convênios públicos		75.000,00	-
Adiantamentos	7	3.036.382,26	2.095.456,30	Outras obrigações	13	6.525.400,43	11.175.000,00
Despesas antecipadas		653.060,74	1.314.356,40	Total do circulante		33.719.883,62	32.207.830,42
Outros ativos	8	4.810.343,85	5.903.861,57	Não circulante			
Total do circulante		150.289.361,91	132.244.920,61	Parcelamento tributário	12	9.368.103,65	-
				Provisão para contingências	14	27.600,00	703.098,52
Realizável a longo prazo				Total do não circulante		9.395.703,65	703.098,52
Aplicações financeiras	5	49.211.607,89	54.417.300,24	Patrimônio líquido	15	312.222.470,13	303.136.901,59
Depósitos para recursos judiciais	112	245.098,54	254.694,98	Ajuste de avaliação patrimonial		130.481.530,40	130.793.921,04
Contas a receber de alunos- educação superior	6	1.692.610,79	1.884.417,85	Superávit do período		535.181,16	773.177,90
Outros ativos		1.720.000,00	-	Total do patrimônio líquido		443.299.181,69	442.704.000,53
Total do não circulante		52.370.127,16	57.556.413,07	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		486.354.766,96	475.614.729,47
Total do ativo		202.659.489,07	189.801.333,68				

Demonstração das mudanças do patrimônio líquido Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Em reais			
	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit (deficit) do exercício
Saldo em 31/12/2019	240.017.452,83	131.139.510,40	23.521.635,25
Realização (pela depreciação) do ajuste de avaliação patrimonial	345.589,36	-	-
Incorporação à conta patrimônio social	23.521.635,25	-	(23.521.635,25)
Superávit do período	-	-	8.773.177,90
Aumento do PL - Potencial Construtivo	39.252.224,15	-	-
Saldo em 31/12/2020	303.136.901,59	130.793.921,04	39.252.224,15
Realização (pela depreciação) do ajuste de avaliação patrimonial	312.390,64	(312.390,64)	-
Incorporação à conta patrimônio social	8.773.177,90	-	(8.773.177,90)
Superávit do período	-	-	535.181,16
Saldo em 31/12/2021	312.222.470,13	130.481.530,40	535.181,16

Notas explicativas as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 Em reais						
	2021	Educ. Básica	Educ. Superior	Consolidado	Educ. Básica	Educ. Super-Consolidado
1 Objetivos sociais Associação Santa Marcelina, doravante designada "Associação", C.N.P.J. 60.742.855/0001-10, situada à Rua Itapicuru nº 112, Perdizes, município de São Paulo, SP, é uma associação de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, de caráter educacional, cultural e de assistência social, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável. A Associação Santa Marcelina tem a Educação como sua atividade preponderante, atuando nas modalidades da educação básica e do ensino superior, sendo portadora do Certificado de Entidade Beneficente, expedido pelo Ministério da Educação – MEC. As principais finalidades estatutárias são:						
a) Oferecer e desenvolver a educação básica formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;						
b) Oferecer e desenvolver a educação superior de acordo com os princípios contidos na lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional;						
c) Oferecer e desenvolver cursos de especialização, pós-graduação "Latu Sensu" e "Stricto Sensu", mestrado e outras modalidades previstas em lei;						
d) Desenvolver e promover a pesquisa científica no atendimento de seus cursos de educação superior. No exercício de suas finalidades institucionais, a Associação não faz e não fará, distinção de raça, sexo, nacionalidade, idade, cor, credo religioso, político, condição social ou sob qualquer forma de discriminação. A Associação destina integralmente seus recursos no território nacional para a manutenção e desenvolvimento de seus objetivos estatutários. A Associação possui os principais registros sociais que regulamentam a sua atuação social. No âmbito estadual a Associação é reconhecida como Utilidade Pública Estadual de São Paulo pela Lei nº 7.733, de 25 de junho de 1960, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 28 de junho de 1960. No âmbito municipal é reconhecida como Utilidade Pública Municipal (SP) pelo Decreto nº 14.380, de 01 de março de 1977, publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo de 02 de março de 1977. Também é portadora do Certificado de Entidade Beneficente, tendo sido certificado pelo Ministério da Educação – MEC, conforme Portaria nº 311, de 15 de outubro de 2020, publicada no DOU de 16 de outubro de 2020, com validade de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, conforme se verifica nos autos do processo administrativo nº 23000.020479/2015-91. Mantendo sua regularidade para renovação do Certificado de Entidade Beneficente, foram protocolados os processos administrativos de nº 23000.046475/2017-02, em 29 de novembro de 2017, 23000.014880/2020-59 em 30 de abril de 2020, e 23000.030463/2020-53, em 04 de dezembro de 2020. Todos os processos citados se encontram em fase de instrução e o Conselho de decisão terminativa até data de encerramento desta demonstração contábil. 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. A Declaração de conformidade às demonstrações contábeis da Associação foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, subsidiadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. B. Base de mensuração. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os créditos de certificado de potencial adicional de construção, que também são mensurados pelo valor justo, c. Moeda funcional e moeda de apresentação. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação. d. Uso de estimativas e julgamentos. A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em qualquer período futuro afetado. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis aplicadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:						

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D010-66CC-9C02-3E62> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D010-66CC-9C02-3E62



Hash do Documento

F031ED3518D0442FF6E2A9A381E21C8693F3F723C179E44C6C1AC3BA770F0512

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 00:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/52CF-752A-38B9-80E9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 52CF-752A-38B9-80E9



Hash do Documento

269F86A0689D5B560587BC8751BAF8086CB5C8591B89E9C427219A6D9144DD3C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 00:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8229-71E5-A584-6AE4> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8229-71E5-A584-6AE4



Hash do Documento

308DEE31AA6D9A9C969B4B8809B0FB681D7732171BB52AE09056A698ACAAE44F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 00:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5D86-9EA6-9588-9879> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5D86-9EA6-9588-9879



Hash do Documento

6867349235DCE3EC0B7433ECA020F5E88291A22FA1A012A92E526C2B180BF7CF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 00:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Pollarix S.A.

CNPJ: 04.755.710/0001-82

Relatório da Administração - Demonstrações Financeiras

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado.

Table with 2 main columns: Balanço Patrimonial - Exercícios Findos em 31 de Dezembro and Demonstração do Resultado. Includes sub-tables for Demonstração dos Fluxos de Caixa and Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro.

Table with 2 main columns: Balanço Patrimonial - Exercícios Findos em 31 de Dezembro and Demonstração do Resultado. Includes sub-tables for Demonstração dos Fluxos de Caixa and Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro.

1. Considerações gerais: A Pollarix S.A. (Companhia), com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, é uma holding operacional que tem por objetivo a comercialização de energia e ser plataforma de investimentos relacionadas a operação, exploração e manutenção de empreendimentos voltados à geração de energia, por meio de usinas hidrelétricas. A Companhia tem seu capital social composto por ações ordinárias (ações ON) e ações preferenciais (ações PN).

Table with 3 columns: 2021, 2020, and a column for information. It lists various financial metrics and their values for the years 2021 and 2020.

8. Investimentos: Política contábil: Os investimentos em entidades controladas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam um empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

Table with 3 columns: 2021, 2020, and a column for information. It lists various financial metrics and their values for the years 2021 and 2020.

9. Fornecedores: Prêmio de Repatuação do risco hidrológico ou GSF (General Scaling Factor) (i) Partes relacionadas (ii) (Nota 7) Serviços

Table with 3 columns: 2021, 2020, and a column for information. It lists various financial metrics and their values for the years 2021 and 2020.

10. Patrimônio Líquido: (a) Capital social: É representado por ações ordinárias e preferenciais de capital que são classificados no patrimônio líquido.

11. Receita: A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPA 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

12. Custos e despesas: Custo de Despesas gerais e operacionais, energia, tratativas, liquidas. Outras despesas administrativas, liquidas.

13. Resultado financeiro líquido: Política contábil: Receitas (despesas) líquidas. Outras despesas administrativas, liquidas.

14. Imposto de renda e contribuição social: Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação aplicável dá margem a interpretações. Estabelecidos provisões quanto ao apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

15. Gestão de risco financeiro: 15.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia estão expostas a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito e (b) risco de liquidez. Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco financeiro a Companhia segue a Política Financeira Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração da Votorantim S.A. ("VSA"), com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento. O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

16. Informações adicionais: Detalhes sobre operações, passivos contingenciais, e outros aspectos relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

17. Informações adicionais: Detalhes sobre operações, passivos contingenciais, e outros aspectos relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

18. Informações adicionais: Detalhes sobre operações, passivos contingenciais, e outros aspectos relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

19. Informações adicionais: Detalhes sobre operações, passivos contingenciais, e outros aspectos relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

20. Informações adicionais: Detalhes sobre operações, passivos contingenciais, e outros aspectos relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

21. Informações adicionais: Detalhes sobre operações, passivos contingenciais, e outros aspectos relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

22. Informações adicionais: Detalhes sobre operações, passivos contingenciais, e outros aspectos relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

23. Informações adicionais: Detalhes sobre operações, passivos contingenciais, e outros aspectos relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

24. Informações adicionais: Detalhes sobre operações, passivos contingenciais, e outros aspectos relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

25. Informações adicionais: Detalhes sobre operações, passivos contingenciais, e outros aspectos relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

—☆— continuação		Notas Explicativas da Pollarix S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																																														
<p>cujos valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização, considerando-se sua natureza e seus prazos. Os valores justos estão qualificados no nível 1, conforme definição detalhada seguir: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os equivalentes de caixa mensurados ao valor justo classificados no nível 1, apresentaram os montantes de R\$ 26.429 e R\$ 22.138,</p>		<p>respectivamente. 15.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade: O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para este fator são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas. Os cenários em 31 de dezembro de 2021 estão descritos abaixo: Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2021, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2022; Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021; Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021.</p>																																														
		<p>15.4 Instrumentos financeiros por categoria: Política contábil: A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias: (a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Tem como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício. (b) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável. (c) Instrumentos financeiros ao custo amortizado: Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos</p>																																														
		<p>nessa classificação são mensurados ao custo amortizado. A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Nota</th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ao custo amortizado</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>5</td> <td>26.477</td> <td>22.185</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>6</td> <td>3.727</td> <td>2.356</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><u>30.204</u></td> <td><u>24.541</u></td> </tr> <tr> <td>Passivo</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ao custo amortizado</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>9</td> <td>18.774</td> <td>7.804</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><u>18.774</u></td> <td><u>7.804</u></td> </tr> </tbody> </table> <p>16. Eventos subsequentes: Em 03 de fevereiro de 2022, a VGE foi incorporada pela VTRM conforme previsto no processo de reestruturação societária da VTRM e ratificado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de fevereiro de 2022. Assim, a partir desta data, a VTRM passou a deter 66,6667% de participação do capital social da Pollarix, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão.</p>								Nota	2021	2020	Ativo				Ao custo amortizado				Caixa e equivalentes de caixa	5	26.477	22.185	Contas a receber de clientes	6	3.727	2.356			<u>30.204</u>	<u>24.541</u>	Passivo				Ao custo amortizado				Fornecedores	9	18.774	7.804			<u>18.774</u>	<u>7.804</u>
	Nota	2021	2020																																													
Ativo																																																
Ao custo amortizado																																																
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.477	22.185																																													
Contas a receber de clientes	6	3.727	2.356																																													
		<u>30.204</u>	<u>24.541</u>																																													
Passivo																																																
Ao custo amortizado																																																
Fornecedores	9	18.774	7.804																																													
		<u>18.774</u>	<u>7.804</u>																																													
		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Diretoria</th> <th colspan="2">Contador</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Rodrigo Nazareth Menck - Diretor</td> <td colspan="2">Carlos Guerra Farias - Diretor</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Rafael Reva - CRC 053271/O-0 - CPF: 042.236.189-54</td> <td colspan="2"></td> </tr> </tbody> </table>							Diretoria		Contador		Rodrigo Nazareth Menck - Diretor		Carlos Guerra Farias - Diretor		Rafael Reva - CRC 053271/O-0 - CPF: 042.236.189-54																															
Diretoria		Contador																																														
Rodrigo Nazareth Menck - Diretor		Carlos Guerra Farias - Diretor																																														
Rafael Reva - CRC 053271/O-0 - CPF: 042.236.189-54																																																
		<p>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</p> <p>Aos Administradores e Acionistas da Pollarix S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Pollarix S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pollarix S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Partes relacionadas: Chamamos a atenção para a nota explicativa 7 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descrita. Dessa forma, as demonstrações financeiras</p>																																														
		<p>deverem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas</p>																																														
		<p>relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas</p>																																														
		<p>nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas, controladas e controladas em conjunto para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p> <p>São Paulo, 6 de abril de 2022</p> <p> PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Carlos Eduardo Guaraná Mendonça CRC 2SP000160/O-5 Contador CRC 1SP196994/O-2</p>																																														

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/918F-7DDB-E9CC-3888> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 918F-7DDB-E9CC-3888



Hash do Documento

DF401DD2967D5F025DBC1612D59AC6AF3A5DFD837E3A80B6546E2E6AB8352774

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 01:00 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

CNPJ: 16.603.346/0001-14

Relatório da Administração - Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado.

Balço Patrimonial - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais). Demonstração do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais). Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais).

Demonstração das Movimentações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais). Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Considerações gerais: A Ventos de Santo Estevão Holding S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de dezembro de 2011. A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista do capital de outras sociedades ou empreendimentos comerciais, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participa, por meio de: (a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; (b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; (c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse da Companhia. A Companhia é controlada direta da VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"), joint venture controlada em conjunto pela Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE") e Canada Pension Plan Investment Board ("CPCP Investments").

Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma). Geradora Eólica, Porteira MME.

Capacidade instalada por MW, início da concessão, término da concessão. Tabela com 5 colunas: MW, Início da concessão, Término da concessão, etc.

Adicionais provisionados em 2020 e 2021. Tabela com 4 colunas: Provisão, Adicional, Provisão, etc.

Movimentação de capital em 2021. Tabela com 4 colunas: Descrição, 2020, 2021, etc.

Capital social das controladas em 2020 e 2021. Tabela com 4 colunas: Descrição, 2020, 2021, etc.

(b) Movimento de capital em 2021: Em 14 de janeiro, 14 de julho, 10 de agosto e 10 de dezembro de 2021, foram aprovadas as movimentações de capital das investidas, conforme tabela a seguir: (a) Aumento de capital mediante aporte de ativos, realizado em 10 de dezembro de 2021. (c) Aumento de capital na Companhia: Em 10 de agosto de 2021, ocorreu a integralização parcial do saldo de capital a integralizar no montante de R\$ 13.000, mediante transferência bancária. O saldo remanescente de capital a integralizar, no montante de R\$ 2.500, será integralizado conforme necessidade de caixa da Companhia. Em 10 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 4.123, passando o capital social de R\$ 606.126 (dividido em 606.126.000 ações) para R\$ 610.249 (dividido em 610.249.193 ações). O aumento de capital ocorreu mediante aporte de ativos detidos pela VTRM. 1.1.2 Outros eventos: (a) Incidente ocorrido em subestação coleitora: Em 12 de fevereiro de 2021, um novo incidente na subestação coleitora que interliga as empresas do complexo Ventos do Arraio III provocou o desligamento do transformador de força (trafo) remanescente dessa subestação. Este fato, causou a interrupção total do escoamento da geração de energia do complexo, visto que o outro transformador estava fora de operação em decorrência do sinistro ocorrido em junho de 2020. O parque retornou à operação comercial no dia 29 de abril, data final do conserto do transformador relativo à primeira ocorrência. Com relação à segunda ocorrência, a Administração da IFRS acionou o fabricante do transformador e as principais empresas do setor para obtenção de parecer sobre a viabilidade de seu conserto ou necessidade de substituição, e, em razão de parecer favorável ao conserto, seguiu com o seu reparo, com prazo de conclusão previsto para abril de 2022. A interrupção do escoamento da geração de energia do complexo foi refletida na provisão para ressarcimento anual que as empresas apuram mensalmente em razão de suas operações. Neste cenário, com o devido redução na receita líquida das empresas, até que a situação seja normalizada. Esse impacto foi minimizado em razão de apólice de seguro que as controladas possuem para os principais riscos associados aos ativos, incluindo danos aos transformadores, com cobertura para danos materiais e lucros cessantes. Durante o segundo e terceiro trimestres de 2021, a controladora VTRM decidiu junto às seguradoras as premissas envolvidas no cálculo da indenização para os sinistros e enviou seu pleito para avaliação. Em dezembro de 2021, após análise, a seguradora efetuou o pagamento para a VTRM, no valor de R\$ 46 milhões, referente aos lucros cessantes e efetuou o pagamento para a controlada Ventos de Santo Augusto VIII S.A. no valor de R\$ 5 milhões, referente aos danos materiais. (b) Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19): Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia e suas controladas informam que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio. A Companhia e suas controladas estão avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios. Neste cenário, a Companhia e duas controladas avaliaram as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras: (i) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos da COVID-19: A Companhia e suas controladas avaliaram a posição de suas contas a receber em 31 de dezembro de 2021 e não identificaram créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia e suas controladas em relação a clientes e fornecedores. A Companhia e suas controladas avaliaram seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluíram que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos. (iv) Cumprimento de obrigações com clientes e fornecedores: A Companhia e suas controladas avaliaram seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluíram que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos. (v) Cumprimento de obrigações com fornecedores: A Companhia e suas controladas avaliaram os covenants contidos em seus contratos de dívidas e em 31 de dezembro de 2021, e concluíram que a pandemia não impactou no atendimento das obrigações acordadas nos contratos de empréstimos e financiamentos. Por fim, até o presente momento, a Companhia e suas controladas informam que não houve impactos materiais em suas operações por conta da COVID-19. 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais contábeis: 2.1 Base de apresentação: (a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2021, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS")) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras considera o uso de estimativas de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, que no caso de certos ativos e passivos financeiros, foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. (b) Aprovação das demonstrações financeiras: A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 29 de março de 2022. 2.2 Consolidação: A Companhia controla todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As principais empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas Nota 2.2 (b). (a) Controladas: As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido para a Companhia. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de perda ("impairment") do ativo transferido. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. (b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas: Percentual do capital total e votante. Controladas: Ventos de Santo Augusto I, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Augusto II, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Augusto VI, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Augusto VII, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Augusto VIII, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Onofre IV, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Onofre I, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Onofre II, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Onofre III, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão I, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão II, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão III, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão IV, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão V, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão VI, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão VII, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão VIII, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Onofre IV, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Onofre I, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Onofre II, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Onofre III, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão I, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão II, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão III, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão IV, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão V, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão VI, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão VII, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Estevão VIII, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Onofre IV, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Onofre I, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Onofre II, Energias Renováveis S.A., Ventos de Santo Onofre III, Energias Renováveis S.A., Votorantim S.A.

continuação

Notas Explicativas das Ventos de Santo Estevão Holding S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows include Saldo no início do exercício, Custo, Depreciação acumulada, Saldo líquido no início do exercício, Adições, Baixas, Depreciação, Transferências, Saldo no final do exercício, Custo, Depreciação acumulada, Saldo no final do exercício, Taxas médias anuais de depreciação.

(i) O valor de adições contempla o saldo de adiantamento de ativos, no montante de R\$ 4.123, em forma de aumento de capital realizado pela investidora VTRM, conforme Nota 1.1. (ii) Transferências realizadas da classe de "Obras em andamento" para a classe de "Softwares" do Intergel.

10. Empréstimos e financiamentos: Política contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva. (a) Composição:

Table with columns: Modalidade, Encargos anuais médios, Circulante, Não circulante, Total. Rows include Debêntures, BNDES, IPCA + 6,99%, TJLP + 2,80%, IPCA + 6,99%.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional; IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

(b) Perfil de vencimento: Table with columns: Modalidade, Encargos anuais médios, Circulante, Não circulante, Total. Rows include Debêntures, BNDES, IPCA + 6,99%, TJLP + 2,80%, IPCA + 6,99%.

Table with columns: Modalidade, Encargos anuais médios, Circulante, Não circulante, Total. Rows include Debêntures, BNDES, IPCA + 6,99%, TJLP + 2,80%, IPCA + 6,99%.

Table with columns: Modalidade, Encargos anuais médios, Circulante, Não circulante, Total. Rows include Debêntures, BNDES, IPCA + 6,99%, TJLP + 2,80%, IPCA + 6,99%.

(c) Movimentação: Table with columns: Modalidade, Encargos anuais médios, Circulante, Não circulante, Total. Rows include Debêntures, BNDES, IPCA + 6,99%, TJLP + 2,80%, IPCA + 6,99%.

Table with columns: Modalidade, Encargos anuais médios, Circulante, Não circulante, Total. Rows include Debêntures, BNDES, IPCA + 6,99%, TJLP + 2,80%, IPCA + 6,99%.

será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais, a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

Table with columns: Modalidade, Encargos anuais médios, Circulante, Não circulante, Total. Rows include Debêntures, BNDES, IPCA + 6,99%, TJLP + 2,80%, IPCA + 6,99%.

(i) O aumento das adições refere-se substancialmente ao incidente do Trazo mencionado na nota 1.1.2 (a). A ANEEL emitiu o Despacho nº 2.303/2019 determinando à CCEE que proceda à suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, referentes ao ano contratual apurado a partir de agosto de 2019, até a decisão final sobre o resultado da instauração da Audiência Pública nº 034/2019 que visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-out-of usinas eólicas.

12. Provisões: (a) Obrigações com desmobilização de ativos: Política contábil: Em consonância com o CPC 27 - Ativo Imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/recuperar o meio ambiente, para as condições ecológica e socialmente existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições preexistentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação. As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pelas controladoras da Companhia. (b) Provisões de natureza tributária e cível: Política contábil: São reconhecidas quando: (i) há obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões em relação às perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência de passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Em 31 de dezembro de 2021, as controladoras da Companhia possuem processos de natureza tributária e cível com prognóstico de perda possível no montante consolidado atualizado de R\$ 1.205 (R\$ 1.167 em 31 de dezembro de 2020).

Table with columns: Desmobilização de ativos, Tributárias, 2021, 2020. Rows include Saldo no início do exercício, Adições, Ajuste a valor presente, Saldo no final do exercício.

13. Patrimônio líquido: (a) Capital social: É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social parcialmente integralizado da Companhia é de R\$ 607.749, sendo o montante de R\$ 610.249 de capital social e o montante de R\$ 2.500 de capital a integralizar (em 31 de dezembro de 2020, o capital social parcialmente integralizado no montante de R\$ 575.000, sendo o montante de R\$ 590.500 de capital social e o montante de R\$ 15.500 de capital a integralizar), compostos por 610.249 (590.500 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias e sem valor nominal.

14. Receita: Política contábil: A receita é apresentada líquida dos impostos, das deduções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. O modelo de cinco etapas estabeleceu que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Os contratos de venda de energia das controladoras da Companhia realizadas nos ambientes livre e regulado de comercialização de energia elétrica, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN). A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao ratio das perdas informadas pela CCEE. O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladoras da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético. Venda de energia elétrica: As operações de venda de energia realizadas pelas controladoras da Companhia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Receita bruta, ACR, Leilão de Energia Reserva (LER), Leilão de Energia Nova (LEN), Provisão de ressarcimento.

Diretoria: Frederico Ferreira Sarmento - Diretor

Table with columns: ACL, Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Partes relacionadas, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Venda crédito de carbono, Total receita bruta, Deduções sobre a receita bruta, Impostos sobre vendas.

15. Custos e despesas: Table with columns: Custos da geração de energia, Despesas gerais e administrativas, Custos da geração de energia, Despesas gerais e administrativas. Rows include Depreciação e amortização, Serviços de operação e manutenção - O&M, Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST, Custos de manutenção, Aluguéis e arrendamentos, Energia comprada, Serviços de terceiros, Seguros, Materiais, Impostos, taxas e contribuições, Outras.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include 16. Resultado financeiro líquido: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras: Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include 17. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras: Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include 18. Instrumentos financeiros e gestão de risco: 18.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia e suas controladoras são expostas a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito; (b) risco de liquidez; (c) risco regulatório; (d) risco socioambiental; e (e) risco de não performance.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include 18.2. Estimativa do valor justo: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include 18.3. Demonstrativo da análise de sensibilidade: Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez - conta reserva e empréstimos e financiamentos são os cenários de 2021 e 2022.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include 18.4. Instrumentos financeiros por categoria: Política contábil: A Companhia e suas controladoras classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação desobediência ao reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativos, Equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - conta reserva, Passivos, Empréstimos e financiamentos.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativos, Equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - conta reserva, Passivos, Empréstimos e financiamentos.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativos, Equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - conta reserva, Passivos, Empréstimos e financiamentos.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativos, Equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - conta reserva, Passivos, Empréstimos e financiamentos.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativos, Equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - conta reserva, Passivos, Empréstimos e financiamentos.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativos, Equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - conta reserva, Passivos, Empréstimos e financiamentos.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativos, Equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - conta reserva, Passivos, Empréstimos e financiamentos.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativos, Equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - conta reserva, Passivos, Empréstimos e financiamentos.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativos, Equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - conta reserva, Passivos, Empréstimos e financiamentos.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativos, Equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - conta reserva, Passivos, Empréstimos e financiamentos.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativos, Equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - conta reserva, Passivos, Empréstimos e financiamentos.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativos, Equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - conta reserva, Passivos, Empréstimos e financiamentos.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativos, Equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - conta reserva, Passivos, Empréstimos e financiamentos.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativos, Equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - conta reserva, Passivos, Empréstimos e financiamentos.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativos, Equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - conta reserva, Passivos, Empréstimos e financiamentos.

Table with columns: Nota, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Ativos, Equivalentes de caixa, Fundo de liquidez - conta reserva, Passivos, Empréstimos e financiamentos.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas. Por que é um PAA. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria, considerando, entre outros, o entendimento dos controles relevantes do processo de reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da provisão de ressarcimento decorrente dos contratos LER e LEN. Também realizamos: i) reconciliação da receita anual gerada pela Companhia, conforme indicado nos controles internos, com as informações da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos da Companhia contidas nos relatórios externos disponibilizados pela CCEE; ii) confronto dos preços de venda praticados pela Companhia em seu sistema de vendas com os preços de venda praticados pela CCEE; iii) comparação das receitas entregues pela Companhia com os montantes de receita contratada; e iv) revisão do cálculo da provisão de ressarcimento considerando as receitas geradas, os critérios adotados pela administração e as premissas previstas no contrato. Nossos procedimentos revelaram que as premissas para o ressarcimento da receita e mensuração do valor da provisão de ressarcimento da energia adotadas pela Companhia são razoáveis no contexto de relevância das Demonstrações Financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos da Companhia, bem como por assegurar a integridade e confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia cumprir o compromisso de apresentar, em tempo hábil, demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com a administração pretendida liquidar a Companhia ou cessar suas atividades.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell'Agnolo Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldessinaturas.com.br:443 e utilize o código B197-8D30-2DE9-FE9F.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell'Agnolo Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldessinaturas.com.br:443 e utilize o código B197-8D30-2DE9-FE9F.

continuação

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos

de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para

as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo, para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram ob-

jecto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP/000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B197-8D30-2DE9-FE9F> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B197-8D30-2DE9-FE9F



Hash do Documento

333C96256DFDD3B9DADD78D77FAD27A0B20B6333EDC7FAF999964AF6BBB5364C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 01:00 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.

CNPJ: 15.674.478/0001-74

Relatório de Administração - Demonstrações Financeiras												
Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado.												
São Paulo, 26 de abril de 2022												
Balanço Patrimonial - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)					Demonstração do Resultado							
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado				
	Nota	2021	2020	2021		2020	Nota	2021	2020	2021	2020	
Ativo												
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.074	1.761	112.129	91.961	Circulante						
Contas a receber de clientes	6	-	-	26.344	34.608	Empréstimos e financiamentos	11	3.459	3.105	58.603	58.096	
Tributos a recuperar	7	149	105	206	218	Partes relacionadas	15	-	7.966	3.413		
Dividendos a receber	7	10.849	7.059	-	-	Tributos a receber	7	3	1.018	2.420		
Partes relacionadas	7	3.678	3.562	3.678	3.562	Partes relacionadas	7	5	438	62		
Outros ativos				1.162	529	Provisão de ressarcimento	12	-	44.755	409		
		20.750	12.487	143.609	130.978	Provisões	13	-	6.052	6.052		
Não circulante						Dividendos a pagar	7	6.271	16.682	6.271	16.682	
Realizável a longo prazo						Outros passivos				133		
Fundo de liquidez - conta reserva	5.1	-	-	32.052	29.677				9.753	19.793	127.103	87.267
Partes relacionadas	7	7.721	11.399	7.721	11.399	Não circulante						
Outros ativos				349	340	Empréstimos e financiamentos	11	125.603	113.429	735.002	774.769	
		7.721	11.399	40.122	41.416	Tributos a receber				6.398	6.398	
Investimentos	8	428.436	448.408	-	-	Partes relacionadas	7	17.524	16.970	17.524	16.970	
Imobilizado	9	-	-	999.225	1.053.445	Provisão de ressarcimento	12	-	-	28.846	-	
Intangível	10	-	-	37.387	38.647	Provisões	13	-	-	30.289	28.134	
		428.436	448.408	1.036.612	1.092.092	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	717	654	717	654	
Total do ativo		456.907	472.294	1.220.343	1.264.486	Total do passivo		143.844	131.053	789.930	855.771	
						Patrimônio líquido	14	153.597	150.846	917.033	943.038	
						Capital social		278.467	278.467	278.467	278.467	
						Reserva legal		6.088	4.771	6.088	4.771	
						Reserva de lucros		18.755	38.210	18.755	38.210	
						Total do patrimônio líquido		303.310	321.448	303.310	321.448	
						Total do passivo e patrimônio líquido		456.907	472.294	1.220.343	1.264.486	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.												
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)												
Em 1º de janeiro de 2020	Nota	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido							
		Capital social	Retenção									
Lucro líquido do exercício		278.467	3.799	39.120	321.386							
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	19.463							
Dividendos adicionais		-	-	(14.779)	19.463							
Destinação do lucro do exercício		-	-	-	(14.779)							
Constituição de reserva legal		-	973	-	(973)							
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(4.621)							
Retenção de lucros		-	13.869	-	(13.869)							
Contribuições e distribuições aos acionistas		973	-	-	6							
Em 31 de dezembro de 2020		278.467	4.772	38.210	321.449							
Lucro líquido do exercício		-	-	-	26.323							
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	26.323							
Dividendos adicionais	1.1.1 (a)	-	-	(38.210)	26.323							
Destinação do lucro do exercício		-	-	-	(38.210)							
Constituição de reserva legal		-	1.316	-	(1.316)							
Dividendos mínimos obrigatórios	14 (c)	-	-	-	(6.252)							
Retenção de lucros		-	18.755	-	(18.755)							
Contribuições e distribuições aos acionistas		1.316	(19.455)	-	(18.139)							
Em 31 de dezembro de 2021		278.467	6.088	18.755	303.310							
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.												
Notas Explicativas (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)												
1. Considerações gerais: A Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 22 de dezembro de 2011. A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas. A Companhia é controlada direta e indireta por VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"), joint venture controlada em conjunto pela Votantim Geração de Energia S.A. ("VGE") e Canada Pension Plan Investment ("CPP Investments"). A Companhia explora e opera centrais geradoras eólicas localizadas na cidade de Curral Novo do Piauí, Estado do Piauí, as quais compõem o complexo eólico Ventos do Piauí I, com capacidade instalada total de 205,8 MW, por meio de suas investidas. As atividades da Companhia e suas controladas, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação. As controladas eólicas possuem outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia - MME conforme listado abaixo:												
Eólica	Central Geradora	Portaria	Edio-elétrica (EOL)	MME								
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Vicente 08	76/2016										
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Vicente 09	76/2016										
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Vicente 10	77/2016										
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Vicente 11	78/2016										
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Vicente 12	79/2016										
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Vicente 13	80/2016										
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	Ventos de São Vicente 14	81/2016										
Com as seguintes características:												
Eólica	Capacidade instalada	Energia assegurada por ano	Início da concessão	Término da concessão								
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051								
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051								
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	29,4	133.152	10/03/2016	10/03/2051								
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	29,4	131.400	10/03/2016	10/03/2051								
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	29,4	131.400	10/03/2016	10/03/2051								
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	29,4	134.904	10/03/2016	10/03/2051								
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	29,4	134.028	10/03/2016	10/03/2051								
Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada: "ACR - Ambiente de Contratação Regulada"; "ACL - Ambiente de Contratação Livre"; "CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica"; "LEN - Leilão de Energia Livre"; "1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021: 1.1.1 Principais eventos societários: (a) Dividendos pagos e deliberados: Em junho e agosto de 2021, a Companhia pagou dividendos para sua controladora VTRM, no montante de R\$ 54.872, o qual inclui dividendos mínimos obrigatórios destacados em exercícios anteriores no montante de R\$ 15.892 e parte dos dividendos adicionais destacados em agosto de 2021 no montante de R\$ 38.190. (b) Movimentação de dividendos: Em agosto de 2021, através de Assembleia Geral Ordinária, as controladas da Companhia deliberaram dividendos adicionais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios anteriores. Em junho e agosto de 2021, a Companhia recebeu de suas controladas o saldo do dividendo em 2020 e o total de dividendos adicionais deliberados em 2021, conforme quadro abaixo:												
Controladas	Provisão de dividendos em 2020	Adicionados em 2021	Mínimos obrigatórios em 2021	Provisão em 2021								
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	972	7.300	(8.272)	1.311								
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	1.434	10.200	(11.634)	1.925								
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	689	6.200	(6.889)	1.438								
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	983	7.400	(8.383)	1.664								
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	1.124	8.000	(9.124)	1.379								
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	905	7.900	(8.805)	1.540								
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	952	7.800	(8.752)	1.591								
	7.059	54.800	(61.859)	10.848								
1.1.2 Outros eventos: (c) Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19) Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia e suas controladas informam que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio. A Companhia e suas controladas estão avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios. Neste contexto, a Companhia e suas controladas avaliaram as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos da COVID-19: A Companhia e suas controladas avaliaram a posição do seu contas a receber em 31 de dezembro de 2021 e não identificaram credores de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia e de suas controladas, e na avaliação da situação financeira dos credores no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. (ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Companhia e suas controladas avaliaram os indicadores de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluíram que não há evidências que justifiquem a redução do valor de seus ativos imobilizados e intangíveis. (iii) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores: A Companhia e suas controladas avaliaram seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluíram que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências que justifiquem a insolvência ou falta de liquidez dos contratos. (iv) Cumprimento de obrigações em contratos de dívidas - covenants: A Companhia e suas controladas avaliaram os covenants contidos em seus contratos de dívidas em 31 de dezembro de 2021 e concluíram que a pandemia não impactou o atendimento das obrigações acordadas nos contratos de empréstimos e financiamentos. Por fim, até o presente momento, a Companhia e suas controladas não tiveram impactos materiais em suas operações por conta da COVID-19.												
2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis: 2.1 Base de apresentação: (a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2021, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB")) e interpretações "IFRIC", e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais												

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell'Agnolo Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldassinaturas.com.br:443 e utilize o código 58CC-19E3-D874-B22E.

Continuação - Custos associados à manutenção de softwares...

Encargos anuais - Encargos anuais médios...

Encargos anuais - Encargos anuais médios (continuação)

11. Empréstimos e financiamentos: Política contábil...

Modalidade nacional - Balanço patrimonial...

(c) Movimentação: Garantias: Garantia...

(d) Garantias: Garantia Votaram S.A. (I) e Ventos de São Vicente...

12. Provisão de ressarcimento: Política contábil...

(a) Ressarcimento anual: Contratos LEN...

(b) Ressarcimento quadrimestral: Contratos LEN...

(c) Composição e movimentação: Balanço patrimonial...

(d) Anualidade: Balanço patrimonial...

(e) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(f) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(g) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(h) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(i) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(j) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(k) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(l) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(m) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(n) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(o) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(p) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(q) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(r) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(s) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(t) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(u) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(v) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(w) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(x) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(y) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

(z) Balanço patrimonial: Balanço patrimonial...

Notas Explicativas das Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. - Receitas (despesas) financeiras...

Recursos financeiros - Recursos financeiros...

Recursos financeiros - Recursos financeiros (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora...

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Até 1 ano e 3 anos e 5 anos e 5 anos - Controladora (continuação)

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Companhia")...

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, considerando, entre outros, o entendimento e teste dos controles relevantes do processo de reconhecimento da receita...

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell'Agnolo Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 58CC-19E3-D874-B22E.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.		
<p>— continuação</p> <p>ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além</p>	<p>disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se</p>	<p>concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências</p>
		<p>significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.¹</p> <p>São Paulo, 31 de março de 2022</p> <p> PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5</p> <p>Carlos Eduardo Guaraná Mendonça Contador CRC 1SP196994/O-2</p>

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/58CC-19E3-D874-B22E> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 58CC-19E3-D874-B22E



Hash do Documento

CEE2ED7E0D78035E4ED9264AAC5AEC5055C7EC6631312B3226F66795D4930395

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 01:00 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



22. Resultado financeiro líquido
O resultado financeiro da Companhia é como segue:

	2021	2020
Receitas financeiras		
Avaliação de impostos e créditos	2.950	2.996
Juros sobre operações entre empresas do Grupo	360	360
Variação cambial ativa	4.397	4.377
Juros sobre aplicações financeiras	1.328	308
Outras receitas financeiras	832	139
9.487	8.180	
Despesas financeiras		
Avaliação monetária	(7.043)	(8.341)
Despesas de juros CPC 06 (R2)	(1.556)	(1.092)
Juros sobre operações entre empresas do grupo	(1.656)	(1.147)
Variação cambial passiva	(3.133)	(14.695)
Despesas de juros	(5.796)	(3.732)
Outras despesas financeiras	(963)	(1.138)
(20.127)	(30.205)	
23. Imposto de renda e contribuição social		
Condição da taxa efetiva	(10.640)	(22.025)
2021	2020	
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(120.221)	(123.896)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social		
calculado as alíquotas nominais	40.875	42.125
Adições/exclusões permanentes	(2.735)	(32.854)
Efeito de crédito tributário não constituído (*)	(27.735)	(32.084)
Outros	(13)	908
I.R. e C.S. apurados	10.392	8.114
Diferido	10.257	8.114
Corrente	-	-
Alíquota efetiva	(9%)	(7%)

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
esperança de crédito	13.138	14.094	-	-	13.138	14.094
Provisões com pessoal	16.237	6.143	-	-	16.237	6.143
Outras	4.258	5.394	-	-	4.258	5.394
Impostos ativos (passivos)	76.954	66.683	-	-	76.954	66.683

	Ativo		Passivo		Resultado	
	Contas a receber	Serviços a faturar	Reembolsos de gastos	Contas a pagar	Rateio de gastos	Rateio de Receita
Seguro Tecnologia em Sistemas de Seg Eiet e Incendios Ltda.	D	362	(8)	593	(43.689)	(733)
Seguro Brasil S.A.	A-B-C	2.637	7.822	701	(28)	(2.043)
Seguro Global SIS S.L	B	1.298	-	-	-	(13.707)
Cipher S.A.	B	3	-	-	(146)	-
Seguro S.A. - A80	B	-	-	-	(1.422)	26
Seguro Cia. de Seguridad S.A. E02		471	-	-	(77)	-
Seguro Gestion de Activos SLI E09		836	(259)	-	(4.043)	238
Seguro Servicios e Participaciones Societarias SA		31	-	-	-	(1.699)
Seguro Logística e Armazenamento Ltda		4	1	-	-	(56)
Lag Cred Tecnologia Comercio e Servicos Ltda		66	(1)	-	-	(902)
Luma empreendimentos Eiet - ME		-	-	-	-	(8)
Seguro Pay Consultoria em Tecnologia de Informaçao LTDA		7	-	-	-	(40)
Seguro Activo Alamos S.A.		-	-	-	-	(25)
Seguro Soluciones Integrales de Seguridad Espana SLU		9	-	(38)	-	19
Seguro Vigilancia Patrimonial S.A.		-	(41)	-	-	-
Seguro Gestio de Alivos		-	31	-	-	154
		5.724	7.544	1.296	(63.048)	(2.801)
		25.080	401	1.656		

operações da Sociedade. Usando as informações atualizadas, a Administração decidiu pela não constituição do ativo diferido devido a não perspectiva de geração de lucro fiscal no exercício de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui um montante de R\$ 81.573 (R\$ 94.366 em 2020) de prejuízo fiscal não reconhecido.

24. Partes relacionadas
Remuneração de pessoal-chave da Administração: O montante dos gastos incorridos com remuneração e encargos sociais dos Administradores em 2021 foi de R\$ 7.070 (R\$ 7.520 em 2020).

(A) Os deveres líquidos com a coligada Prosegur Brasil S.A. se referem a custos administrativos e operacionais com as coligadas.
(B) A Companhia mantém contrato de compartilhamento de custos administrativos e operacionais, referente a Management Fee e Transformação Digital, com as coligadas Prosegur Brasil S.A.; Prosegur Gestion de Activos SLU, Prosegur Cia. de Seguridad S.A., Prosegur Global SIS SL, Prosegur S.A. Conforme critério de alocação aprovado pela Administração, estes valores são pagos à parte relacionada pelo custo efetivamente incorrido na empresa de origem.
(C) Durante o exercício de 2021 a Companhia recebeu da Prosegur Brasil S.A. o montante de R\$ 28.708 (líquido de impostos), relativo a faturamentos realizados.
(D) Principal obrigação a pagar refere-se operação de mútuo com a Segurpro Tecnologia em Sistemas de Seg Eiet e Incendios Ltda.

	Ativo		Passivo		Resultado	
	Contas a receber	Serviços a faturar	Reembolsos de gastos	Contas a pagar	Rateio de gastos	Rateio de Receita
Seguro Sistemas de Seguridad Ltda.	-	-	51	376	-	1.171
Cipher S.A.	C	4.021	-	55	-	13
Prosegur Brasil S.A.	A-B	12.300	-	2.550	-	21.776
Seguro Tecnologia em Sistemas de Seg Eiet e Incendios Ltda.		27	-	51	-	2.296
Prosegur S.A. - A81		-	-	-	-	-
Prosegur Global SIS S.L	B	-	-	355	-	49.765
Prosegur Cia. de Seguridad S.A.	B	-	-	490	-	-
Prosegur Gestion de Activos SLU	B	-	-	176	-	3.026
Seguro Soluciones Integrales de Seguridad		75	-	-	-	225
Outros		-	12	1	69	-
		4.123	12.312	103	4.071	2.296
		50.936	3.524	22.658	360	(6.837)

(A) Os deveres líquidos com a coligada Prosegur Brasil S.A. se referem a custos administrativos e operacionais com as coligadas.
(B) A Companhia mantém contrato de compartilhamento de custos administrativos e operacionais com as coligadas Prosegur Brasil S.A., Prosegur Gestion de Activos SLU, Segurpro Tecnologia em Sist. de Seg Eiet, Prosegur Cia. de Seguridad S.A., Cipher S.A. e Prosegur Global SIS SL. Conforme critério de alocação aprovado pela Administração, estes valores são pagos à parte relacionada pelo custo efetivamente incorrido na empresa de origem.
(C) Os direitos líquidos com a coligada Cipher S.A. se referem a operações de mútuos, os quais são atualizados pela variação da TLP.

25. Seguros
A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros para gerenciamento de riscos e proteção de seus ativos ou responsabilidades. Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil, riscos de transportes, danos materiais e materiais de terceiros, incluindo das bases, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada abaixo:

	2021	2020
Responsabilidade civil - seguro aeroportuário	529.550	529.550
Seguro empresarial incluindo das bases	127.226	160.186
Responsabilidade civil geral	95.398	68.651
Responsabilidade civil - administração e gerência	56.726	56.726
Seguro frota carros locados	300	500
	809.400	815.613

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA
Fabio Reis da Silva
Solange Simões
Regis Noronha

DIRETORA FINANCEIRA
Paula Andrea Huertas Parra

RESPONSÁVEL TÉCNICO
Marcela Roque Leite
Gerente de contabilidade
CRC-MG090101/D-7

patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Segurpro Vigilância Patrimonial S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os respectivos seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser

que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Analisamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações finan-

ceiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das conclusões significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 25P015199/0-6
Tomás Mezzacorona
Contador - CRC - 1M6090548/D-0

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6FC2-1DC2-A6CB-928C.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6FC2-1DC2-A6CB-928C> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6FC2-1DC2-A6CB-928C



Hash do Documento

C9F6660E51994673C6415B552431F662E8F7ECF898FC8DAC3689937532A14A3B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 01:00 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Votorantim Geração de Energia S.A.

CNPJ: 23.056.547/0001-04

Relatório da Administração - Demonstrações Financeiras

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as, as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Queremos agradecer a todos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado. São Paulo, 26 de abril de 2022 A Diretoria

Table with columns: Controladora, Consolidado, Nota, 2021, 2020, 2021 (Reapresentado). Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, etc.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais), Controladora, Consolidado, Nota, 2021, 2020. Rows include Demonstração do resultado, Receita líquida da venda de energia, Lucro líquido do exercício, etc.

Table with columns: Nota, Capital social, Reservas de lucros, Lucros acumulados, Ajustes de avaliação patrimonial, Patrimônio líquido. Rows include Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro.

Table with columns: Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais), Controladora e Consolidado, Nota, 2021, 2020. Rows include Demonstração dos fluxos de caixa, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, etc.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Considerações gerais: A Votorantim Geração de Energia S.A. ("Companhia" ou "VGE") sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é controlada pela Votorantim S.A. ("VSA"). A Companhia e suas controladas, têm por objetivo a implantação, exploração, operação e manutenção de empreendimentos voltados à geração de energia, prestação de serviços de operação e manutenção relacionados à comercialização de energia elétrica, bem como realização de estudos e projetos relacionados ao dimensionamento e desenvolvimento de empreendimentos energéticos. As atividades da Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Votener"), controladora direta da VGE, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

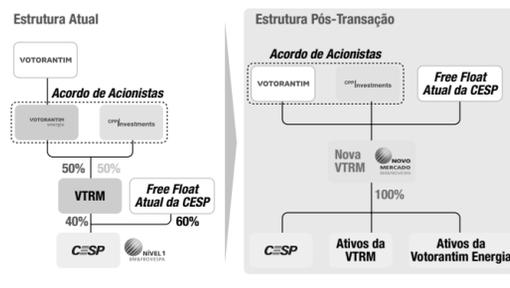
1.1 Principais eventos operacionais: (a) GSIF (Generation Scaling Factor): A Companhia vinha acompanhando o processo de regulamentação da Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, a qual estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, prevendo a compensação das geradoras por meio de extensão de prazo de concessão de suas outorgas em razão da ocorrência de riscos não hidrológicos que influenciaram de forma negativa o GSIF após 2012. Em 1º de março de 2021 a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") apresentou os cálculos de extensão das outorgas das usinas que aderiram à repactuação do risco hidrológico do Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e encaminhou à ANEEL para análise e aprovação, que deveria ocorrer num prazo de até 30 dias (expectativa para 30 de março de 2021). No entanto, tal homologação não ocorreu nesse prazo devido a recursos pleiteados por algumas usinas junto a ANEEL, para que fossem incluídas novas condições para a repactuação do risco hidrológico relacionados ao Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"). Como consequência, a ANEEL solicitou que a CCEE recalculara os valores do GSIF para uma rodada de análise e aprovação. Nos termos das Resoluções Homologatórias nº 2.919 de 03 de agosto de 2021 e nº 2.932 de 14 de setembro de 2021, a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE relativo ao ACL, conforme cálculos da CCEE, entre as quais se incluem as usinas de Parabuna e Porto Primavera (cujas concessões são detidas pela Companhia Energética de São Paulo - CESP, controlada pela Votorantim Geração de Energia S.A., "Votener"), L.D.O.S.P.E. Geração de Energia e Participações Ltda., L.D.O.S.P.E. Geração de Energia e Participações Ltda. e L.D.O.S.P.E. Geração de Energia e Participações Ltda., controladas da Poliarx). Quanto às duas primeiras usinas citadas, o Conselho de Administração da CESP aprovou em março de 2021: (i) a concordância com os termos propostos no Ofício nº 36/2021, para que fosse celebrada o termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 320/04, para previsão da extensão provisória de 6 meses da outorga da UHE Parabuna e (ii) a adesão à repactuação do risco hidrológico para as duas usinas Parabuna e Porto Primavera e consequente extensão de outorga em razão da compensação prevista nos termos da Lei nº 14.052/2020. O reconhecimento contábil foi realizado no terceiro trimestre de 2021, após homologação pela ANEEL dos montantes e prazos de extensão das concessões. Com relação às usinas Igarapava, Amador Aguiar e Picada, a aprovação da adesão à repactuação do risco hidrológico - GSIF ocorreu na data 24 de setembro de 2021 pelos órgãos de governança da investida Poliarx. Adicionalmente, através da resolução homologatória nº 2.932 de 14 de setembro de 2021, a ANEEL homologou o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas relativo ao ACR, dentre as quais estão as usinas Barra Grande a qual a investida CBA Energia detém 15% de participação, e Campos Novos, sobre a qual as investidas Poliarx e CBA Energia detêm participação de 20,98% e 23,78%, respectivamente. O tema foi deliberado pelos órgãos de governança e por todos os seus consorciados e demais acionistas, em 11 de novembro de 2021 para usina de Barra Grande ("Baesa") e em 12 de novembro de 2021 para Campos Novos ("Energia"). Durante o ano de 2021, a Companhia e suas controladas, concluíram por aceitar o prazo de extensão e demais itens, conforme divulgado pela ANEEL. Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração das investidas exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 (R1) - Ativo Intangível tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente, considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC - 04 (R1), o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da investida, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE. Os montantes foram transformados pela ANEEL em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação. A seguir, o quadro com os valores envolvidos e prazo de extensão da concessão de cada usina:

Table with columns: Usinas, Investidas, Valor GSF (i), Impairment GSF (ii), % Reflexo na VGE via MEP, Impacto na VGE via MEP, Prazo de extensão, Data fim da concessão. Rows include Usinas, Porto Primavera, Parabuna, Igarapava, Amador Aguiar, Picada, Campos Novos, Campos Novos, Baesa.

(i) Os valores apresentados a título de GSF, estão à liquidez de Imposto de Renda e Contribuição Social. (ii) Em posse dos cálculos homologados pela ANEEL para Porto Primavera, a CESP realizou a atualização do teste de impairment sobre o risco hidrológico (GSIF), a fim de analisar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo intangível em suas operações futuras, considerando o fluxo de caixa futuro das operações e o valor da indenização ao final da concessão e a necessidade de constituir provisão de impairment sobre o GSF, no montante de R\$ 299.452, com reconhecimento no resultado da CESP. (b) Incidência ocorrida em subestação coletera da controlada em conjunto VTRM: Em 12 de fevereiro de 2021, um novo incidente na subestação coletera que interliga as empresas do complexo Ventos do Araripe III, formado por parques eólicos pertencentes a controlada em conjunto VTRM, provocou o desligamento do transformador de força (Tfator) remanescente dessa subestação. Este fato ocasionou a interrupção total do escoamento da geração de energia do complexo, visto que o outro transformador estava fora de operação em decorrência do sinistro ocorrido em junho de 2020. O parque retornou à operação comercial no dia 29 de abril de 2021, data final do conserto do transformador relativo à primeira ocorrência. Com relação à segunda ocorrência, a Administração da VTRM acionou o fabricante do transformador e as principais empresas do setor para obtenção de parecer sobre a viabilidade de seu conserto ou necessidade de substituição, e, em razão de parecer favorável ao conserto, seguiu com o seu reparo. A interrupção do escoamento da geração de energia do complexo deverá ser refletida na provisão para ressarcimento anual que as empresas apuram mensalmente em razão da efetiva geração de energia, com consequente redução na receita líquida das empresas, até que a situação seja normalizada. Esse impacto tende a ser minimizado em razão de adições de seguro que as controladas possuem para os principais riscos associados aos ativos, incluindo danos aos transformadores, com cobertura para danos materiais e lucros cessantes. Durante o ano de 2021, a controlada VTRM discutiu junto à seguradora as premissas envolvidas no cálculo da indenização para os sinistros e enviou seu pleito para avaliação. Em 28 de dezembro de 2021, foram registrados e recebidos os valores de R\$ 5,2 milhões através da controlada da VTRM, Ventos de Santo Augusto, e R\$ 46,2 milhões através da controlada VTRM, ainda há o montante de R\$ 1,7 milhão, que será pago no primeiro trimestre de 2022. Tal transação gerou um impacto na Companhia, reconhecido via equivalência patrimonial, no montante de R\$ 25,7 milhões nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021. 1.1.2 Principais eventos societários: (a) Aprovação e pagamento de dividendos pela VGE: Em 30 de abril de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a proposta da Administração para pagamento dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 200.000, sendo R\$ 100.941 a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 99.059 como dividendos adicionais a serem pagos em moeda corrente nacional à controladora Votorantim S.A., dos quais R\$ 100.000 já foram liquidados em 13 de abril de 2021, R\$ 70.000 foram liquidados em 17 de dezembro de 2021, e o saldo remanescente será liquidado conforme disponibilidade de caixa. (b) Aprovação e recebimento de dividendos de investidas:

Table with columns: Controladas, Provisões em 2020, Adicionais em 2021, Recebidos em 2021, Rever. tórtios em 2021, Obrigações em 2021, Provisões em 2021. Rows include CBA Energia, Participações S.A. (i), Poliarx S.A. (ii), L.C.G.S.P.E. S.P.E., Empreendimentos e Participações Ltda. (iii), VTRM Energia, Participações S.A. (iv).

(i) CBA Energia Participações S.A. ("CBA Energia"): Em 21 de junho de 2021, foram recebidos dividendos no montante de R\$ 200.000, sendo R\$ 100.941 a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 99.059 como dividendos adicionais a serem pagos em moeda corrente nacional à controladora Votorantim S.A., dos quais R\$ 100.000 já foram liquidados em 13 de abril de 2021, R\$ 70.000 foram liquidados em 17 de dezembro de 2021, e o saldo remanescente será liquidado conforme disponibilidade de caixa. (b) Aprovação e recebimento de dividendos de investidas:



Transação VTRM: (i) Criação do Comitê Independente da CESP: Em 21 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da CESP aprovou a criação de Comitê especial independente ("Comitê"), que, observadas as orientações previstas no Parecer de Orientação da Comissão de Valores Mobiliários nº 35, tem por função negociar a operação de reorganização societária proposta de forma não vinculante pela Votorantim S.A. e pelo Canada Investment para a incorporação da totalidade das ações de emissão da CESP pela VTRM. O Comitê é composto por: (a) um administrador escolhido pela listaagem no Novo Mercado da B3 ("Listaagem no Novo Mercado"), observado que a efetiva listaagem foi realizada em 19 de dezembro de 2021; (b) um conselheiro eleito pelos acionistas não controladores; e (c) um terceiro, administrador ou não, escolhido em conjunto pelos outros dois membros. As deliberações já emitidas pelo Comitê, estão descritas na nota explicativa 26 - Eventos subsequentes. (ii) Abertura de Capital da VTRM e Listaagem no Novo Mercado: Em 10 de dezembro de 2021, a VTRM, submeteu pedido de registro de companhia aberta categoria "A" perante a CVM ("Abertura de Capital") e de listaagem no Novo Mercado da B3 ("Listaagem no Novo Mercado"), observado que a efetiva listaagem foi realizada em 19 de dezembro de 2021. A reorganização societária não está sujeita à aprovação de nenhuma outra aprovação governamental, quer no Brasil, quer no exterior, com exceção da aprovação prévia do Conselho administrativo de defesa econômica ("CADE"), a qual foi obtida em 09 de dezembro de 2021, e das autoridades antitruste da União Europeia e Turquia, as quais foram divulgadas na Nota 26 - Eventos subsequentes (v) Demais etapas da transação: Os próximos passos da transação são os seguintes: (a) Incorporação reversa VGE - já consumada. Vide nota explicativa 26 de Eventos Subsequentes. (b) Aporte de capital CPP Investments - já consumado. Vide nota explicativa 26 de Eventos Subsequentes. (c) Resgate de Ações Preferenciais da CESP. 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis: 2.1 Declaração de Conformidade: (a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS")) emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), interpretações "IFRIC" e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, todas vigentes em 31 de dezembro de 2021, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC de aplicação em todas as informações relevantes das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. (b) Aprovação das demonstrações financeiras: A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 07 de março de 2022. 2.2 Base de apresentação: Considerando a reestruturação societária mencionada na nota explicativa 1.1.3 (c), a preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, mesmo considerando que a Companhia foi incorporada pela VTRM em 03 de fevereiro de 2022. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e de exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4 abaixo. 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$"). 2.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A controlada Votener revisou as premissas utilizadas no cálculo do valor justo de seus contratos futuros de energia e concluiu como apropriada a mensuração integral, a partir de junho de 2021, de toda a sua carteira de contratos anteriormente limitada ao horizonte de 36 meses, tomando como base (i) os preços contratuais estabelecidos nas operações de compra e venda e (ii) os preços de mercado para mensuração da sua exposição, ambos descontados a valor presente pela curva futura do cupom do IPCA do período. Esta mudança objetivou refletir a experiência adquirida pela Administração da controlada no processo de mensuração de valor justo de contratos futuros de energia e resultou em um impacto negativo de R\$ 55.376 na mensuração desses contratos, que foi reconhecido em junho de 2021 na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". As demais premissas utilizadas no cálculo do valor justo desses contratos não sofreram modificações. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar efeito relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas: Nota Estimativas e julgamentos significativos

Decrescimo (acrescimo) em ativos: Contas a receber de clientes (21.742), Salários e encargos sociais (6.189), Tributos a recuperar (10.212), Provisões (496), Incentivos de longo prazo (10.400), Demais obrigações e outros passivos (1.683). Acrescimo (decrescimo) em passivos: Fornecedores (1.092), Salários e encargos sociais (6.189), Tributos a recuperar (10.212), Provisões (496), Incentivos de longo prazo (10.400), Demais obrigações e outros passivos (1.683). Caixa aplicado nas atividades operacionais: Imposto de renda e contribuição social pagos (53.972), Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais (104.313), Fluxo de caixa das atividades de investimento: Adquisição de imobilizado (1.469), Redução de capital em investidas (1.469), Aquisição de investimento (39.905), Recebimento de dividendos (131.587), Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (90.213), Fluxo de caixa das atividades de financiamento: Liquidação de arrendamentos (3.439), Pagamento de dividendos (170.000), Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (173.439), Acrescimo (decrescimo) em caixa e equivalentes de caixa (147.611), Perda de caixa no início do exercício (2.536), Fluxo de caixa no início do exercício (29.469), Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (86.384).

2.5 Consolidação: A Companhia consolidada todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis do seu desempenho e a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. (a) Controladas: As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. (b) Coligadas e controladas em conjunto: Os investimentos coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer eventual perda acumulada por impairment. Os ganhos e as perdas de exercício, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. Atualmente a Companhia possui participação de 50% na controlada em conjunto VTRM, 66,67% na coligada CBA Energia e Participações S.A., 66,67% na coligada Poliarx S.A., 50% na coligada Pinheiro Machado e indiretamente 50% na coligada Way2 Serviços de Tecnologia S.A. As quais estão reconhecidas pela equivalência patrimonial e não são incluídas no Consolidado.

Nota Estimativas e julgamentos significativos: 8 Contratos futuros de energia; 11 Intangível; 14 Imposto de renda e contribuição social diferidos; 15 Provisões. Continuação

continuação						
Notas Explicativas da Votorantim Geração de Energia S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
(c) Empresas controladas incluídas na consolidação das demonstrações financeiras	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal	2020	
	2021	2020			Holdings e Hidings e	Eliminações
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda. (I) Secretária Ltda. (I) SF Fifty Six Participações Secretária Ltda. (II) SF Ninety Five Participações Secretárias S.A. (I)	100%	100%	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica	-	-
As empresas descritas acima, foram a base para a redução de capital social da Companhia, conforme evidenciado na Nota 9.2.6 Reapresentação espontânea de saldos comparativos: Com o intuito de melhor apresentação das informações contábeis, os saldos comparativos do balanço patrimonial estão sendo reapresentados, de forma espontânea. A Companhia optou por apresentar os saldos ativos e passivos dos seus contratos de futuros de energia, onde estes estavam sendo apresentados de forma líquida no balanço patrimonial, adicionalmente realizamos as reclassificações entre linhas no passivo não circulante, sem efeito no saldo final, com a finalidade de melhor apresentação das informações. Estas alterações não afetaram as demonstrações do fluxo de caixa, demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente e demonstrações de mutações do patrimônio líquido. O quadro abaixo demonstra as alterações efetuadas:						
Ativo						
	Consolidado 2020					
Circulante	Apresentado		Reclassificações	Reapresentado		
Contratos futuros de energia	49.293		604.503	653.796		
Não circulante						
Contratos futuros de energia	8.602	1.224.311		1.232.913		
	57.895	1.828.814		1.886.709		
Passivo						
	Consolidado 2020					
Circulante	Apresentado		Reclassificações	Reapresentado		
Contratos futuros de energia	-		604.503	604.503		
Não circulante						
Provisões	1.268		45	1.313		
Incentivos de longo prazo	19.917		19.917	19.917		
Outros passivos	20.915	(19.962)		953		
Contratos futuros de energia	-	1.224.311		1.224.311		
	22.183	1.828.814		1.850.972		

2021		2020		
Gerção	Comercia- lização de serviços	presta- ção de serviços	Elimi- nações	
Caixa e equivalentes de caixa	33.035	46.286	79.321	
Contas a receber de clientes	379.196	1.104	380.302	
Tributos a recuperar	26.299	3.047	29.332	
Dividendos a receber	-	72.272	72.272	
Contratos futuros de energia	844.826	-	844.826	
Outros ativos	2.602	1.894	4.496	
	1.285.951	124.603	1.410.554	
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar	815	-	815	
Contratos futuros de energia	2.962.078	-	2.962.078	
Outros ativos	5	51	56	
	2.962.898	51	2.962.949	
Investimentos	41.337	126.390	3.422.942	
Imobilizado	32.516	625	33.141	
Intangível	1.790	213	2.003	
Direito de uso sobre contratos de arrendamentos	391	267	2.358	
	3.800.403	3.039.532	129.248 (126.390)	
Total do ativo	3.800.403	4.325.483	253.849 (126.390)	

2021		2020		
Gerção	Comercia- lização de serviços	presta- ção de serviços	Elimi- nações	
Caixa e equivalentes de caixa	-	67.362	162.107	
Contas a receber de clientes	-	396.925	3.134 (13)	
Tributos a recuperar	-	5.232	1.954	
Dividendos a receber	-	-	174.041	
Contratos futuros de energia	-	653.796	-	
Outros ativos	-	606	889	
	-	1.123.921	342.125 (13)	
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar	-	430	-	
Contratos futuros de energia	-	1.232.913	-	
Outros ativos	-	244	-	
	-	1.233.343	244	
Investimentos	2.999.756	159.342	145.109 (145.107)	
Imobilizado	-	33.012	505	
Intangível	-	2.419	946	
Direito de uso sobre contratos de arrendamentos	-	1.554	3.782	
	-	3.968.988	159.342 (145.107)	
Total do ativo	-	2.999.756	2.394.249 (145.120)	

2021		2020		
Gerção	Comercia- lização de serviços	presta- ção de serviços	Elimi- nações	
Caixa e equivalentes de caixa	-	67.362	162.107	
Contas a receber de clientes	-	396.925	3.134 (13)	
Tributos a recuperar	-	5.232	1.954	
Dividendos a receber	-	-	174.041	
Contratos futuros de energia	-	653.796	-	
Outros ativos	-	606	889	
	-	1.123.921	342.125 (13)	
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar	-	430	-	
Contratos futuros de energia	-	1.232.913	-	
Outros ativos	-	244	-	
	-	1.233.343	244	
Investimentos	2.999.756	159.342	145.109 (145.107)	
Imobilizado	-	33.012	505	
Intangível	-	2.419	946	
Direito de uso sobre contratos de arrendamentos	-	1.554	3.782	
	-	3.968.988	159.342 (145.107)	
Total do ativo	-	2.999.756	2.394.249 (145.120)	

continuação

(b) Obras em andamento
Projeto Corumbá - GO (I)
Projetos de tecnologia da informação
Saldo líquido

Notas Explicativas da Votorantim Geração de Energia S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows: Custos, Amortização acumulada, Saldo líquido, Amortização, Transferências (I), Efeito de controladas excluídas da consolidação, Saldo final, Custo, Amortização acumulada, Saldo líquido no final do exercício, Taxa média anual de amortização - %.

(c) Composição e movimentação: Softwares

Table with columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows: Saldo no início do exercício, Custo, Amortização acumulada, Saldo líquido, Amortização, Transferências (I), Efeito de controladas excluídas da consolidação, Saldo final, Custo, Amortização acumulada, Saldo líquido no final do exercício, Taxas médias anuais de amortização - %.

(d) Arrendamentos - passivos:
Saldo no início do exercício
Liquidações
Ajuste a valor presente (I)
Baixa
Saldo no final do exercício
Circulante
Não circulante

(e) Considerando a média da taxa de juros incremental, o custo médio das obrigações é de 7,70% a.a.

(f) Perfil de vencimento: Os contratos de arrendamento possuem a sua total exigibilidade no exercício 2022 pelo fato da finalização dos contratos e devido a isto estão classificados no passivo circulante.

13. Fornecedores
Energia comprada para revenda
Fornecedores nacionais
Partes relacionadas
14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição social correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Table with columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows: Saldo no início do exercício, Contas a receber de clientes, Dividendos a receber, Fornecedores, Dividendos a pagar, Vendas e serviços, Compras e serviços.

Table with columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows: Sociedade controladora, Sociedades coligadas, Companhia Brasileira de Alumínio, CBA Energia Participações S.A., L.C.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda., Votener Votorantim Com. Energia Ltda., L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda., L.D.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda., O.R.C.E. Empreendimentos e Participações Ltda., Companhia Brasileira de Alumínio S.A., Nexa Recursos Minerais S.A., Votorantim Cimentos NINE S.A., Votorantim Cimentos S.A., Sociedade controlada em conjunto, VTRM Energia Participações S.A., Total, (b) Consolidado.

16.1 Remuneração do pessoal-chave da administração: O total de despesa com remuneração dos profissionais-chave da administração da Companhia foi de R\$ 1.260 no exercício de 2021 (R\$ 1.281 no exercício de 2020) e R\$ 1.720 no exercício de 2020 (R\$ 2.493 no exercício de 2019).

16.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício ou do saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

20. Custos e despesas
Natureza dos custos e despesas
Benefícios a empregados
Serviços de terceiros
Depreciação e amortização
Impostos e taxas
Manutenção e conservação
Aluguéis e arrendamentos
Seguros
Outras despesas

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social
Alíquotas nominais
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos
Equivalência patrimonial
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido
Efeito de controladas excluídas da consolidação
Amortização ágio VTRM
Incômodos de longo prazo
Outras excludentes (deduções) permanentes, líquidas
IRPJ e CSLL apurados
Correntes
Diferidos
IRPJ e CSLL no resultado

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos:
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (I)
Créditos tributários sobre diferenças temporárias
Ativos e passivos tributários e trabalhistas
Perda de crédito esperada
Provisão para remuneração variável
Outros créditos

(c) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:
Saldo passivo no início do exercício
Eletos no resultado
Reversão de provisões de Diferido do exercício
Reversão de diferido sobre Amortização de Ágio (Parcela alocada)
Eletos em investimento
Constituição de diferido sobre Ágio (Parcela alocada)
Saldo passivo no final do exercício

15. Provisões: Política contábil: A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, civis e trabalhistas. As provisões constituídas para fazer face as potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possível provisão correspondente são apresentados de forma líquida em "Provisões". Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante, quando aplicável. Provisões de ações judiciais de natureza tributária, civil e trabalhista: São reconhecidas quando (i) há obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões em relação às perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que deverão ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

Table with columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows: Saldo no início do exercício, Atualização monetária, Adição, Depósitos judiciais, Saldo no final do exercício.

(a) Composição e movimentação:
Saldo no início do exercício
Atualização monetária
Adição
Depósitos judiciais
Saldo no final do exercício

Table with columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows: Saldo no início do exercício, Atualização monetária, Adição, Depósitos judiciais, Saldo no final do exercício.

Table with columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows: Saldo no início do exercício, Atualização monetária, Adição, Depósitos judiciais, Saldo no final do exercício.

Os contratos de venda de energia da controlada Votener são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN). A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE. O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da controlada Votener (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético. As operações de compra e venda de energia realizadas pelas controladas são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

Table with columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows: Receita bruta, Venda de energia elétrica, Venda de serviços, Venda de energia elétrica - Partes relacionadas, Venda de serviços - Partes relacionadas, Impostos sobre vendas e serviços e outras deduções, PIS - Programa de Integração Social, COFINS - Contrib. Finance. Seguridade Social, ICMS - Imp. s/Circul. de Merc. e Serv., ISS - Imposto s/Serviços, Receita líquida.

As receitas da Companhia e suas controladas são em sua totalidade em reais e dentro do mercado interno brasileiro.

Table with columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows: Custo dos serviços prestados administrativos, Despesas gerais e operacionais, Outras receitas, Natureza dos custos e despesas, Benefícios a empregados, Serviços de terceiros, Depreciação e amortização, Impostos e taxas, Manutenção e conservação, Aluguéis e arrendamentos, Seguros, Outras despesas.

20. Custos e despesas
Natureza dos custos e despesas
Benefícios a empregados
Serviços de terceiros
Depreciação e amortização
Impostos e taxas
Manutenção e conservação
Aluguéis e arrendamentos
Seguros
Outras despesas

Table with columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows: Custo de compra de energia e operação, Despesas administrativas, Outras receitas operacionais, Total.

Natureza dos custos e despesas
Suprimento de energia
Benefícios a empregados
Serviços de terceiros
Depreciação e amortização
Reversão de perda esperada (I)
Aluguéis e arrendamentos
Manutenção e conservação
Seguros
Reconhecimento de contratos
futura de energia
Realização de contratos futuros de energia
Outras receitas (despesas) líquidas

(f) Reversão de provisão de perda esperada com clientes (Nota 6(a)).

Table with columns: 2020, 2020, 2021, 2020. Rows: Custo de compra de energia e operação, Despesas administrativas, Outras receitas operacionais, Total.

(a) Despesas de benefícios a empregados: São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como "Benefícios a empregados", na categoria de remuneração direta.

Table with columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows: Remuneração direta, Encargos sociais, Benefícios.

21. Resultado financeiro líquido: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras: Compreendem substancialmente os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variações monetárias e câmbio e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Table with columns: 2021, 2020, 2021, 2020. Rows: Juros sobre operações com partes relacionadas (I), Receita de aplicações financeiras, Atualização Monetária sobre ativos, Descontos obtidos, Outras receitas financeiras, Receitas financeiras.

(f) Encargos referente a operações de flocos de caixa de receber realizado diretamente com instituições financeiras que a Votener mantém relacionamento. 22. Instrumentos financeiros e gestão de risco: 22.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia e suas controladas nas operações com risco de crédito de contrapartes e emissoras. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuem, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: Fit Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimo anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração da VSA. Como critério preliminar de negociação, são realizadas análises de crédito iniciais dos clientes e, quando necessário, são obtidas garantias para proteger os interesses da Empresa. A qualidade de crédito dos ativos financeiros é avaliada descrita na Nota 5. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas. (c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira da Companhia, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência. A gestão de liquidez e endividamento das atividades é realizada com base nas informações contábeis e gerenciais fornecidas por agências classificadas de risco de abrangência global. A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Table with columns: Até 1 ano, Entre 1 e 3 anos, Entre 3 e 5 anos, A partir de 5 anos, Total. Rows: Em 31 de dezembro de 2021, Em 31 de dezembro de 2020.

Table with columns: Até 1 ano, Entre 1 e 3 anos, Entre 3 e 5 anos, A partir de 5 anos, Total. Rows: Em 31 de dezembro de 2021, Em 31 de dezembro de 2020.

(f) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados. 22.2 Estimativa do valor justo: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a fontes especializadas. Os cenários em 31 de dezembro de 2021 estão descritos abaixo: Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2021, conforme cenários base definido pela Administração para 31 de março de 2022; Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021; Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021.

Table with columns: Valor justo medido com base em, Nível 1, Nível 2, Valor contábil, 2020. Rows: Ativos, Equivalente de caixa.

Table with columns: Valor justo medido com base em, Nível 1, Nível 2, Valor contábil, 2020, 2021, 2020. Rows: Ativo, Equivalente de caixa, Contratos futuros de energia.

22.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade: Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa e de contratos futuros de energia são (i) a exposição à flutuação das taxas de juros e (ii) a exposição de preço dos contratos de compra e venda de energia elétrica. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas. Os cenários em 31 de dezembro de 2021 estão descritos abaixo: Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2021, conforme cenários base definido pela Administração para 31 de março de 2022; Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021; Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021.

Table with columns: Choque nas curvas, Resultado de 2021 do cenário I, -25%, -50%, +25%, +50%. Rows: Fatores de risco de caixa, Taxas de juros, BRL-CDI 9,15%, Contratos futuros de energia.

Table with columns: Choque nas curvas, Resultado de 2021 do cenário I, -25%, -50%, +25%, +50%. Rows: Contratos futuros de energia, Fatores de risco de caixa, Taxas de juros, BRL-CDI 9,15%, Contratos futuros de energia.

continua ->

---> continuação Notas Explicativas da Votorantim Geração de Energia S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.4 Instrumentos financeiros por categoria: As compras e vendas normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os instrumentos não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, se houver, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no exercício em que ocorrem. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido, em "Ajuste de avaliação patrimonial" no exercício em que ocorrem. A Companhia e suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos e passivos financeiros da empresa no reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias: (i) **Custo amortizado:** Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado. (ii) **Valor justo por meio do resultado:** Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício. (iii) **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável. A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria:

Ativo	Controladora		Consolidado		
	Nota	2021	2020	2021	2020
Ao custo amortizado					
Equivalentes de caixa (i)	5	46.208	159.724	79.038	229.092
Contas a receber de clientes	6	1.104	3.131	380.302	400.046
		47.312	162.855	459.340	629.138
Ao valor justo por meio do resultado					
Contratos futuros de energia	8	—	—	3.806.904	1.886.709
		—	—	3.806.904	1.886.709
Passivo					
Ao custo amortizado					
Arrendamentos	12 (b)	2.081	3.919	2.458	5.597
Fornecedores	13	2.272	3.367	378.692	375.693
		4.353	7.286	379.150	381.197
Ao valor justo por meio do resultado					
Contratos futuros de energia	8	—	—	3.759.910	1.828.814
		—	—	3.759.910	1.828.814

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.
23. Benefícios de plano de pensão: A Companhia patrocina planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ernino de Moraes ("FUNSEJEM"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos

pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia. **24. Seguros:** A Companhia e suas controladas mantêm em vigor apólices de seguro de Responsabilidade Civil Geral (RCG). Responsabilidade Civil dos executivos e diretores (D&O), além de cobertura de seguros de Riscos Patrimoniais, com as coberturas, limites de indenização e prazos de vigência indicados na tabela abaixo. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação (não auditado).

Modalidade Patrimonial	Principais coberturas	RGC	Limite máximo de indenização (LMI) - BRL Mil					
			761.000	Vencimento até Maio/2022				
	Danos materiais e Lucros cessantes							
	RC Operações, Empregador, Poluição Subita, Danos Morais, ente outros		50.000					até Fev/2022
	Indenização aos Administradores, Reembolso ao Tomador, ente outros		150.000					até Abril/2022

25. Compromissos de longo prazo
A controlada da Companhia possui compromissos futuros firmados com os clientes e fornecedores, para compra e venda de energia elétrica, sendo que os contratos de compra e venda de energia se estendem até 2037.

Ativo	2022	2023	2024	2025	2026	A partir de 2027	Total
Contratos futuros de energia	1.769.229	1.063.517	1.461.266	1.377.535	1.031.683	1.756.868	8.460.098

Passivo
Contratos futuros de energia (1.626.271) (932.939) (1.294.399) (1.433.484) (1.388.226) (2.286.512) (8.961.831)

Evento Líquido 142.958 130.578 166.867 (55.949) (356.543) (529.644) (501.733)
26. Eventos subsequentes: 26.1 Operação VTRM e CESP: a) **Aprovações:** No fato relevante divulgado pela CESP em 03 de janeiro de 2022, houve aprovação das autoridades antitruste da União Europeia e Turquia, completando todas as aprovações necessárias. b) **Comitê especial independente da CESP (os números a seguir estão em reais):** O Comitê concluiu junto à administração da VTRM, as negociações da relação de troca das ações de emissão da CESP por ações de emissão da VTRM no âmbito da incorporação de ações da CESP ("Relação de Substituição"), e submeteu, em 07 de janeiro de 2022, ao Conselho de Administração da CESP a recomendação acordada, de forma unânime, pelos membros do Comitê para a relação de substituição. A relação de substituição foi livremente negociada entre a administração da VTRM e o Comitê e incluíram as seguintes premissas: (i) o valor econômico (e *uit value*) atribuído aos ativos da VGE a serem contribuídos na VTRM - excluindo o valor da participação detida pela VGE na VTRM - foi de aproximadamente R\$ 2,8 bilhões; (ii) os recursos em dinheiro a serem contribuídos por CPP na VTRM será de R\$ 1,5 bilhão; (iii) o valor econômico (e *uit value*) atribuído à VTRM - sem considerar a participação detida pela VTRM na CESP e os efeitos da operação - foi de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões; (iv) o valor econômico (e *uit value*) atribuído à CESP foi de aproximadamente R\$ 9,1 bilhões, equivalente a aproximadamente R\$ 27,93 por ação (independentemente da classe ou espécie e desconsideradas as ações em tesouraria); (v) para determinação dos valores econômicos (e *uit value*) indicados acima, foi considerada a data-base de 31 de dezembro de 2021 e utilizou-se a metodologia de fluxo de caixa descontado; e (vi) o valor do resgate das ações preferenciais resgatáveis no âmbito da incorporação de ações da CESP, no valor por ação da Companhia de R\$ 0,40 e no valor total de aproximadamente R\$ 79,5 milhões, considera a estimativa dos valores dos tributos a serem retidos, pela VTRM, dos investidores não residentes por força da operação. Assumindo as premissas acima e considerando a Relação de Substituição aprovada pelo Comitê e pelo Conselho de Administração da CESP na data de efetivação da incorporação de ações, os acionistas não controladores, receberão, para cada 1 ação de emissão da CESP de sua titularidade, independentemente da espécie ou da classe: (i) 6.567904669174 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM; e (ii) 0.095425889495 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal da VTRM, compulsoriamente resgatáveis. Para otimizar o valor de mercado das ações da VTRM, estimulando a liquidez e o menor impacto de oscilações na cotação, depois da Operação VTRM e antes da consumação da incorporação de Ações, será realizado o Grupamento, de modo que cada 4.253509378 ações da VTRM serão agrupadas em 1 (uma) ação, sem alteração da cifra do capital social da VTRM. Por força do Grupamento, a relação de substituição aprovada pelo

Conselho de Administração foi ajustada proporcionalmente, nos seguintes termos: (iii) 1.544114302635 nova ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal de emissão da VTRM para cada 1 (uma) ação de emissão da Companhia incorporada, independentemente da espécie ou classe; (iv) 0,022434625149 nova ação preferencial compulsoriamente resgatável, nominativa, escritural e sem valor nominal de emissão da VTRM para cada 1 (uma) ação de emissão da Companhia incorporada, independentemente da espécie ou classe. Como a reorganização societária contempla a entrega, aos acionistas da CESP de ações preferenciais compulsoriamente resgatáveis da VTRM, com base na relação de substituição e considerando o referido no valor total de, aproximadamente, R\$ 78,5 milhões, a VTRM passará a ter a seguinte estrutura societária final: Considerando o número de ações atualmente emitidas pela CESP e a quantidade de ações em tesouraria nesta data, (a) seriam incorporadas pela VTRM até 196.369.563 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da CESP, sendo até 7.050.066 ações ordinárias, até 7.301.608 ações preferenciais classe "A" e até 182.017.689 ações preferenciais classe "B"; e (b) os administradores da CESP subscriveriam, por conta dos acionistas dela (VTRM), na proporção das respectivas participações no capital social da CESP, até 307.622.529 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 303.217.051 ações ordinárias e até 4.405.478 ações preferenciais compulsoriamente resgatáveis. Para fins ilustrativos, assumindo a quantidade máxima de ações de emissão da CESP incorporadas pela VTRM conforme indicado no parágrafo anterior, na Data de Fechamento da Incorporação de Ações, imediatamente depois da Incorporação de Ações e do Resgate, o capital social da VTRM passará a ser de até R\$ 5.940.136.584,99, dividido em até 1.000.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas conforme abaixo:

Acionistas	Ações		Participação
	VSA	CPP	
VSA	377.434.774	377.434	37,74%
CPP Investments	319.348.174	319.348	31,94%
Outros acionistas	303.217.052	—	30,32%
Total	1.000.000.000	—	100,00%

A relação de substituição poderá ser ajustada proporcionalmente em caso de modificação do número de ações do capital da VTRM e da CESP, incluindo quaisquer desdobramentos, grupamentos e bonificações das ações da VTRM ou da CESP, conforme aplicável, e proventos (incluindo dividendos e juros sobre capital próprio) que venham a ser declarados pela VTRM ou pela CESP. Considerando que já foi definida a relação de substituição proposta, a assembleia geral extraordinária da CESP ocorreu dia 15 de fevereiro de 2022, para deliberar a respeito da incorporação de ações da CESP pela VTRM, sendo que a expectativa é de concluir a Operação CESP até abril de 2022. (vi) **Incorporação reversa VGE:** A operação da VTRM prevê a incorporação reversa da Companhia, que ocorreu em 03 de fevereiro de 2022. A VTRM passará a deter os seguintes ativos em seu patrimônio no momento da incorporação: (i) Participação de 66,6667% do capital social da CBA Energia, cujos ativos de geração incluem UHE Campos Novos e UHE Barra Grande, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; (ii) Participação de 66,6667% do capital social da Pollarix, cujos ativos de geração incluem UHE Amador Aguiar I e II (Consórcio Capim Branco), UHE Picada, UHE Igarapava (Consórcio Igarapava) e UHE Campos Novos, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão; (iii) Participação de 100% do capital social da Votener, correspondente a 16.438.442 quotas de sua emissão. Em consequência da incorporação reversa, o montante de 992.547.439 de ações que a VGE possui, com emissão da VTRM serão canceladas e substituídas por igual número de ações da VTRM e serão atribuídas à VSA, pois é única acionista da VGE. Além disso, em razão dos Ativos incorporados pela VTRM, serão emitidas 612.874.904 novas ações ordinárias da VTRM, também atribuídas à VSA ("Novas Ações VTRM"). O valor econômico atribuído (e *uit value*) aos Ativos da VTRM (excluindo o valor da participação detida pela VGE na VTRM) foi de R\$ 2,8 bilhões. (vii) **Aporte de capital CPP Investments:** Como ato subsequente, o capital social da VTRM foi aumentado na data de 03 de fevereiro de 2022 em R\$ 1,5 bilhão, com a emissão de 365.803.013 novas ações, a serem totalmente subscritas por CPP Investments pelo preço de emissão de R\$ 4,10 por ação, com integralização em moeda corrente nacional. Após a implementação da Transação VTRM, VSA e CPP Investments passarão a deter participações societárias de aproximadamente 54,2% e 45,8% no capital social da VTRM, respectivamente. (viii) **Resgate de Ações Preferenciais da CESP:** A VTRM realizará o resgate automático e compulsório da totalidade das ações preferenciais resgatáveis da CESP, com pagamento em dinheiro, em momento imediatamente subsequente à sua emissão. Uma vez resgatadas, contra a conta de reserva de capital da VTRM. **26.2 Pagamento de dividendos:** Em 31 de janeiro de 2022, foram pagos à controladora Votorantim S.A., R\$ 14.220, referente aos dividendos adicionais de 2020 que foram aprovados em 2021 e a diferença no montante de R\$ 60.121 foi revertida em contrapartida à rubrica de Retenção de Lucros conforme Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 21 de janeiro de 2022.

Diretoria		Contador:
Fábio Rogério Zanfelice - Diretor Presidente	Carlos Guerra Farias - Diretor	Rafael Reva - CRC 053271/O-0 - CPF: 042.236.189-54

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Justiça a determinação dos montantes dos ativos indenizáveis e formas de recebimento. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Partes relacionadas:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 16 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades de administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de março de 2022

DWC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/O-5

Carlos Eduardo Guraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/529E-8F75-17B1-66A4> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 529E-8F75-17B1-66A4



Hash do Documento

D0C59A5A090EA45CB9274164AFAC56B005F6D4DDC869C060ED80DDEDD5F66188

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 01:00 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Continuação					
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas					
<p>Aos Administradores e Acionistas da Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A. Curitiba - PR Opinião</p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião</p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Principais assuntos de auditoria</p> <p>Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p>					
<p>Provisão para ressarcimento</p> <p>Nota explicativa 6 (g) e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Principal assunto de auditoria</th> <th>Como nossa auditoria conduziu esse assunto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> <p>A provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia elétrica é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento, tomando como base as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.</p> <p>A provisão de ressarcimento é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.</p> <p>Consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa que podem impactar relevantemente a mensuração da provisão para ressarcimento nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> </td> <td> <p>Nossos procedimentos incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da provisão para ressarcimento de geração energia elétrica contratual. - análise dos dados utilizados na determinação da estimativa da provisão de ressarcimento de geração energia elétrica contratual, especificamente: <ul style="list-style-type: none"> • os dados da apuração da carga de energia gerada e entregue; • os registros de ressarcimento anual e quadrial realizados pela Companhia junto ao Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), visando determinar o percentual de aplicação de geração frente ao volume e montante contratado pactuado entre as partes; • as correspondências encaminhadas pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, demonstrando a quantidade de energia restringida. <p>Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão matemática dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de provisão para ressarcimento com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria, assim como, a segregação de curto e longo prazo.</p> <p>Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração da provisão para ressarcimento, os quais não foram registrados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração da provisão de ressarcimento de geração energia elétrica contratual, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p> </td> </tr> </tbody> </table>		Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto	<p>A provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia elétrica é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento, tomando como base as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.</p> <p>A provisão de ressarcimento é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.</p> <p>Consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa que podem impactar relevantemente a mensuração da provisão para ressarcimento nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da provisão para ressarcimento de geração energia elétrica contratual. - análise dos dados utilizados na determinação da estimativa da provisão de ressarcimento de geração energia elétrica contratual, especificamente: <ul style="list-style-type: none"> • os dados da apuração da carga de energia gerada e entregue; • os registros de ressarcimento anual e quadrial realizados pela Companhia junto ao Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), visando determinar o percentual de aplicação de geração frente ao volume e montante contratado pactuado entre as partes; • as correspondências encaminhadas pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, demonstrando a quantidade de energia restringida. <p>Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão matemática dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de provisão para ressarcimento com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria, assim como, a segregação de curto e longo prazo.</p> <p>Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração da provisão para ressarcimento, os quais não foram registrados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração da provisão de ressarcimento de geração energia elétrica contratual, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto				
<p>A provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia elétrica é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento, tomando como base as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.</p> <p>A provisão de ressarcimento é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.</p> <p>Consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa que podem impactar relevantemente a mensuração da provisão para ressarcimento nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da provisão para ressarcimento de geração energia elétrica contratual. - análise dos dados utilizados na determinação da estimativa da provisão de ressarcimento de geração energia elétrica contratual, especificamente: <ul style="list-style-type: none"> • os dados da apuração da carga de energia gerada e entregue; • os registros de ressarcimento anual e quadrial realizados pela Companhia junto ao Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), visando determinar o percentual de aplicação de geração frente ao volume e montante contratado pactuado entre as partes; • as correspondências encaminhadas pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, demonstrando a quantidade de energia restringida. <p>Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão matemática dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de provisão para ressarcimento com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria, assim como, a segregação de curto e longo prazo.</p> <p>Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração da provisão para ressarcimento, os quais não foram registrados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração da provisão de ressarcimento de geração energia elétrica contratual, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>				
<p>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p> <p>A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.</p> <p>Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. <p>Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>					
<p>Curitiba, 31 de março de 2022.</p>					
<p> KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-PR</p>					
<p>João Alberto Dias Panzeri Contador CRC PR-048555/O-2</p>					

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B997-CBD3-CDD5-9B48> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B997-CBD3-CDD5-9B48



Hash do Documento

04B081DDCA0C2FCEF286195E07C9E4910BCB4DF39BC32C61A3E5D571EDC9479E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:06 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Continuação	2021	2020
Recita com venda de energia (*)	26.178	25.039
Outras receitas	1.919	454
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	4.013	2.457
Base de cálculo CSLL 12% (*)	5.061	454
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	1.057	680
I.R. (10%) s/ lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	377	222
Taxa efetiva	1.435	902
Imposto de renda e contribuição social correntes	15.81%	15,24%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	-	(5)

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a recita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de recita registradas dentro de suas devidas competências.
(**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

19 Instrumentos financeiros
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros
Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.
A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.
O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	Valor justo		Valor contábil	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	77	52	77	52
Aplicações financeiras	40.375	36.946	40.375	36.946
Contas a receber de clientes	2.979	2.773	2.979	2.773
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	5.235	4.770	5.235	4.770
Partes relacionadas	4.976	712	4.976	712
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	797	192	797	192
Financiamentos	4.082	4.018	4.082	4.018
Partes relacionadas	2.131	1.900	2.131	1.900
Não circulante				
Financiamentos	57.394	61.259	57.394	61.259

Categories de instrumentos financeiros
A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2021		2020	
	Valor justo por meio do res.	Custo amort. (*)	Valor justo por meio do res.	Custo amort. (*)
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	77	-	77	-
Aplicações financeiras	40.375	-	40.375	-
Contas a receber de clientes	-	2.979	-	2.979
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	-	5.235	-	4.770
Partes relacionadas	-	4.976	-	712
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	797	-	192
Financiamentos	-	4.082	-	4.018
Partes relacionadas	-	2.131	-	1.900
Não circulante				
Financiamentos	-	57.394	-	61.259

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.
c. Mensuração pelo valor justo
A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2021		
	Saldo em 2021	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação não observáveis (nível 2)
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	77	77	-
Aplicações financeiras	40.375	40.375	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.235	5.235	-

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	52	52	-	-
Aplicações financeiras	36.946	36.946	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	4.770	4.770	-	-

Ativos financeiros
Circulante
Caixa e bancos
Aplicações financeiras
Contas a receber de clientes
Não circulante
Aplicações financeiras vinculadas
Partes relacionadas
Passivos financeiros
Circulante
Fornecedores
Financiamentos
Partes relacionadas
Não circulante
Financiamentos

Categories de instrumentos financeiros
A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçoamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçoamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis)**. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos
A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.
A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional
O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.
Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito
Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.
Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.
Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	2021	2020
Aplicações financeiras	40.375	36.946
Aplicações financeiras vinculadas	5.235	4.770
Contas a receber de clientes	2.979	2.773

(iii) Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos.
O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2021	2020
Financiamentos	61.476	65.277
Fornecedores	797	192

(iv) Risco de mercado
Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.
A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.
Exposição ao risco de taxa de juros
Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.
O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2021	2020
Ativo		
Aplicações financeiras	40.375	36.946
Aplicações financeiras vinculadas	5.235	4.770
Passivo		
Financiamentos	61.476	65.277

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.
Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2021.
Em 31 de dezembro de 2021

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	45.610	Redução do CDI	3.130	2.087

(*) Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a.
Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2021.
Em 31 de dezembro de 2021

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Financiamentos	61.476	Aumento da TJLP	4.672	5.607

(*) Os índices de TJLP considerados foram de 6,08% a.a.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora
SuSheng Huang
Diretor
Viviane Cristina Ferreira
Contadora CRC PR - 045.363-0

Aos Administradores e Acionistas da Morrinhos Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Morrinhos Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Morrinhos Energias Renováveis S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios

éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
• Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
• Aplicações financeiras vinculadas: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Curitiba, 31 de março de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8855-2D81-3FF6-2D17> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8855-2D81-3FF6-2D17



Hash do Documento

A1B26F1B38FA430D952256074D637CC15691AA0A0FAF3A9D3D08969630F638B0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:06 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Continuação		Valor justo		Valor contábil	
17 Resultado financeiro		2021	2020	2021	2020
Despesas bancárias	2021				
IOF	(126)				
Juros de financiamentos	(663)				
Amortização do custo de captação	(4.846)				
Custo de estruturação da dívida	(72)				
Juros e multa de mora	(288)				
Outras despesas financeiras	(54)				
	(8)				
Total das despesas financeiras	(6.057)				
Receita de aplicação financeira	1.669				
Outras receitas financeiras	-				
	337				
Total das receitas financeiras	1.669				
Resultado financeiro líquido	(4.388)				
18 Imposto de renda e contribuição social					
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:					
Regime de tributação pelo lucro presumido					
	2021	2020			
Receita com venda de energia (*)	27.477	26.314			
Outras receitas	1.757	549			
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	3.955	2.654			
Base de cálculo CSLL 12% (*)	5.054	3.706			
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	1.048	732			
I.R. (10%) s/ lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	371	241			
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.420	973			
Taxa efetiva	15,76%	15,30%			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	-	(5)			
(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.					
(**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro.					
19 Instrumentos financeiros					
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.					
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.					
a. Valor justo dos instrumentos financeiros					
Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.					
A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.					
O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.					
Aos Administradores e Acionistas da Andorinha Energias Renováveis S.A.					
Curitiba - PR					
Opinião					
Examinamos as demonstrações financeiras da Andorinha Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.					
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andorinha Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.					
Base para opinião					
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes					
previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.					
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras					
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.					
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.					
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras					
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas					
brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.					
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:					
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.					
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.					
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.					
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade					
operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.					
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.					
Comunicamos aos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.					
Curitiba, 31 de março de 2022					
					
KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-01428/O-6 F-PR					
João Alberto Dias Panzeri Contador CRC PR-045363-O					

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/568D-FB6F-1F97-8163> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 568D-FB6F-1F97-8163



Hash do Documento

59B5739B6E6812F908CC5968B3B284C179B889A7F39DA499C5BDEFAC6062A4E9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:06 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Continuação como segue: Regime de tributação pelo lucro presumido	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Receita com venda de energia (*)	25.700	24.621		
Outras receitas	1.387	435		
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	3.442	2.405		
Base de cálculo CSLL 12% (*)	4.470	3.389		
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	919	666		
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a RS 240 no período de 12 meses	320	216		
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.239	882		
<i>Taxa efetiva</i>	<i>15,66%</i>	<i>15,23%</i>		

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.

(**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro.

19 Instrumentos Financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecimento. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2021		Valor contábil em 31 de dezembro de 2021	
	Saldo em 2021	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Saldo em 2021	2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	49	49	49	43
Aplicações financeiras	26.820	23.427	26.820	23.427
Contas a receber de clientes	2.988	2.719	2.988	2.719
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	5.225	4.860	5.225	4.860
Partes relacionadas (nota 9)	4.922	712	4.922	712
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	361	151	361	151
Financiamentos	4.158	4.077	4.158	4.077

b. Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2021		Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)		Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)	
	Saldo em 2021	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Saldo em 2021	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Saldo em 2021	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	43	43	-	-	-	-
Aplicações financeiras	23.427	23.427	-	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	4.860	4.860	-	-	-	-

• **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade

reserva constituída de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontamente e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretoras, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) **Risco operacional**

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) **Risco de crédito**

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falte em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2021	2020
Aplicações financeiras	26.820	23.427
Aplicações financeiras vinculadas	5.225	4.860
	2.988	2.719

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível,

que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2021	2020
Financiamentos	63.355	67.226
Fornecedores	361	151

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2021	2020
Ativo		
Aplicações financeiras	26.820	23.427
Aplicações financeiras vinculadas	5.225	4.860
	32.094	28.287

Passivo

Financiamentos

63.355

67.226

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	32.094	Redução do CDI	2.202	1.468

(*) Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Financiamentos	63.355	Aumento da TJLP	4.815	5.778

(*) Os índices de TJLP considerados foram de 6,08% a.a.

DIRETORIA

Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

SuiSheng Huang
Diretor

Viviane Cristina Ferreira
Contadora CRC PR - 045.363-0

Curitiba, 31 de março de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6-F-PR

João Alberto Dias Panzeri
Contador CRC PR-048555-O-2

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/87AA-1B3C-4AE5-A322> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 87AA-1B3C-4AE5-A322



Hash do Documento

2A2D2C98B99A66EF9C20B628EA91790F6C4DB9D5EDC90697B11BBE87767EB541

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:06 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Campos Formoso II Energias Renováveis S.A.

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

CNPJ: 17.613.629/0001-00

Relatório da Administração - Exercício 2021

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

Table with columns: Nota, 2021, 2020. Rows include Ativo, Passivo, Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. 1 Contexto operacional A Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. ("Campo Formoso II" ou "Companhia"), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 27 de novembro de 2012 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do parque eólico do Campo Formoso II, localizado no município de Campo Formoso-BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção...

Table with columns: Projeto, Potência [MW], Leilão, Modelo Aero Otorga, Início da Operação, 2021, 2020. Rows include Ventos de Campo Formoso II.

2 Base de preparação Declaração de conformidade As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 3 Meios funcionais e meios de apresentação As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o millar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ajustadas, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

5 Base de mensuração As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo. 6 Resumo das principais políticas contábeis As principais políticas contábeis são: a. Reconhecimento da receita contratual e o cliente A receita de vendas advinda do ciclo normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante se espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho detalhada; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a quantidade contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos de energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS. B. Receitas financeiras e despesas financeiras As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. c. Impostos (ii) Impostos e contribuições sobre os recursos As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. (iii) Impostos e contribuições sobre o lucro Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

A despeza com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto de renda e o imposto diferido são reconhecidos no resultado quando os custos relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iii) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente A despeza de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de incertezas decedentes na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são comprometidos somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado (i) Reconhecimento e mensuração O custo inicial gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade compreende o custo de materiais e mão de obra direta, que inclui outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Qualquer ganho ou perda na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. (ii) Custos subsequentes Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) Depreciação Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico regulado pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas avaliadas pelo Grupo e aceitas pelo mercado como práticas usuais de conservação dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. Taxas médias de depreciação sobre os dois exercícios apresentados:

Table with columns: Classe de imobilizado, Taxa anual de depreciação. Rows include Móveis e utensílios (6%), Equipamentos de informática (20%), Aerogeradores (4%), Sistemas de transmissão e conexão (4%), Edificações, obras civis e benfeitorias (2%).

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. e. Provisões Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. f. Benefícios a empregados O pagamento de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Capital social As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. h. Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial O reconhecimento inicial é reconhecido quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. 9. Partes relacionadas O pagamento de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. 1. Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial O reconhecimento inicial é reconhecido quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. 9. Partes relacionadas O pagamento de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. 1. Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial O reconhecimento inicial é reconhecido quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. 9. Partes relacionadas O pagamento de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. 1. Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial O reconhecimento inicial é reconhecido quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. 9. Partes relacionadas O pagamento de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. 1. Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial O reconhecimento inicial é reconhecido quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. 9. Partes relacionadas O pagamento de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. 1. Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial O reconhecimento inicial é reconhecido quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. 9. Partes relacionadas O pagamento de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. 1. Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial O reconhecimento inicial é reconhecido quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. 9. Partes relacionadas O pagamento de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. 1. Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial O reconhecimento inicial é reconhecido quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. 9. Partes relacionadas O pagamento de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. 1. Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial O reconhecimento inicial é reconhecido quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. 9. Partes relacionadas O pagamento de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. 1. Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial O reconhecimento inicial é reconhecido quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. 9. Partes relacionadas O pagamento de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. 1. Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial O reconhecimento inicial é reconhecido quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. 9. Partes relacionadas O pagamento de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. 1. Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial O reconhecimento inicial é reconhecido quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. 9. Partes relacionadas O pagamento de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. 1. Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial O reconhecimento inicial é reconhecido quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. 9. Partes relacionadas O pagamento de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. 1. Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial O reconhecimento inicial é reconhecido quando a entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. 9. Partes relacionadas O pagamento de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell'Agnolo Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B89A-F01C-A8EE-6E22.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B89A-F01C-A8EE-6E22> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B89A-F01C-A8EE-6E22



Hash do Documento

5E4C3E1B1B0B7498031249E030C6EB1ECC6BC6EB421B100E98EC53D8E1EFF20D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:15 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Continuação			
Regime de tributação pelo lucro presumido			
	2021	2020	
Receita com venda de energia (*)	23.635	22.763	
Outras receitas	1.218	390	
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	3.109	2.211	
Base de cálculo CSLL 12% (*)	4.054	3.121	
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	831	613	
I.R. (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	287	197	
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.118	810	
Taxa efetiva	15,61%	15,18%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)		(9)	
(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.			
(**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.			
19 Instrumentos financeiros			
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.			
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.			
a. Valor justo dos instrumentos financeiros			
Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.			
A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.			
O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.			
	Valor justo	Valor contábil	
Ativos financeiros	2021	2020	2021
Circulante	73	30	73
Caixa e bancos	73	30	30
Aplicações financeiras	23.998	21.403	23.998
Contas a receber de clientes	2.692	2.462	2.692
Não circulante	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	4.851	4.357	4.851
Partes relacionadas (nota 9)	4.926	712	4.926
Passivos financeiros			
Circulante	238	155	238
Fornecedores	238	155	155
Financiamentos	3.528	3.459	3.528
Partes relacionadas (nota 9)	1.145	1.477	1.145
Não circulante	-	-	-
Financiamentos	50.236	53.588	50.236
b. Categorias de instrumentos financeiros			
Aos Administradores e Acionistas da Sertão Energias Renováveis S.A.			
Curitiba - PR			
Opinião			
Examinamos as demonstrações financeiras da Sertão Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.			
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sertão Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.			
Base para opinião			
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras			
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.			
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.			
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras			
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.			
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos nosso julgamento profissional ao longo da auditoria. Além disso:			
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.			
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.			
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.			
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em			
relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.			
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.			
Curitiba, 31 de março de 2022			
KPMG			
KPMG Auditores Independentes Ltda.			
CRC SP-01428/O-6 F-PR			
		João Alberto Dias Panceri Contador CRC PR-04555/O-2	

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/157A-38F7-009E-9534> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 157A-38F7-009E-9534



Hash do Documento

87F079EF202F2DA5CFED8454197CAC522695A4C6E228353A405939F79AD41AFF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:15 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A.

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício 2021. Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell'Agnolo Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DF9B-6884-35FF-A260.

Continuação		Valor justo		Valor contábil	
17 Resultado financeiro		2021	2020	2021	2020
Despesas bancárias	2021				
IOF	(129)				
Juros de financiamentos	(5.707)	(6.088)			
Amortização do custo de captação	(94)	(105)			
Custo da estruturação da dívida	(347)	(342)			
Juros e multa de mora	67	-			
Outras despesas financeiras	(8)	-			
Total das despesas financeiras	(5.935)	(6.661)			
Juros recebidos	733	152			
Receita de aplicação financeira	-	3			
Outras receitas financeiras	-	-			
Total das receitas financeiras	733	158			
Resultado financeiro	(5.202)	(6.503)			
18 Imposto de renda e contribuição social					
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:					
	2021	2020			
Receita com venda de energia (*)	35.861	26.444			
Outras receitas	796	356			
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	3.665	2.472			
Base de cálculo CSLL 12% (*)	5.099	3.530			
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	1.009	689			
L.R. (10%) w/ lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	343	223			
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.351	912			
Taxa efetiva	15,42%	15,19%			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	(362)	265			
(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.					
(**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.					
19 Instrumentos Financeiros					
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.					
A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.					
a. Valor justo dos instrumentos financeiros					
Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.					
A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.					
O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.					
Aos Administradores e Acionistas da Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A. Curitiba - PR					
Opinião					
Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.					
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.					
Base para opinião					
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes					
		previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			
		Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras			
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.					
		Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras			
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes					
		existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.			
		Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:			
		- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.			
		- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.			
		- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.			
		- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em			
		relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.			
		- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.			
		Curitiba, 31 de março de 2022			
					
		KPMG Auditores Independentes Ltda.		João Alberto Dias Panzeri	
		CRC SP-014428/O-6 F-PR		Contador CRC PR-048555/O-2	

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DF9B-6884-35FF-A260> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DF9B-6884-35FF-A260



Hash do Documento

7B0E8CB8517ED85B3E377118FAE624E767D14C85C9E8C3A86233AA5749D5D02F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:15 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 18.156.217/0001-50 Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80.530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamos-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais) - Includes tables for Ativo, Passivo, and detailed asset/liability breakdowns with columns for Nota, 2021, 2020, and Consolidado.

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais) - Includes tables for Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Demonstrações do resultado abrangente, and Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais) - Includes tables for Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Fluxo de caixa líquido (utilizado nas atividades operacionais), and Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais.

1 Contexto operacional A Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("SVP" ou "Grupo"), com sede na Avenida Cândido de Abreu, 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade de capital fechado constituída em 14 de maio de 2013...

As controladas da SVP foram vencedoras dos Leilões promovidos pela ANEL, com a autorização dos projetos por 35 anos, o que viabilizou os empreendimentos dos 12 parques eólicos localizados na cidade de Santa Vitória do Palmar, no estado do Rio Grande do Sul com as seguintes características:

Table with columns: Empresa, Potência [MW], Leilão, Modelo Aero, Outorga, Início Outorga, Fim da Outorga, Garantia Física, Garantia Física, Garantia Física, Garantia Física, Operação.

A SVP possui como acionista e controladora direta, a Atlantic Energias Renováveis S.A., e indiretamente, a CGN Brasil Energia Participações S.A., ambas possuem relevante experiência complementar em diferentes setores, destacando-se: engenharia, infraestrutura e energia renovável, incluindo energia eólica, o que agrega significativo valor no desenvolvimento dos projetos.

2 Base de preparação Declaração de conformidade As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Métrica funcional e moda de apresentação As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois, os resultados efetivamente seriam diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

5 Base de consolidação (i) Controladas Controladas são todas as entidades investidas nas quais o Grupo está exposta ou detém o direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, ou ainda quando o Grupo possui a habilidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido na entidade investida.

6 Resumo das principais políticas contábeis As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

7 Instrumentos financeiros i. Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial O reconhecimento inicial de um ativo financeiro é baseado no valor justo do instrumento, considerando o custo efetivo de aquisição.

8 Ativos financeiros ativos amortizados O reconhecimento inicial de ativos financeiros amortizados é baseado no valor justo do instrumento, considerando o custo efetivo de aquisição.

9 Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os ativos financeiros são classificados em função de seu prazo de vencimento.

10 Redução ao valor recuperável (impairment) (i) Ativos financeiros não-derivativos Os ativos financeiros não-derivativos são avaliados com base no menor valor entre o custo amortizado e o valor justo.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Classe de imobilização Máquinas e utensílios Edificações, obras civis e benéficas Aerogeradores Sistemas de transmissão e conexão Equipamentos de informática

As metodologias de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso haja alteração em ambas as informações.

f. Arrendamentos No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, ou a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC (06 R2).

g. Provisões As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos e refletida no balanço patrimonial como uma obrigação financeira.

h. Benefícios a empregados Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o custo de curto prazo do arrendamento, ou ao VRJ (valor justo após resultados).

i. Capital social As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. As ações de transação diretamente atribuídas à emissão de novas ações são demonstradas no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

j. Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial O reconhecimento inicial de um ativo financeiro é baseado no valor justo do instrumento, considerando o custo efetivo de aquisição.

Classificação e mensuração subsequente O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente); ou ao VRJ (valor justo através do resultado).

k. Redução ao valor recuperável (impairment) (i) Ativos financeiros não-derivativos Os ativos financeiros não-derivativos são avaliados com base no menor valor entre o custo amortizado e o valor justo.

11 Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os ativos financeiros são classificados em função de seu prazo de vencimento.

12 Redução ao valor recuperável (impairment) (i) Ativos financeiros não-derivativos Os ativos financeiros não-derivativos são avaliados com base no menor valor entre o custo amortizado e o valor justo.

13 Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os ativos financeiros são classificados em função de seu prazo de vencimento.

14 Redução ao valor recuperável (impairment) (i) Ativos financeiros não-derivativos Os ativos financeiros não-derivativos são avaliados com base no menor valor entre o custo amortizado e o valor justo.

15 Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os ativos financeiros são classificados em função de seu prazo de vencimento.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual quanto em nível coletivo.

(iii) Ativos não financeiros A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado quando houver indicação de que um ativo específico ou grupo de ativos apresenta sinais de perda.

Mudanças nas principais políticas contábeis Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não adotou essas novas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

7. Caixa e equivalentes de caixa O balanço patrimonial apresenta caixa e equivalentes de caixa, o qual compreende recursos financeiros em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020, Caixa e bancos, Aplicações financeiras (i)

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

8 Contas a receber de clientes (consolidado) Consolidado 2021 2020 Contas a receber 18.089 16.809 18.089 16.809

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2021 e com vencimento em janeiro de 2022. Não existem vendas de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

9 Partes relacionadas O Grupo possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a ratio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas gestão de recursos financeiros.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020, Passivo circulante, Atlântic Energias Renováveis S.A (a)

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020, Passivo não circulante, Atlântic Energias Renováveis S.A (b), Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. (c)

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao ratio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b) O saldo referente ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta.

(c) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao ratio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (d) O saldo referente ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta.

10 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado) Consolidado 2021 2020 Aplicações financeiras vinculadas 40.996 45.275

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento aos covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 15).

Table with columns: Controladas, Ativos, Passivo, Lucro Líquido, Receita (prejuízo), Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao ratio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. Em 2021 os valores foram utilizados parcialmente para abater do saldo a integralizar no capital social.

(b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (c) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao ratio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.

Table with columns: Controladas, Ativos, Passivo, Patrimonio liquido, Receita (prejuizo), Lucro. Rows include Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. through Santa Vitória do Palmar XIII Energias Renováveis S.A.

11.2 Participações em empresas controladas
Os investimentos e as respectivas movimentações nas controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, estão demonstrados abaixo:

Table with columns: Participação, Saldo inicial, Dividendos, Equivalência Patrimonial, Saldo final. Rows list participations in Santa Vitória do Palmar I through XIII Energias Renováveis S.A.

Table with columns: Participação, Saldo inicial, Dividendos, Equivalência Patrimonial, Saldo final. Rows list participations in Santa Vitória do Palmar I through XIII Energias Renováveis S.A. (continued).

12 Imobilizado (consolidado)
O saldo do imobilizado está composto pelos seguintes valores:

Table with columns: Taxas anuais de depreciação, Custo, Depreciação acumulada, Saldo líquido. Rows list assets like Móveis e utensílios, Edificações, Aerogeradores, etc.

Table with columns: Saldo em 2020, Adições, Baixas, Transferência, Saldo em 2021. Rows list assets and their movements for 2021.

Table with columns: Saldo em 2019, Adições, Baixas, Transferência, Saldo em 2020. Rows list assets and their movements for 2020.

Table with columns: Saldo em 2020, Adições, Baixas, Transferência, Saldo em 2021. Rows list assets and their movements for 2021 (continued).

Table with columns: Saldo em 2019, Adições, Baixas, Transferência, Saldo em 2020. Rows list assets and their movements for 2020 (continued).

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)
O Grupo atualmente avalia a recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração estimou os valores recuperáveis de suas UGCs (nota 1) baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade.

13 Arrendamentos
Os saldos relacionados aos arrendamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 são demonstrados conforme tabelas a seguir:

Table with columns: Taxa média anual, Amortização, Custo, Saldo, Amortização, Saldo líquido. Rows include Terras e terrenos.

14 Provisões
(i) Provisão ressarcimento
A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratada. Esta provisão é mensurada considerando os valores autorizados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

Table with columns: Cenários, Geração x Montante Contratado, Resultados. Rows include Abaixo de 90%, Entre 90% a 100%, Entre 100% a 130%, Acima de 130%.

15 Financiamentos e debêntures a pagar (consolidado)
Operação (moeda nacional), Indexador e taxas, Final do vencimento, 2021, 2020.

Table with columns: Aplicações financeiras vinculadas, Financ. vinculadas, Capital Social, Total. Rows include Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A through Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A.

(a) A Companhia Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A: em 26 de julho de 2018 foi assinado o Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples contendo 105.000 debêntures ao valor de R\$ 1,00 não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia alienação fiduciária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento final para setembro de 2023.

(b) A Companhia Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (redor) no valor de R\$ 41.345, com vencimento final para dezembro de 2023.

(c) A Companhia Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social - BRDE (redor) no valor de R\$ 21.321, com vencimento final para dezembro de 2023.

(d) A Companhia Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (redor) no valor de R\$ 56.286, com vencimento final para dezembro de 2023.

(e) A Companhia Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social - BRDE (redor) no valor de R\$ 29.105, com vencimento final para dezembro de 2023.

(f) A Companhia Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (redor) no valor de R\$ 39.377, com vencimento final para outubro de 2023.

(g) A Companhia Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social - BRDE (redor) no valor de R\$ 20.306, com vencimento final para outubro de 2023.

(h) A Companhia Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (redor) no valor de R\$ 16.786, com vencimento final para dezembro de 2023.

(i) A Companhia Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (redor) no valor de R\$ 32.883, com vencimento final para outubro de 2023.

(j) A Companhia Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social - BRDE (redor) no valor de R\$ 16.922, com vencimento final para outubro de 2023.

(k) A Companhia Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (redor) no valor de R\$ 39.377, com vencimento final para outubro de 2023.

(l) A Companhia Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social - BRDE (redor) no valor de R\$ 9.882, com vencimento final para dezembro de 2023.

(m) A Companhia Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (redor) no valor de R\$ 18.835, com vencimento final para outubro de 2023.

(n) A Companhia Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social - BRDE (redor) no valor de R\$ 9.713, com vencimento final para outubro de 2023.

(o) A Companhia Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (redor) no valor de R\$ 56.439, com vencimento final para junho de 2023.

Table with columns: Aplicações financeiras vinculadas, Financ. vinculadas, Capital Social, Total. Rows include Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A through Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A.

(p) A Companhia Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (redor) no valor de R\$ 56.286, com vencimento final para dezembro de 2023.

(q) A Companhia Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social - BRDE (redor) no valor de R\$ 21.321, com vencimento final para dezembro de 2023.

(r) A Companhia Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (redor) no valor de R\$ 56.286, com vencimento final para dezembro de 2023.

(s) A Companhia Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social - BRDE (redor) no valor de R\$ 29.105, com vencimento final para dezembro de 2023.

(t) A Companhia Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (redor) no valor de R\$ 56.286, com vencimento final para dezembro de 2023.

(u) A Companhia Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social - BRDE (redor) no valor de R\$ 16.922, com vencimento final para outubro de 2023.

(v) A Companhia Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (redor) no valor de R\$ 39.377, com vencimento final para outubro de 2023.

(w) A Companhia Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social - BRDE (redor) no valor de R\$ 9.882, com vencimento final para dezembro de 2023.

(x) A Companhia Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (redor) no valor de R\$ 56.439, com vencimento final para junho de 2023.

(y) A Companhia Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social - BRDE (redor) no valor de R\$ 29.106, com vencimento final para junho de 2023.

(z) A Companhia Santa Vitória do Palmar XIII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (redor) no valor de R\$ 19.163, com vencimento final para dezembro de 2023.

(aa) A Companhia Santa Vitória do Palmar XIII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social - BRDE (redor) no valor de R\$ 9.882, com vencimento final para dezembro de 2023.

(ab) A Companhia Santa Vitória do Palmar XIV Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (redor) no valor de R\$ 56.439, com vencimento final para junho de 2023.

(ac) A Companhia Santa Vitória do Palmar XIV Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e Social - BRDE (redor) no valor de R\$ 9.882, com vencimento final para dezembro de 2023.

(ad) A Companhia Santa Vitória do Palmar XV Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre o Grupo (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (redor) no valor de R\$ 56.439, com vencimento final para junho de 2023.

Notas explicativas - Continuação						
Controladora						Consolidado
Valor justo		Valor contábil				
2021	2020	2021	2020	Valor justo em 31 de dezembro de 2020		
			Sem merc.			
			Merc. ativo	Merc. ativo - Téc.	Merc. ativo - Inputs	Sem merc.
			- Preço cotado	de avaliação	não observáveis	Inputs
			(nível 1)	(nível 2)	(nível 3)	(nível 3)
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e bancos	3	-	3	-	-	-
Aplicações financeiras	232	-	232	-	-	-
Partes relacionadas (nota 9)	258	261	258	261	-	-
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	704	1.001	704	1.001	-	-
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	5	-	5	-	-	-
Debêntures a pagar	4.511	16.259	4.511	16.259	-	-
Partes relacionadas (nota 9)	5.918	1.912	5.918	1.912	-	-
Não circulante						
Debêntures a pagar	47.487	44.060	47.487	44.060	-	-
Partes relacionadas (nota 9)	22.287	7.832	22.287	7.832	-	-
h.Categorias de instrumentos financeiros						
A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:						
Consolidado						
Valor justo por meio do resultado		Custo Amortizado(*)		Total		
2021	2020	2021	2020			
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e bancos	335	-	335	617	-	617
Aplicações financeiras	81.100	-	81.100	68.722	-	68.722
Contas a receber de clientes	-	18.089	18.089	-	16.809	16.809
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	40.996	-	40.996	45.275	-	45.275
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	619	619	-	1.068	1.068
Debêntures a pagar	-	4.511	4.511	-	16.259	16.259
Financiamentos	-	31.115	31.115	-	31.232	31.232
Partes relacionadas (nota 9)	-	5.918	5.918	-	1.912	1.912
Não circulante						
Debêntures a pagar	-	47.487	47.487	-	44.059	44.059
Financiamentos	-	535.020	535.020	-	564.114	564.114
Partes relacionadas (nota 9)	-	-	-	-	7.832	7.832
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas						
Controladora						
Valor justo por meio do resultado		Custo Amortizado(*)		Total		
2021	2020	2021	2020			
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e bancos	3	-	3	-	-	-
Aplicações financeiras	232	-	232	-	-	-
Partes relacionadas (nota 9)	258	258	261	261	-	-
Não circulante						
Aplicações financeiras vinculadas	704	-	704	1.001	-	1.001
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	5	5	-	-	-
Debêntures a pagar	-	4.511	4.511	-	16.259	16.259
Partes relacionadas (nota 9)	-	5.918	5.918	-	1.912	1.912
Não circulante						
Debêntures a pagar	-	47.487	47.487	-	44.060	44.060
Partes relacionadas (nota 9)	-	22.287	22.287	-	7.832	7.832

(*)O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo:

Controladora							
Valor justo em 31 de dezembro de 2021		Consolidado					
		Merc. ativo - Preço cotado (nível 1)		Sem merc. ativo - Téc. de avaliação (nível 2)		Sem merc. ativo - Inputs não observáveis (nível 3)	
Descrição	Saldo em 2021						
Ativos financeiros							
Caixa e bancos	335	335	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras	81.100	81.100	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	40.996	40.996	-	-	-	-	-

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração da provisão para ressarcimento
Nota explicativa 6 (g) e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria
A provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia elétrica é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento, tomando como base as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. A provisão de ressarcimento é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa que podem impactar relevantemente a mensuração da provisão para ressarcimento nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos incluíam, entre outros:
- avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da provisão para ressarcimento de geração energia elétrica contratual.
- análise dos dados utilizados na determinação da estimativa da provisão de ressarcimento de geração energia elétrica contratual, especificamente:
• os dados da apuração da carga de energia gerada e entregue;
• os registros de ressarcimento anual e quadrienal realizados pela Companhia junto ao Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), visando determinar o percentual de aplicação de geração frente ao volume e montante contratado pactuado entre as partes;
• as correspondências encaminhadas pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, demonstrando a quantidade de energia restringida.
Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão matemática dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de provisão para ressarcimento com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria, assim como, a segregação de curto e longo prazo. Avalamos também a adequação das divulgações relacionadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração da provisão para ressarcimento, os quais não foram registrados pela Companhia, por terem sido considerados materiais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração da provisão de ressarcimento de geração energia elétrica contratual, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Curitiba, 04 de abril de 2022.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito do Grupo:

Valor contábil		Valor contábil	
2021	2020	2021	2020
Aplicações financeiras	81.100	68.722	-
Aplicações financeiras vinculadas	40.996	45.275	-
Contas a receber de clientes	18.089	16.809	-

(iii) **Risco de liquidez**
Risco de liquidez é o risco de o Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.
Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, o Grupo monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos.
O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez do Grupo:

Valor contábil		Valor contábil	
2021	2020	2021	2020
Financiamentos	566.136	595.346	-
Debêntures a pagar	51.998	60.318	-
Fornecedores	619	1.068	-

(iv) **Risco de mercado**
Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Grupo, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar a exposição dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.
A Administração do Grupo não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.
Exposição ao risco de taxa de juros
Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.
De acordo com a possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

Valor contábil		Valor contábil	
2021	2020	2021	2020
Ativo			
Aplicações financeiras	81.100	68.722	-
Aplicações financeiras vinculadas	40.996	45.275	-
Passivo			
Financiamentos	566.136	595.346	-
Debêntures a pagar	51.998	60.318	-
	618.134	655.664	

O Grupo efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, da TJLP e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.
Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021		Valor exposto		Risco		25% (*)		50% (*)	
Operações financeiras	122.096	122.096	8.379	8.379	5.586	5.586	5.586	5.586	5.586

Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a.
Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021		Valor exposto		Risco		25% (*)		50% (*)	
Operações financeiras	122.096	122.096	8.379	8.379	5.586	5.586	5.586	5.586	5.586

Os índices de TJLP e IPCA considerados foram de 6,08% a.a. e 5,65% a.a. respectivamente.

Diretoria
Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

SuSheng Huang
Diretor

Viviane Cristina Ferreira
Contadora
CRC PR - 045.363-O

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E33F-295A-A0D0-D731> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E33F-295A-A0D0-D731



Hash do Documento

CAACDDD0D962761D8B3F117A5C0FD8AE90DF2E52B547A4F27DF8FAC80C594921

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:20 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.869.355/0001-40
Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80.530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamos-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
	Nota	2021	2020		
Ativo				Passivo	
Caixa e equivalentes de caixa	7	47.466	48.403	Fornecedores	
Contas a receber de clientes	8	1.834	1.689	Provisões	
Contas a receber de partes relacionadas	9	255	150	Financiamentos	
Despesas antecipadas	-	-	-	Obrigações sociais e trabalhistas	
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	Adiantamento de clientes	
Tributos e contribuições a compensar	-	-	-	Contas a pagar a partes relacionadas	
Total do ativo circulante	11	49.602	50.293	Dividendos a pagar	
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.978	4.391	Obrigações fiscais	
Despesas antecipadas	-	-	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	
Contas a receber de partes relacionadas	9	5.159	-	Total do passivo circulante	
Total do realizável de longo prazo	11	9.229	4.391	5.872	5.815
Imobilizado	11	107.255	111.764	Provisões	
Total do ativo não circulante	11	107.255	111.764	Financiamentos	
Total do ativo	166.086	166.448	166.448	Capital social	
				Total do passivo não circulante	
				51.253	56.555
				Capital social	
				108.162	108.162
				Reserva legal	
				52	-
				Reserva de lucros	
				747	(3.784)
				Prejuízos acumulados	
				-	-
				Total do patrimônio líquido	
				14	108.961
				Total do passivo + patrimônio líquido	
				166.086	166.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**1 Contexto operacional**

A Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A., com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba/PR, é uma sociedade de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante operação específica do Parque Eólico Aura Mangueira IV, na cidade de Santa Vitória do Palmar/RS, e destinada à comercialização no mercado de produtos de energia. A SVP I foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 1º de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em setembro de 2017 com a produção anual estimada de 9,7 MWh (não auditado). A Agência do prazo de autorização iniciou-se a partir da data de assinatura do contrato.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das práticas contábeis no mercado de capitais, estabelecidas pelo Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa nº 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 06 de abril de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes sobre as demonstrações financeiras e somente aquelas não sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com estas estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são, ainda, contábeis, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a essas informações que possuem um efeito significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado (Impairment Ativo Imobilizado).

• Nota explicativa nº 12 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumos das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente
A receita operacional é reconhecida quando a Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante esperar tomar por aqueles bens ou serviços. A receita é medida pelo valor justo do reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Dessa forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada obrigação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da energia gerada e registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACER (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem como características a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda a vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mediante monitoramento das condições dos contratos assinados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da diferença entre a receita e o custo da energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita é medida pelo valor justo da receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras em aplicações financeiras, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratuais.

c. Impostos
(i) Impostos e contribuições sobre as receitas
As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro
Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são diferidos para o exercício seguinte, com base no lucro presumido, de acordo com legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores de montante não excedente ao valor a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base no custo de mercado do ativo ou do passivo.

f. Benefícios a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o Manual de Compensação e Mensuração.

g. Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

h. Instrumentos financeiros - (i) Reconhecimento e mensuração inicial
O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(ii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(iii) Depreciação
Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Compensação e Mensuração.

(iv) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(v) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(vi) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(vii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(viii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(ix) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(x) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xi) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xiii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xiv) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xv) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xvi) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xvii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xviii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xix) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xx) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxi) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxiii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxiv) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxv) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxvi) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxvii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxviii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxix) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxx) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxxi) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxxii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxxiii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxxiv) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxxv) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxxvi) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxxvii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxxviii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xxxix) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xl) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xli) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xlii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xliiii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xliv) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xlv) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xlvi) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xlvii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xlviii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(xlix) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(l) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(li) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(lii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(liiii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(liv) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(lv) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(lvi) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(lvii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(lviii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

(lviiii) Impairment
O custo líquido gasta que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pelo grupo é reconhecido inicialmente em função de aquisição de ativos controlados pelo grupo em aquisição ou emissão. Um contrato reconhecido no resultado como despesa financeira.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2021	2020	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		4.833	(761)	
Ajustes para:				
Depreciações	11	4.511	4.521	
Juros e variações monetárias	13	3.914	4.150	
Amortização de custos de transação	13	16	16	
Provisão ressarcimento	12	(448)	2.555	
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.229	499	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	1	3	
Total		14.057	10.986	
Variações em:				
Contas a receber de clientes		(146)	30	
Despesas antecipadas		(197)	(21)	
Adiantamentos a fornecedores		(2)	(38)	
Tributos e contribuições a compensar		3	(3)	
Fornecedores		(63)	34	
Obrigações fiscais		(2.236)	(124)	
Obrigações sociais e trabalhistas		(14)	(104)	
Total das variações dentro de suas devidas competências		11.405	10.763	
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(888)	(374)	

		Notas explicativas - Continuação			
		Valor justo em 31 de dezembro de 2021			
Descrição	Saldo em 2021	Merc. ativo	Sem merc.	Sem merc.	
		- Preço cotado (nível 1)	ativo - Téc. de avaliação (nível 2)	ativo - Inputs não observáveis (nível 3)	
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e bancos	50	50	-	-	
Aplicações financeiras	47.416	48.355	47.416	48.355	
Contas a receber de clientes	1.834	1.689	1.834	1.689	
Partes relacionadas (nota 9)	-	3	-	3	
Não circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	3.978	4.391	3.978	4.391	
Partes relacionadas (nota 9)	5.159	-	5.159	-	
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	56	119	56	119	
Financiamentos	2.946	2.950	2.946	2.950	
Partes relacionadas (nota 9)	249	24	249	24	
Não circulante					
Financiamentos	51.165	53.915	51.165	53.915	
b. Categorias de instrumentos financeiros - A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:					
		2021		2020	
	Valor justo por meio do Resultado	Custo Amortizado(*)	Valor justo por meio do Resultado	Custo Amortizado(*)	Total
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e bancos	50	-	50	48	-
Aplicações financeiras	47.416	-	47.416	48.355	-
Contas a receber de clientes	-	1.834	-	1.689	1.689
Partes relacionadas (nota 9)	-	-	-	3	3
Não circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	3.978	-	3.978	4.391	-
Partes relacionadas (nota 9)	-	5.159	-	5.159	-
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	-	56	-	119	119
Financiamentos	-	2.946	-	2.950	2.950
Partes relacionadas (nota 9)	-	249	-	24	24
Não circulante					
Financiamentos	-	51.165	-	53.915	53.915
(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.					
c. Mensuração pelo valor justo - A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:					
Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.					
Curitiba - PR					
Opinião					
Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exer-					

Relatório dos auditores - Continuação

		Valor contábil	
		2021	2020
apropriada para fundamentar nossa opinião.			
Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras			
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.			
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.			
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras			
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.			
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:			
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.			
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.			
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.			
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.			
Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.			
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.			
Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.			
Curitiba, 06 de abril de 2022.			
KPMG		João Alberto Dias Panceri	
KPMG		Contador CRC PR-048555/O-2	
Audítores Independentes Ltda.		CRC SP-014428/O-6-F-PR	
Directoria			
Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha		SuSheng Huang	
Diretora		Diretor	
Viviane Cristina Ferreira -			
Contadora			
CRC PR - 045.363-O			

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4AA1-0861-AE48-5C43> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4AA1-0861-AE48-5C43



Hash do Documento

B33690E11B5D4A69F9A8A6DD808A0CFBAEAEA2B562D8C04A4D3928B58DD69063

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:20 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.888.311/0001-67
Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80.530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamos-nos à inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 06 de abril de 2022. A Administração.

	2021	2020
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	7.1.554	1.318
Contas a receber de clientes	8.2.400	2.198
Contas a receber de partes relacionadas	9.470	470
Despesas antecipadas	9.327	193
Adiantamentos a fornecedores	151	114
Tributos e contribuições a compensar	1	3
Outros ativos	9	-
Total do ativo circulante	4.441	4.296
Aplicações financeiras vinculadas	10.5.192	5.712
Despesas antecipadas	119	-
Contas a receber de partes relacionadas	9.2.248	-
Total do realizável de longo prazo	7.560	5.712
Imobilizado	11.228.709	238.777
Total do ativo não circulante	228.709	238.777
Total do ativo	240.709	248.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2021	2020
Passivo		
Fornecedores	12.127	208
Provedores	12.657	577
Financiamentos	13.3.923	3.927
Obrigações sociais e trabalhistas	33	51
Obrigações fiscais	90	88
Imposto de renda e contribuição social a pagar	185	156
Adiantamentos de clientes	9.40	40
Contas a pagar de fornecedores	9.40	40
Total do passivo circulante	5.055	4.524
Provedores	12.2	2.418
Financiamentos	13.68.166	71.829
Tributos diferidos	115	112
Total do passivo não circulante	68.282	74.359
Capital social	196.102	196.102
Prejuízos acumulados	24.272	(26.200)
Total do patrimônio líquido	14.167.372	169.902
Total do passivo e patrimônio líquido	240.709	248.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 **Contexto operacional**
A Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A., com sede na Avenida Cândido de Abreu, 70, em Curitiba/PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de maio de 2014 com o objetivo de geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Ara Mangueira VI, na cidade de Santa Vitória do Palmar/RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP II foi vencedora do Leilão de Energia A-5 2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 1º de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em setembro de 2017 com a produção anual estimada de 12,3 MWh (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

se tomar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VRJ (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) **Classificação e mensuração subsequentes** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Acro	Outorga
Santa Vitória do Palmar II	27	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	357

Início da Outorga	Fin da Outorga	Garantia Comercial [MWn]	Garantia Física Solicitada [MWn]	Garantia Física Alterada [MWn]	Garantia Física Original [MWn]
23/07/2014	23/07/2049	12,3	13,2	13,2	13,2

Continuação...

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das demonstrações contábeis no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se detalhadas nas notas explicativas 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 06 de abril de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes disponíveis para o entendimento do contexto e o papel sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia continuará a operar no futuro. Não há eventos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconhecua um prejuízo de R\$ 25.530 (R\$56.679 em 2020) e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 615 (R\$258 em 2020). Considerando o contexto e o plano estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar operando na execução de seu plano de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsto.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, porém, continuamente avaliadas e ajustadas com base no histórico de dados e outros fatos e circunstâncias quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas à preparação das demonstrações financeiras são apresentadas nas notas explicativas 12 - Imposto e contribuições sobre as receitas e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• **Nota explicativa 11 - Imobilizado (Impairment Ativo Imobilizado).**

• **Nota explicativa 12 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)**

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos investimentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente
A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas e reconhecida no momento da entrega (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do objeto da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida ou se a obrigação de desempenho de bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Não Regulado - CCE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensuradas determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada para o prazo de entrega estabelecido, seja por MWh durante toda vigência do contrato; (ii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento é integral e imediato após a entrega, sendo essas práticas avaliadas pelo Grupo e aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na expectativa de vida útil. **Taxas médias de depreciação para os dots exercícios apresentados.**

Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e contribuições de lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social decorrente dos impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado líquido de acordo com a metodologia adotada nas demonstrações financeiras. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratuais.

Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e contribuições de lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social decorrente dos impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado líquido de acordo com a metodologia adotada nas demonstrações financeiras. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratuais.

Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e contribuições de lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social decorrente dos impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado líquido de acordo com a metodologia adotada nas demonstrações financeiras. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratuais.

Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e contribuições de lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social decorrente dos impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado líquido de acordo com a metodologia adotada nas demonstrações financeiras. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratuais.

Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e contribuições de lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social decorrente dos impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado líquido de acordo com a metodologia adotada nas demonstrações financeiras. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratuais.

Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e contribuições de lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social decorrente dos impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado líquido de acordo com a metodologia adotada nas demonstrações financeiras. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratuais.

Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e contribuições de lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social decorrente dos impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado líquido de acordo com a metodologia adotada nas demonstrações financeiras. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratuais.

Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e contribuições de lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social decorrente dos impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado líquido de acordo com a metodologia adotada nas demonstrações financeiras. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratuais.

Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e contribuições de lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social decorrente dos impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado líquido de acordo com a metodologia adotada nas demonstrações financeiras. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratuais.

Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

Impostos e contribuições sobre o lucro

Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e contribuições de lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social decorrente dos impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado líquido de acordo com a metodologia adotada nas demonstrações financeiras. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

Demonstrações do Resultado Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Receita líquida de venda com energia	15	16.828
Custo da geração de energia	16 (16.800)	(15.406)
Lucro bruto	560	1.422
Despesas gerais e administrativas	16 (722)	(82)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16 (19)	(80)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	4.319	510
Despesas financeiras	17 (6.353)	(6.645)
Receitas financeiras	17 243	119
Despesas financeiras líquidas	(6.110)	(6.526)
Resultado antes dos impostos	(1.790)	(6.016)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18 (738)	(659)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (2)	(4)
Prejuízo do exercício	(2.530)	(6.679)
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	(0,0129)	(0,0341)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(2.530)	(6.679)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(2.530)	(6.679)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31/12/2019	124.684	2.898	(19.521)	108.061
Integralização de capital	71.418	(2.980)	-	68.438
Adm para futuro aumento de capital	-	82	-	82
Prejuízo do exercício	-	-	(6.679)	(6.679)
Saldos em 31/12/2020	196.102	(26.200)	169.902	
Prejuízo do exercício	-	-	(2.530)	(2.530)
Saldos em 31/12/2021	196.102	(28.730)	167.372	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2021	2020
Aplicações financeiras vinculadas	5.192	5.712

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se ao saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao contrato de fornecimento de energia elétrica no prazo de longo prazo junto ao BNDES e BRDE (nota explicativa 13) e Conta Reserva Especial para pagamento Debêntures Complexo Santa Vitória do Palmar, conforme definido em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional com o Banco Bradesco e podem ser movimentados somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2021		2020	
	Tx. anuais de depreciação	Custo acumulado	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e utensílios	7%	376	(101)	275
Imobilizado em andamento	-	59	-	59
Edif. obras civis e				

(**)O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando a assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a essas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e provisão de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

Descrição	Valor Justo		Valor contábil	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	66	62	66	62
Aplicações financeiras	1.488	1.256	1.488	1.256
Contas a receber de clientes	2.400	2.198	2.400	2.198
Partes relacionadas (nota 9)	-	470	-	470
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	5.192	5.712	5.192	5.712
Partes relacionadas (nota 9)	2.248	-	2.248	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	127	208	127	208
Financiamentos	3.923	3.923	3.923	3.927
Partes relacionadas (nota 9)	-	54	-	54
Não circulante				
Financiamentos	68.166	71.829	68.166	71.829
b. Categorias de instrumentos financeiros - A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:				
	2021		2020	
	Valor justo por meio do Amortizado(*)	Custo	Valor justo por meio do Amortizado(*)	Custo
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	66	-	66	62
Aplicações financeiras	1.488	-	1.488	1.256
Contas a receber de clientes	2.400	2.400	2.198	2.198
Partes relacionadas (nota 9)	-	-	-	470
Não circulante				
Aplicações Finan. vinculadas	5.192	-	5.192	5.712
Partes relacionadas (nota 9)	-	2.248	-	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	127	-	208
Financiamentos	-	3.923	-	3.927
Partes relacionadas (nota 9)	-	-	-	54
Não circulante				
Financiamentos	-	68.166	-	71.829

(*)O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

Notas explicativas - Continuação

c. Mensuração pelo valor justo - A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2021			
	Merc. ativo em 2021	Preço cotado (nível 1)	Sem merc. ativo - Téc. de avaliação (nível 2)	Sem merc. ativo - Inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	66	66	-	-
Aplicações financeiras	1.488	1.488	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.192	5.192	-	-
Valor justo em 31 de dezembro de 2020				
	Merc. ativo em 2020	Preço cotado (nível 1)	Sem merc. ativo - Téc. de avaliação (nível 2)	Sem merc. ativo - Inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	62	62	-	-
Aplicações financeiras	1.256	1.256	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.712	5.712	-	-

• Caixa e bancos: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• Aplicações financeiras vinculadas: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretoras, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com intenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento Integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. (i) **Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. (ii) **Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia.

Aplicações financeiras
Aplicações financeiras vinculadas
Contas a receber

Valor contábil	
2021	2020
1.488	1.256
5.192	5.712
2.400	2.198

(iii) **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia.

Financiamentos
Fornecedores

Valor contábil	
2021	2020
72.089	75.756
127	208

(iv) **Risco de mercado** - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2021	2020
Ativo		
Aplicações financeiras	1.488	1.256
Aplicações financeiras vinculadas	5.192	5.712
	6.680	6.968
Passivo		
Financiamentos	72.089	75.756

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advinda da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2021

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	6.680	Redução do CDI	458	306

(*)Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2021

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Financiamentos	72.089	Aumento da TJLP	5.479	6.575

(*)Os índices de TJLP considerados foram de 6,08% a.a.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Realizado em Curitiba, 06 de abril de 2022.

apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 06 de abril de 2022.

Relatório dos auditores - Continuação

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 06 de abril de 2022.

KPMG
KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-01428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Diretoria	
Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha Diretora	SuSheng Huang Diretor
Viviane Cristina Ferreira - Contadora CRC PR - 045.363-O	

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B2B1-0784-3390-6D10> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B2B1-0784-3390-6D10



Hash do Documento

E61B7A28DAEDC212CF400EF4189EBAD1E01416E3382542294BFA232215FA0F96

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:20 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.869.512/0001-17
Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80.530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 06 de abril de 2022. A Administração.

Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: Nota, 2021, 2020. Rows include Ativo (Caixa e equivalentes, Aplicações, Despesas, Total do ativo) and Passivo (Fornecedores, Obrigações, Capital social, Total do passivo).

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: Nota, 2021, 2020. Rows include Receitas (liquida de venda, de energia), Lucro líquido, Despesas (administrativas, operacionais), Resultado líquido de 2021 e 2020.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional
A Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A., com sede em Curitiba-PR na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR é uma sociedade anônima de capital fechado e foi constituída em 7 de março de 2014 com o objetivo de gerar e comercializar energia elétrica...

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: Adiantamento para futuro aumento de capital, Saldo em 31/12/2019, Integralização de capital, Saldo em 31/12/2020.

2 Base de preparação
a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil...

13.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento
Table with columns: Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido. Rows include Saldo em 31/12/2019, Fluxos de caixa de financiamento.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

13.2 Covariância - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa. Quando há necessidade de ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Em milhares de reais
Table with columns: Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Total. Rows include Saldo em 31/12/2019, Fluxos de caixa de financiamento.

5 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

Em milhares de reais
Table with columns: Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Total. Rows include Saldo em 31/12/2019, Fluxos de caixa de financiamento.

6 Resultado das principais políticas contábeis
a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente
A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor líquido da entrega de bens e serviços.

Movimentação em 2021
Table with columns: Saldo em 2020, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2021. Rows include Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

b. Reconhecimento da receita de prestação de serviços
A receita de prestação de serviços é reconhecida no momento em que o serviço é executado e a prestação de serviços é avaliada.

Movimentação em 2020
Table with columns: Saldo em 2019, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2020. Rows include Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

c. Reversão de provisões
As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao fluxo de dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado.

Movimentação em 2021
Table with columns: Saldo em 2020, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2021. Rows include Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

d. Impostos e contribuições sobre o lucro
Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com legislação vigente, às alquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.

Movimentação em 2020
Table with columns: Saldo em 2019, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2020. Rows include Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

e. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Movimentação em 2021
Table with columns: Saldo em 2020, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2021. Rows include Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

f. Benefícios financeiros e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os instrumentos contratados.

Movimentação em 2020
Table with columns: Saldo em 2019, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2020. Rows include Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

g. Impairment
O reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou produção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Movimentação em 2021
Table with columns: Saldo em 2020, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2021. Rows include Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

h. Benefícios e empregados
Obras de construção em andamento - O custo de construção em andamento é reconhecido no balanço patrimonial no momento em que o custo de aquisição é inferior ou superior a garantia fixa preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

Movimentação em 2020
Table with columns: Saldo em 2019, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2020. Rows include Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

i. Impairment
O reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou produção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Movimentação em 2021
Table with columns: Saldo em 2020, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2021. Rows include Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

7. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa - 2021: 48.989, 2020: 49.334.
Aplicações financeiras vinculadas - 2021: 1.791, 2020: 1.967.

Movimentação em 2020
Table with columns: Saldo em 2019, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2020. Rows include Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

Notas explicativas - Continuação																																														
	Valor Justo		Valor contábil																																											
	2021	2020	2021	2020																																										
Ativos financeiros																																														
Circulante																																														
Caixa e bancos	26	26	26	26																																										
Aplicações financeiras	1.511	823	1.511	823																																										
Contas a receber de clientes	822	747	822	747																																										
Não circulante																																														
Aplicações financeiras vinculadas	1.791	1.967	1.791	1.967																																										
Partes relacionadas	842	-	842	-																																										
Passivos financeiros																																														
Circulante																																														
Fornecedores	28	51	28	51																																										
Financiamentos	1.316	1.317	1.316	1.317																																										
Partes relacionadas	-	85	-	85																																										
Não circulante																																														
Financiamentos	22.716	23.943	22.716	23.943																																										
b. Categorias de instrumentos financeiros - A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:																																														
	2021		2020																																											
	Valor justo por meio do Resultado	Custo Amortizado	Valor justo por meio do Resultado	Custo Amortizado	Total																																									
Ativos financeiros																																														
Circulante																																														
Caixa e bancos	26	-	26	-	26																																									
Aplicações financeiras	1.511	-	1.511	-	823																																									
Contas a receber de clientes	-	822	-	822	747																																									
Não circulante																																														
Aplicações finan. vinculadas	1.791	-	1.791	-	1.967																																									
Partes relacionadas	-	842	-	842	-																																									
Passivos financeiros																																														
Circulante																																														
Fornecedores	-	28	-	28	51																																									
Financiamentos	-	1.316	-	1.317	1.317																																									
Partes relacionadas	-	-	-	85	85																																									
Não circulante																																														
Financiamentos	-	22.716	-	23.943	23.943																																									
(*)O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.																																														
c. Mensuração pelo valor justo - A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:																																														
	Valor justo em 31 de dezembro de 2021																																													
	Saldo em 2021	Merc. ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem merc. ativo - Téc. de avaliação (nível 2)	Sem merc. ativo - Inputs não observáveis (nível 3)																																										
Descrição Ativos financeiros																																														
Caixa e bancos	26	26	-	-																																										
Aplicações financeiras	1.511	1.511	-	-																																										
Aplicações financeiras vinculadas	1.791	1.791	-	-																																										
Valor justo em 31 de dezembro de 2020																																														
	Saldo em 2020	Merc. ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem merc. ativo - Téc. de avaliação (nível 2)	Sem merc. ativo - Inputs não observáveis (nível 3)																																										
Descrição Ativos financeiros																																														
Caixa e bancos	26	26	-	-																																										
Aplicações financeiras	823	823	-	-																																										
Aplicações financeiras vinculadas	1.967	1.967	-	-																																										
<p>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</p> <p>A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.</p> <p>(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.</p> <p>(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia.</p>																																														
<p>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</p> <p>ciclo findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião</p>																																														
<p>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</p> <p>apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras</p> <p>A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.</p> <p>Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nessas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. <p>Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Curitiba, 06 de abril de 2022.</p> <p>KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-PR</p> <p>João Alberto Dias Panceri Contador CRC PR-048555/O-2</p>																																														
<p>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</p> <p>(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia.</p> <p>(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.</p> <p>Exposição ao risco de taxa de juros</p> <p>Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:</p>																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>1.511</td> <td>823</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>1.791</td> <td>1.967</td> </tr> <tr> <td></td> <td>3.302</td> <td>2.790</td> </tr> <tr> <td>Passivo</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>24.032</td> <td>25.260</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.</p> <p>Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2021</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Operação</th> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25% (*)</th> <th>50% (*)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>3.302</td> <td>Redução do CDI</td> <td>227</td> <td>151</td> </tr> </tbody> </table> <p>Em 31 de dezembro de 2021</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Operação</th> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25% (*)</th> <th>50% (*)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>24.032</td> <td>Aumento da TJLP</td> <td>1.826</td> <td>2.192</td> </tr> </tbody> </table> <p>Em 31 de dezembro de 2021</p> <p>(*)Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2021.</p> <p>(*)Os índices de TJLP considerados foram de 6,08% a.a.</p>							2021	2020	Ativo			Aplicações financeiras	1.511	823	Aplicações financeiras vinculadas	1.791	1.967		3.302	2.790	Passivo			Financiamentos	24.032	25.260	Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)	Aplicações financeiras	3.302	Redução do CDI	227	151	Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)	Financiamentos	24.032	Aumento da TJLP	1.826	2.192
	2021	2020																																												
Ativo																																														
Aplicações financeiras	1.511	823																																												
Aplicações financeiras vinculadas	1.791	1.967																																												
	3.302	2.790																																												
Passivo																																														
Financiamentos	24.032	25.260																																												
Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)																																										
Aplicações financeiras	3.302	Redução do CDI	227	151																																										
Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)																																										
Financiamentos	24.032	Aumento da TJLP	1.826	2.192																																										
<p>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e</p>																																														

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0A13-48D5-8424-CC6D> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0A13-48D5-8424-CC6D



Hash do Documento

474FA166AEDCEF39056311AA2BA5CC52E6DE8CD40E510072A5BE686721F13A4F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:20 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



les internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e provisão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	Valor Justo		Valor contábil	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	35	40	35	40
Aplicações financeiras	2.608	1.371	2.608	1.371
Contas a receber de clientes	1.354	1.247	1.354	1.247
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	2.983	3.285	2.983	3.285
Partes relacionadas (nota 9)	1.402	-	1.402	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	41	80	41	80
Financiamentos	2.335	2.338	2.335	2.338
Partes relacionadas (nota 9)	-	141	-	141
Não circulante				
Financiamentos	40.588	42.768	40.588	42.768

b. Categorias de instrumentos financeiros
A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2021		2020	
	Valor justo por meio do Resultado Amortizado(*)	Custo	Valor justo por meio do Resultado Amortizado(*)	Custo
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	35	-	35	40
Aplicações financeiras	2.608	-	2.608	1.371
Contas a receber de clientes	-	1.354	-	1.247
Não circulante				
Aplicações finan. vinculadas	2.983	-	2.983	3.285
Partes relacionadas (nota 9)	-	1.402	-	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	41	-	80
Financiamentos	-	2.335	-	2.338
Partes relacionadas (nota 9)	-	-	-	141
Não circulante				
Financiamentos	-	40.588	-	42.768

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo
A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

Notas explicativas - Continuação

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2021			
	em 2021	Sem merc.		Sem merc. ativo - Inputs não observáveis (nível 3)
		Merc. ativo - Preço cotado (nível 1)	ativo - Téc. de avaliação (nível 2)	
Caixa e bancos	40	40	-	-
Aplicações financeiras	1.371	1.371	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.285	3.285	-	-

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
	em 2020	Sem merc.		Sem merc. ativo - Inputs não observáveis (nível 3)
		Merc. ativo - Preço cotado (nível 1)	ativo - Téc. de avaliação (nível 2)	
Caixa e bancos	40	40	-	-
Aplicações financeiras	1.371	1.371	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.285	3.285	-	-

• **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

• **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçoamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçoamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

• **Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos
A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) **Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) **Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decréditos da Companhia.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

cício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Aplicações financeiras
Aplicações financeiras vinculadas
Contas a receber

Valor contábil	
2021	2020
2.608	1.371
2.983	3.285
1.354	1.247

(ii) **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis decréditos e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos.

Valor contábil	
2021	2020
42.923	45.106
41	8

(iv) **Risco de mercado** - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros
Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Aplicações financeiras	2.608	-	1.371	-
Aplicações financeiras vinculadas	2.983	-	3.285	-
Passivo	5.591	4.265		
Financiamentos	42.923	45.106		

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)		50% (*)	
			2021	2020	2021	2020
Aplicações financeiras	5.591	Redução do CDI	384	-	384	256

(*) Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a.

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)		50% (*)	
			2021	2020	2021	2020
Financiamentos	42.923	Aumento da TJLP	3.262	-	3.915	-

Os índices de TJLP considerados foram de 6,08% a.a.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e

Relatório dos auditores - Continuação

apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com a Administração respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 06 de abril de 2022.

KPMG
Auditores Independentes Ltda. João Alberto Dias Panzeri
CRC SP-014428/O-6 F-PR Contador CRC PR-048555/O-2

Diretoria	
Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha Diretora	SuSheng Huang Diretor

Viviane Cristina Ferreira -
Contadora
CRC PR - 045.363-O

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9D98-D859-56D3-9CFB> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9D98-D859-56D3-9CFB



Hash do Documento

341E0BBEEB3EA8CD027B74581ADE6FAB20CBB36845F011E548E8FBDA17CCD5E5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:20 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.868.433/0001-91

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80.530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício final. Curitiba (PR), 06 de abril de 2022. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				Demonstrações de Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.541	3.299	Fornecedores	36	82	82
Contas a receber de clientes	8	1.200	1.204	Provisões	13	1.667	313
Despesas antecipadas	7	182	109	Financiamentos	14	2.064	2.270
Adiantamento a fornecedores	6	6	6	Obrigações sociais e trabalhistas	18	28	28
Tributos e contribuições a compensar	-	-	4	Obrigações fiscais	40	48	48
Total do ativo circulante		6.029	4.622	Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	121	84
Aplicações financeiras vinculadas	10	2.915	3.211	Contas a pagar a partes relacionadas	9	82	82
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.403	-	Adiantamento de clientes	12	-	-
Despesas antecipadas	6	6	1	Total do passivo circulante		4.031	2.924
Total do realizável de longo prazo		4.376	3.212	Provisões	13	-	1.543
Imobilizado	11	73.835	76.876	Financiamentos	14	39.437	41.347
Ativo de direito de uso	12	335	355	Obrigações sociais e trabalhistas	18	64	64
Total do ativo não circulante		74.170	77.231	Passivo de arrendamento mercantil	12	359	374
Total do ativo		84.584	85.065	Total do passivo não circulante		39.660	43.328
				Capital social	41	41.839	41.839
				Prejuízos acumulados	(1)	(1.146)	(3.026)
				Total do patrimônio líquido		15	40.693
				Total do passivo e patrimônio líquido		84.584	85.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A., com sede em Curitiba/PR, na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba/PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de maio de 2014 e tem como objetivo a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira XIII, na cidade de Santa Vitória do Palmar/RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP V foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, cassinou contrato de fornecimento de energia em 1º de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em maio de 2017 como produção anual estimada de 6,0 MW (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O responsável também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas no preparo das demonstrações financeiras, com exceção das detalhadas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 06de abril de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são preparadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados em seus balanços, demonstrações e demonstrações de resultado. Se as diferenças daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e disponíveis no momento. As estimativas são, ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre o balanço patrimonial e demonstrações de resultado, bem como as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de valor significativo no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado (valor residual e vida útil dos ativos).
- Nota explicativa nº 13 - Provisão para resarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros nãoderivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente
A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor líquido recebido ou a receber. A receita de vendas e reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita quando a transferência de bens ou serviços ocorrer com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Dessa forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "control" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACER (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinados com base no histórico de manutenção de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda a vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de manutenção, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de venda de energia e as deduções de impostos e contribuições.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre o financiamento de ativos.

c. Imposto de renda e contribuição social
(i) Impostos e contribuições sobre as receitas
As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro
Em 2021 e 2020 o imposto de renda é a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social do lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é o lucro líquido disponível para o balanço patrimonial e o diferido é o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e o imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é ajustado para refletir os efeitos de impostos e contribuições fiscais pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado
(i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer custos materiais, bem como o custo de localização e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificados. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como ativos separados. O balanço patrimonial e o resultado refletem. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes
Custos subsequentes em capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação
Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro ou pelo método de depreciação acelerada. A depreciação é utilizada de menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas avaliadas pelo Grupo e aceitas pelo mercado como vidas úteis econômicas dos bens vinculadas à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%
Outros	3%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento, pela taxa de emprestimo incremental da Companhia. Entretanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. Quando um contrato for executado por um período de tempo, o arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro. Quando o contrato de arrendamento for executado por um período de tempo, o arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro. Quando o contrato de arrendamento for executado por um período de tempo, o arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro. Quando o contrato de arrendamento for executado por um período de tempo, o arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro.

Ativos financeiros
a. custo amortizado
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é determinado no custo pelo impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e do impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no curso normal das atividades da Companhia é reconhecido no resultado. Quando o custo amortizado for superior ao valor justo, a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA
Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo quando a natureza e o risco de mercado dos ativos financeiros são mensurados ao valor justo, ou seja, quando a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Desreconhecimento - Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente toda a titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a Companhia não transfere nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos financeiros, descontados a valor presente que, por sua vez, controla substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando o seu objetivo ou o seu efeito econômico é extinguido. O reconhecimento também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados ou os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido e o valor justo é utilizado para mensurar o passivo antigo, inclusive a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito líquido e executivo a receber valores e a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos
Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
• Indisponibilidade de ativos financeiros;
• Restituição de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente;
• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
• Mudanças nas condições de mercado, incluindo o aumento de emissores;
• O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.
(ii) Ativos financeiros derivativos
A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aquelos que não tenham sido avaliados individualmente são avaliados no nível coletivo, quando qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características semelhantes. Quando a Companhia não possui ativos mensurados pelo custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que os ativos mensurados provavelmente serão mensurados em valores sugeridos pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor presente é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o valor presente é superior ao valor contábil, a Companhia não reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo.

(iii) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia tem política contábil efetuar o reconhecimento de ativos financeiros quando há evidência de perda de valor. Quando a evidência de perda de valor de um ativo transaferido não sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas de caixa e outros fatores relevantes para a avaliação de perdas de valor de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente ou ao custo de aquisição do ativo. Quando o valor presente é superior ao custo de aquisição do ativo, o valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente ou ao custo de aquisição do ativo. Quando o valor presente é inferior ao custo de aquisição do ativo, o valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente ou ao custo de aquisição do ativo. Quando o valor presente é inferior ao custo de aquisição do ativo, o valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente ou ao custo de aquisição do ativo.

(iv) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que os ativos mensurados provavelmente serão mensurados em valores sugeridos pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor presente é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é superior ao valor contábil, a Companhia não reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo.

(v) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que os ativos mensurados provavelmente serão mensurados em valores sugeridos pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor presente é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é superior ao valor contábil, a Companhia não reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo.

(vi) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que os ativos mensurados provavelmente serão mensurados em valores sugeridos pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor presente é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é superior ao valor contábil, a Companhia não reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo.

(vii) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que os ativos mensurados provavelmente serão mensurados em valores sugeridos pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor presente é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é superior ao valor contábil, a Companhia não reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo.

(viii) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que os ativos mensurados provavelmente serão mensurados em valores sugeridos pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor presente é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é superior ao valor contábil, a Companhia não reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo.

(ix) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que os ativos mensurados provavelmente serão mensurados em valores sugeridos pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor presente é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é superior ao valor contábil, a Companhia não reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo.

(x) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que os ativos mensurados provavelmente serão mensurados em valores sugeridos pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor presente é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é superior ao valor contábil, a Companhia não reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo.

(xi) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que os ativos mensurados provavelmente serão mensurados em valores sugeridos pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor presente é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é superior ao valor contábil, a Companhia não reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. Quando o valor presente é inferior ao valor contábil, a Companhia reconhece o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo.

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Recarga líquida				Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.881	(130)
Imposto de renda e contribuição social	9	121	84	Ajustes para:			
Depreciações e amortizações	11	3.054	3.050	Juros e variações monetárias	14	3.995	3.284
Despesas administrativas	17	(258)	(236)	Despesas administrativas	17	(258)	(236)
Amortização de custos de transação	14	117	117	Amortização de custos de transação	14	117	117
Provisão para resarcimento	13	(189)	1.543	Provisão para resarcimento	13	(189)	1.543
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	449	359	Imposto de renda e contribuição social correntes	19	449	359
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(1)	4	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(1)	4
Total		8.378	8.227			8.378	8.227

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto			
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Variações em:				Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		7.671	7.722
Contas a receber de clientes		(96)	10	Aquisição de imobilizado	11	0	-
Despesas antecipadas		(139)	(15)	Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas ativ. de investimento		0	-
Tributos e contribuições a compensar		4	(4)	Fluxos de caixa das ativ. de financiamento		296	205
Fornecedores		(45)	(67)	Partes relacionadas		(1.420)	697
Obrigações fiscais		(30)	(85)	Amortização de principal sobre financiamentos	14	(2.240)	(2.072)
Obrigações sociais e trabalhistas		(10)	(75)	Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(3.088)	(3.308)
Tributos diferidos		(6)	-	Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas ativ. de financiamento		(6.430)	(4.478)
Total		8.061	7.997	Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		1.242	3.249
Despesas antecipadas		(139)	(15)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.299	50
Tributos e contribuições a compensar		4	(4)	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.541	3.299
Fornecedores		(45)	(67				

nadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

	2021	2020
Recicla com venda de energia (*)	11.828	11.303
Outras receitas	321	103
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	1.267	1.007
Base de cálculo CSLL 12% (*)	1.740	1.459
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	347	282
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a RS 240 no período de 12 meses	103	76
Imposto de renda e contribuição social correntes	449	359
<i>Taxa efetiva</i>	<i>14,94%</i>	<i>14,56%</i>
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	(1)	4

(*)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.
(**)O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos para assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a essas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	Valor Justo		Valor contábil	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	14	59	14	59
Aplicações Financeiras	4.527	3.240	4.527	3.240
Contas a receber de clientes	1.300	1.204	1.300	1.204
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	2.915	3.211	2.915	3.211
Partes relacionadas	1.403	-	1.403	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	36	82	36	82
Financiamentos	2.064	2.270	2.064	2.270
Partes relacionadas	-	17	-	17
Não circulante				
Financiamentos	39.437	41.347	39.437	41.347

b. Categorias de instrumentos financeiros - A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

Notas explicativas - Continuação

	2021		2020	
	Valor justo por meio do Amortizado*	Custo Resultado	Valor justo por meio do Amortizado*	Custo Resultado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	14	-	14	59
Aplicações financeiras	4.527	-	4.527	3.240
Contas a receber de clientes	-	1.300	-	1.204
Não circulante				
Aplicações finan. vinculadas	2.915	-	2.915	3.211
Partes relacionadas	-	1.403	-	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	36	-	82
Financiamentos	-	2.064	-	2.270
Partes relacionadas	-	-	-	17
Não circulante				
Financiamentos	-	39.437	-	41.347

(*)O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo - A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2021		Sem merc. ativo - Inputs não observáveis (nível 3)
	Saldo em 2021	Preço cotado de avaliação (nível 1)	
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	14	14	-
Aplicações financeiras	4.527	4.527	-
Aplicações financeiras vinculadas	2.915	2.915	-

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2020		Sem merc. ativo - Inputs não observáveis (nível 3)
	Saldo em 2020	Merc. ativo - Preço cotado de avaliação (nível 1)	
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	59	59	-
Aplicações financeiras	3.240	3.240	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.211	3.211	-

• **Caixa e bancos**: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

• **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

• **Aplicações financeiras vinculadas**: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio

do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo** que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21 Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) **Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) **Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras, caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2021	2020
Aplicações financeiras	4.527	3.240
Aplicações financeiras vinculadas	2.915	3.211
Contas a receber de clientes	1.300	1.204

(iii) **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente,

para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2021	2020
Financiamentos	41.501	43.617
Fornecedores	36	82

(iv) **Risco de mercado** - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Aplicações financeiras	4.527	3.240	2.915	3.211
Aplicações financeiras vinculadas	2.915	3.211	2.915	3.211
	7.442	6.451		

Financiamentos 41.501 43.617

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculada ao CDI em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021				
Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	7.442	Redução do CDI	511	341

(*)Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021				
Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Financiamentos	41.501	Aumento da TJLP	3.154	3.785

(*)Os índices de TJLP considerados foram de 6,08% a.a.

Diretoria				
Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha		SuiSheng Huang		
Diretora		Diretor		
		Viviane Cristina Ferreira - Contadora		
		CRC PR - 045.363-O		

Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de

Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem

ser as demonstrações financeiras

ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 06 de abril de 2022.



Auditores Independentes Ltda.	João Alberto Das Panceri
CRC SP-014428/O-6 F-PR	Contador CRC PR-048555/O-2

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5002-7309-8944-4606> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5002-7309-8944-4606



Hash do Documento

8E5D6F1EFA91099CC4A92A03D4F61A685A8EA1B544D3349314C014876D69DE1E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:27 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.944.650/0001-13

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80.530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamos-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 06 de abril de 2022. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)		
Nota	2021	2020
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.868
Caixa a receber de clientes	8	1.591
Despesas antecipadas	7	219
Tributos e contribuições a compensar		4
Total do ativo circulante	5.678	4.130
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.554
Despesas antecipadas		3
Contas a receber de partes relacionadas	9	163
Total do realizável de longo prazo	5.318	3.908
Imobilizado	11	84.138
Total do ativo não circulante	84.138	87.637
Total do ativo	95.134	95.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

Garantia Física Comercializável			Garantia Física Solicitada			Garantia Física Autorizada		
Início da Outorga	Fin da Outorga	[MWm]	Início da Outorga	Fin da Outorga	[MWm]	Início da Outorga	Fin da Outorga	[MWm]
15/07/2014	15/07/2049	7,9			8,9			8,9

Continuando...

Os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui outros ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado líquido.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ou prejuízos reconhecidos no resultado líquido, quando tais perdas e prejuízos são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. A Companhia não possui outros ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado líquido.

Despesas com juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado líquido.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa do ativo financeiro, ou quando a transferência de risco e benefícios de ativos financeiros todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado líquido.

Despesas com juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado líquido.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa do ativo financeiro, ou quando a transferência de risco e benefícios de ativos financeiros todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado líquido.

Despesas com juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado líquido.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa do ativo financeiro, ou quando a transferência de risco e benefícios de ativos financeiros todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado líquido.

Despesas com juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado líquido.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa do ativo financeiro, ou quando a transferência de risco e benefícios de ativos financeiros todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado líquido.

Despesas com juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado líquido.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa do ativo financeiro, ou quando a transferência de risco e benefícios de ativos financeiros todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado líquido.

Despesas com juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado líquido.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa do ativo financeiro, ou quando a transferência de risco e benefícios de ativos financeiros todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado líquido.

Despesas com juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado líquido.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa do ativo financeiro, ou quando a transferência de risco e benefícios de ativos financeiros todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado líquido.

Despesas com juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado líquido.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa do ativo financeiro, ou quando a transferência de risco e benefícios de ativos financeiros todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado líquido.

Despesas com juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado líquido.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa do ativo financeiro, ou quando a transferência de risco e benefícios de ativos financeiros todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado líquido.

Despesas com juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado líquido.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa do ativo financeiro, ou quando a transferência de risco e benefícios de ativos financeiros todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado líquido.

Despesas com juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado líquido.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa do ativo financeiro, ou quando a transferência de risco e benefícios de ativos financeiros todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado líquido.

Despesas com juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado líquido.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa do ativo financeiro, ou quando a transferência de risco e benefícios de ativos financeiros todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado líquido.

Despesas com juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado líquido.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa do ativo financeiro, ou quando a transferência de risco e benefícios de ativos financeiros todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado líquido.

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)		
Nota	2021	2020
Receita líquida de venda com energia	15	14.247
Custo da geração de energia	16	(6.160)
Lucro bruto	8.087	5.126
Despesas gerais e administrativas	16	(307)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	34
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	7.813	4.840
Despesas financeiras	17	(4.736)
Receitas financeiras	17	296
Resultado antes dos impostos	(4.470)	(4.891)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(523)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	1
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.821	(398)
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	0,0626	(0,0088)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.821	(398)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	2.821	(398)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Adiantamento para			Total
	Capital social	Reserva	Prejuízo acum.	
Saldo em 31/12/2019	45.054	281	(4.412)	40.923
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(281)	(281)
Prejuízo do exercício	-	-	(398)	(398)
Saldo em 31/12/2020	45.054	-	(4.108)	40.946
Lucro líquido do exercício	-	-	2.821	2.821
Saldo em 31/12/2021	45.054	-	(1.989)	43.064

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.821	(398)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	2.821	(398)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional A Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. ("SVP VI" ou "Companhia"), com sede em Curitiba-PR na Avenida Cândido de Abreu, 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechada constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mangueira XV, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP VI foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos e assumiu contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em março de 2017 com produção anual estimada de 7,9 MW em (módulo). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

2 Base de preparação **a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se baseia nas práticas contábeis contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 06 de abril de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações contidas nas demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Meia funcional e moeda de apresentação As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos e passivos. As estimativas e julgamentos críticos podem ser diferentes daquelas apuradas de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos. São feitas estimativas e julgamentos críticos em situações em que há incertezas significativas sobre o resultado de avaliações, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os resultados são as seguintes:

- **Nota explicativa nº 10 - Reconhecimento e mensuração de ativos e passivos em situações de risco:** A Companhia reconhece ativos e passivos com base no risco de crédito, quando há uma perda significativa de resultado em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11 - Imobilizado (Impairment Ativo Imobilizado).**
- **Nota explicativa nº 12 - Provisão para resarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)**

5 Base de mensuração As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis A Companhia utiliza as seguintes políticas contábeis aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo preço da venda acordado com o cliente a receber. A de venda operacional é reconhecida quando representa a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento de receitas de contratos com o cliente em duas partes, contrato com o cliente; (i) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (ii) determinação do preço da transação; (iii) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (iv) reconhecimento da receita se a quantidade de obrigações de desempenho do contrato for inferior a capacidade do contrato, ou seja, quando o "control" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACER (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MW são definidas em função do contrato; (ii) Preço fixo de entrega de energia contratada aos seus clientes; (iii) Preços fixos da energia por MW durante toda a vigência do contrato; (iv) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são executados; (v) A Companhia não possui histórico de não cumprimento de entrega, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a receita de venda e a garantia física são cobertas por ajustes em partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o resarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com impostos e OFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

c. Impostos e contribuição social **(i) Impostos e contribuições sobre o lucro** Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, exceto em caso de legislação vigente, às alquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado líquido e contribuição social correntes e diferidos e imposto de renda e imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no resultado líquido e contribuição social diferidos e imposto de renda e imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Mudanças na provisão para resarcimento Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Provisão para resarcimento; (ii) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) (Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); (iii) Mudanças na provisão para resarcimento COVID-19 (alteração CPC 06); (iv) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06); (v) Imobilizado: Receitas antes do uso pretend

mentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	Valor Justo		Valor contábil	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	31	42	31	42
Aplicações financeiras	3.837	2.485	3.837	2.485
Contas a receber de clientes	1.591	1.469	1.591	1.469
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	3.554	3.905	3.554	3.905
Partes relacionadas (nota 9)	1.683	-	1.683	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	44	86	44	86
Financiamentos	2.707	2.707	2.707	2.707
Partes relacionadas (nota 9)	-	169	-	169
Não circulante				
Financiamentos	46.869	49.392	46.869	49.392

b. **Categorias de instrumentos financeiros** - A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2021		Valor justo por método		2020		Valor justo por método	
	Valor justo por método	Custo Amortizado(*)	Resul-	Amortizado(*)	Total	Resul-	Amortizado(*)	Total
Ativos financeiros								
Circulante								
Caixa e bancos	31	-	31	42	-	42	-	42
Aplicações financeiras	3.837	-	3.837	2.485	-	2.485	-	2.485
Contas a receber de clientes	-	1.591	1.591	-	1.469	-	1.469	-
Não circulante								
Aplicações finan. vinculadas	3.554	-	3.554	3.905	-	3.905	-	3.905
Partes relacionadas (nota 9)	-	1.683	1.683	-	-	-	-	-
Passivos financeiros								
Circulante								
Fornecedores	-	44	44	-	86	-	86	-
Financiamentos	-	2.707	2.707	-	2.707	-	2.707	-
Partes relacionadas (nota 9)	-	169	169	-	169	-	169	-
Não circulante								
Financiamentos	-	46.869	46.869	-	49.392	-	49.392	-

(*)O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.
c. Mensuração pelo valor justo - A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

Notas explicativas - Continuação

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2021			
	Saldo em 2021	Merc. ativo - Preço cotado	Sem merc. ativo - Téc. de avaliação	Sem merc. ativo - Inputs não observáveis
		(nível 1)	(nível 2)	(nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	31	31	-	-
Aplicações financeiras	3.837	3.837	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.554	3.554	-	-
Passivos financeiros				
Caixa e bancos	44	44	-	-
Financiamentos	2.707	2.707	-	-
Partes relacionadas (nota 9)	-	169	-	-
Não circulante				
Financiamentos	46.869	49.392	-	-

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
	Saldo em 2020	Merc. ativo - Preço cotado	Sem merc. ativo - Téc. de avaliação	Sem merc. ativo - Inputs não observáveis
		(nível 1)	(nível 2)	(nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	42	42	-	-
Aplicações financeiras	2.485	2.485	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	3.905	3.905	-	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	86	86	-	-
Financiamentos	2.707	2.707	-	-
Partes relacionadas (nota 9)	-	169	-	-
Não circulante				
Financiamentos	49.392	49.392	-	-

• **Caixa e bancos**: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
 • **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
 • **Aplicações financeiras vinculadas**: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:
 • **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
 • **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreciamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em

uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
 • **Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis)**. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.
20 Gerenciamento integrado de riscos
 A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.
(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.
(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de seus contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2021	2020
Aplicações financeiras	2.387	2.485
Aplicações financeiras vinculadas	3.554	3.905
Contas a receber de clientes	1.591	1.469
(ii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:		

	Valor contábil	
	2021	2020
Financiamentos	49.576	52.099
Fornecedores	44	86

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

Ativo	2021		2020	
	3.837	2.485	3.554	3.905
Aplicações financeiras	3.837	2.485	3.554	3.905
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	-
Passivo				
Financiamentos	49.576	52.099	-	-
A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.				
Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2021				

Em 31 de dezembro de 2021		Risco	25% (*)	50% (*)
Operação	Valor exposto			
Aplicações financeiras	7.391	Redução do CDI	507	338

(*)Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a.
 Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021		Risco	25% (*)	50% (*)
Operação	Valor exposto			
Financiamentos	49.576	Aumento da TJLP	3.768	4.521

(*)Os índices de TJLP considerados foram de 6,08% a.a.

Diretoria			
Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha	Diretora		SuSheng Huang
			Diretor
Viviane Cristina Ferreira Contadora - CRC PR - 045.363-O			

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.
 Curitiba - PR
Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de

Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
 A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
 Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem

ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
 Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 Comunicamos-nos com a Administração respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
 Curitiba, 06 de abril de 2022.



KPMG Auditores Independentes Ltda. João Alberto Dias Panceri
 CRC SP-014428/O-6 F-PR Contador CRC PR-048555/O-2

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F6D3-D006-2192-62E4> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F6D3-D006-2192-62E4



Hash do Documento

5851E89129601E20FF71E59B0B27842B8386EEB250AABA767A2ACEDFF667860E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:27 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



CNPJ Nº 19.896.691/0001-81

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80.530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamos-nos a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 06 de abril de 2022. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				Demonstrações do Resultado Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.173	1.171	Fornecedores		69	83
Contas a receber de clientes	8	1.280	1.188	Provisões	12	2.860	431
Despesas antecipadas		183	109	Financiamentos	13	2.343	2.346
Adiantamento a fornecedores		1	1	Obrigações sociais e trabalhistas		18	28
Tributos e contribuições a compensar		-	2	Obrigações fiscais		41	49
Total do ativo circulante		3.637	2.471	Imposto de renda e contribuição social a pagar		107	82
Aplicações financeiras vinculadas	10	2.892	3.187	Contas a pagar e aplicações financeiras	9	107	141
Despesas antecipadas		68	2	Adiantamento de clientes		89	89
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.402	-	Total do passivo circulante		5.527	3.249
Total do realizável de longo prazo		4.362	3.189	Provisões	12	-	2.059
				Financiamentos	13	40.636	42.824
Imobilizado	11	75.758	78.868	Impostos diferidos	63	64	-
Total do ativo não circulante		75.758	78.868	Total do passivo não circulante		40.699	44.947
				Capital social		40.239	40.239
				Prejuízos acumulados		(2.708)	(3.907)
Total do ativo		83.758	84.528	Total do patrimônio líquido		37.531	36.332
				Total do passivo e patrimônio líquido		83.758	84.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 **Contexto operacional**
 A Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A. ("SVP VII" ou "Companhia"), com sede em Curitiba-PR na Avenida Cândido de Abreu, 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de março de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Manguera XVII, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, destinada-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP VII foi vencedora do Leilão de Energia A-5-2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em julho/2017 coma produção anual estimada de 5,8 TWh (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Empresa	Potência [MW]	Leilão	Modelo Acero	Outorga	Início da Outorga	Fin da Outorga	Garantia Comercializada [MWm]	Garantia Física Solicitada [MWm]	Garantia Física Alteração [MWm]	Garantia Física Outorgada [MWm]
Santa Vitória do Palmar VII	15	A-5 2013	3MW-HH120m	344	17/07/2014	18/04/2049	5,8	7,3	7,3	7,3

2 **Base de preparação**
 a. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também reconhece as informações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e de normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas nas notas explicativas 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 06 de abril de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes para a interpretação das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que presuppõe que a Companhia continuará cumprindo suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu um lucro líquido de R\$ 1.199 (prejuízo líquido de R\$ 707 em 2020) e os passivos circulantes excedem o patrimônio líquido em R\$ 1.800 (R\$ 778 em 2020). Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro de seu controlador e da administração, o que lhe permite e a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.
 b. **3 Meça funcional e modo de apresentação**
 As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
 4 **Uso de estimativas críticas e julgamentos**
 Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, resultados efetivos podendo ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e pressupostos. As estimativas e as pressupostos utilizados pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas, em particular, ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os resultados e saldos apresentados e as informações sobre as incertezas relacionadas a pressupostos e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
 • **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (valor residual e vida útil dos ativos).
 • **Nota explicativa nº 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).
 5 **Base de mensuração**
 As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.
 6 **Resultados de operações em moeda funcional**
 As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.
a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente
 A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representa a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera obter por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita sobre o desempenho do contrato. As estimativas de receita, desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda de energia é reconhecida com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACER (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares a seguir: (i) Quantidades fixas de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda a vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mediante pagamentos de forma que os contratos são executados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da diferença entre a energia gerada e a energia entregue. A energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. O reconhecimento da receita bruta de geração de energia é feita com deduções com PIS e COFINS.
b. Receitas financeiras e despesas financeiras
 As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos obtidos.
c. Impostos de renda e contribuição social
(i) Impostos e contribuições sobre as receitas
 As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como dedução das receitas de vendas de energia elétrica.
(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro
 Em 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro efetivo, com base no custo de legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social decorrente de renda e contribuições sociais e diferidas, do social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
 A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores e impostos de renda e contribuições sociais a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas em vigor no balanço.
(iv) Impostos e contribuições sobre os ativos e passivos fiscais correntes
 Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos
d. Imobilizado
(i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos controlados pela administração inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e a condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamento sobre ativos qualificados. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) do imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.
(ii) Custos subsequentes
 Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.
(iii) Depreciação
 Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL, das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas avaliadas pelo Grupo e aceitas pelo mercado como vidas úteis econômicas dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. **Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados**

	Taxa anual de depreciação
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%
Outros métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.	

(iv) Provisões
 As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa anual de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo reconhecido. Os efeitos do desconhecimento do desconto (componentes principais) do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.
Ressarcimento. Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando o entrega de energia é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia. Os custos de ressarcimento são reconhecidos nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.
f. Benefícios a empregados
 Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo reconhecido pelo método de balanço é baseado no balanço da Companhia na obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.
g. Capital social
 As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.
h. Instrumentos financeiros híbridos
(i) Instrumentos híbridos de capital - O conta a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento

Saldo em 31/12/2019	Integralização de capital	Prejuízo do exercício	Saldo em 31/12/2020	Integralização de capital	Prejuízo do exercício	Saldo em 31/12/2021
30.241	9.998	-	40.239	9.998	-	40.239

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento de cobertura conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES e BRDE (nota explicativa nº13) e a Conta Reserva Especial para pagamento Debentures Complexo Santa Vitória do Palmar conforme definido em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Bradesco e podem ser movimentados somente mediante autorização expressa do BNDES, BRDE e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.
 (ii) **Imobilizado**
 (i) **Composição do saldo**

Tx. de depreciação	Anual	Depre. acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	Movimentação em 2021	
					Adições	Baixas
3%	10.079	(1.273)	8.806	10.079	-	10.079
4%	79.422	(12.470)	66.952	79.422	-	79.422
				89.501	-	89.501

Saldo em 31/12/2020	Movimentação em 2021		Saldo em 31/12/2021
	Adições	Baixas	
10.079	-	-	10.079
79.422	-	-	79.422
89.501	-	-	89.501

(ii) **Movimentação do custo**

Saldo em 31/12/2020	Movimentação em 2021		Saldo em 31/12/2021
	Adições	Baixas	
10.079	-	-	10.079
79.422	-	-	79.422
89.501	-	-	89.501

(iii) **Movimentação da depreciação**

Saldo em 31/12/2020	Movimentação em 2021		Saldo em 31/12/2021
	Adições	Baixas	
1.273	1.273	-	2.546
9.648	-	-	9.648
10.633	1.273	-	11.906

(iii) **Movimentação em 2020**

Saldo em 31/12/2019	Movimentação em 2020		Saldo em 31/12/2020
	Adições	Baixas	
10.079	-	-	10.079
79.422	-	-	79.422
89.501	-	-	89.501

(iii) **Movimentação da depreciação**

Saldo em 31/12/2019	Movimentação em 2020		Saldo em 31/12/2020
	Adições	Baixas	
1.273	1.273	-	2.546
9.648	-	-	9.648
10.633	1.273	-	11.906

(iv) **Ativos financeiros**
 Os ativos financeiros foram classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
 • Inadimplência ou atrasos em eventos;
 • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente;
 • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
 • Mudanças negativas na balança de pagamentos do devedor ou emissor;
 • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
 • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.
 (v) **Ativos não financeiros** - Companhia tem uma série de normas sobre o nível de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aquela perda não tem efeitos no balanço de demonstrações financeiras, pois ocorre coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características similares a seguir:
 • Ativos financeiros - o valor recuperável de uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere o risco e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.
 • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando o passivo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, mas desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido quando os novos termos prováveismente serão maiores ou menores que as sugeridas pelo valor contábil extinto e a contraprestação pag (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.
 • **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço. Os ativos e passivos financeiros da Companhia são atualmente um direito legal executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e passivo simultaneamente.
 (vi) **Ativos e passivos não financeiros (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
 • Inadimplência ou atrasos em eventos;
 • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente;
 • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
 • Mudanças negativas na balança de pagamentos do devedor ou emissor;
 • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
 • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.
 (ii) **Ativos não financeiros:** Companhia tem uma série de normas sobre o nível de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aquela perda não tem efeitos no balanço de demonstrações financeiras, pois ocorre coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características similares a seguir:
 • Ativos financeiros - o valor recuperável de uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.
 • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando o passivo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, mas desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido quando os novos termos prováveismente serão maiores ou menores que as sugeridas pelo valor contábil extinto e a contraprestação pag (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.
(vii) Ativos e passivos não financeiros (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
 • Inadimplência ou atrasos em eventos;
 • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente;
 • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
 • Mudanças negativas na balança de pagamentos do devedor ou emissor;
 • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
 • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.
 (ii) **Ativos não financeiros:** Companhia tem uma série de normas sobre o nível de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aquela perda não tem efeitos no balanço de demonstrações financeiras, pois ocorre coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características similares a seguir:
 • Ativos financeiros - o valor recuperável de uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.
 • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando o passivo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, mas desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido quando os novos termos prováveismente serão maiores ou menores que as sugeridas pelo valor contábil extinto e a contraprestação pag (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.
(viii) Ativos e passivos não financeiros (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
 • Inadimplência ou atrasos em eventos;
 • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente;
 • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
 • Mudanças negativas na balança de pagamentos do devedor ou emissor;
 • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
 • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.
 (ii) **Ativos não financeiros:** Companhia tem uma série de normas sobre o nível de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aquela perda não tem efeitos no balanço de demonstrações financeiras, pois ocorre coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características similares a seguir:
 • Ativos financeiros - o valor recuperável de uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.
 • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando o passivo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, mas desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido quando os novos termos prováveismente serão maiores ou menores que as sugeridas pelo valor contábil extinto e a contraprestação pag (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.
(ix) Ativos e passivos não financeiros (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
 • Inadimplência ou atrasos em eventos;
 • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente;
 • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
 • Mudanças negativas na balança de pagamentos do devedor ou emissor;
 • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
 • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.
 (ii) **Ativos não financeiros:** Companhia tem uma série de normas sobre o nível de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aquela perda não tem efeitos no balanço de demonstrações financeiras, pois ocorre coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características similares a seguir:
 • Ativos financeiros - o valor recuperável de uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.
 • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando o passivo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, mas desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido quando os novos termos prováveismente serão maiores ou menores que as sugeridas pelo valor contábil extinto e a contraprestação pag (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.
(x) Ativos e passivos não financeiros (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
 • Inadimplência ou atrasos em eventos;
 • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente;
 • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
 • Mudanças negativas na balança de pagamentos do devedor ou emissor;
 • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
 • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.
 (ii) **Ativos não financeiros:** Companhia tem uma série de normas sobre o nível de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aquela perda não tem efeitos no balanço de demonstrações financeiras, pois ocorre coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características similares a seguir:
 • Ativos financeiros - o valor recuperável de uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.
 • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando o passivo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, mas desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido quando os novos termos prováveismente serão maiores ou menores que as sugeridas pelo valor contábil extinto e a contraprestação pag (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.
(xi) Ativos e passivos não financeiros (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:
 • Inadimplência ou atrasos em eventos;
 • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente;
 • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
 • Mudanças negativas na balança de pagamentos do devedor ou emissor;
 • Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
 • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.
 (ii) **Ativos não financeiros:** Companhia tem uma série de normas sobre o nível de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aquela perda não tem efeitos no balanço de demonstrações financeiras, pois ocorre coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características similares a seguir:
 • Ativos financeiros - o valor recuperável de uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou a qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.
 • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando o passivo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, mas desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido quando os novos termos prováveismente serão maiores ou menores que as sugeridas pelo valor contábil extinto e a contraprestação pag (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado

		Notas explicativas - Continuação																							
		Valor justo em 31 de dezembro de 2021		Sem merc. Sem merc.																					
		Merc. ativo	ativo - Téc.	ativo - Inputs	ativo - Inputs																				
		Saldo em 2021	- Preço cotado (nível 1)	de avaliação (nível 2)	não observáveis (nível 3)																				
mentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.																									
		Valor Justo		Valor contábil																					
		2021	2020	2021	2020																				
Ativos financeiros																									
Circulante																									
Caixa e bancos		31	55	31	55																				
Aplicações financeiras		2.142	1.116	2.142	1.116																				
Contas a receber de clientes		1.280	1.188	1.280	1.188																				
Não circulante																									
Aplicações financeiras vinculadas		2.892	3.187	2.892	3.187																				
Partes relacionadas (nota 9)		1.402	-	1.402	-																				
Passivos financeiros																									
Circulante																									
Fornecedores		69	83	69	83																				
Financiamentos		2.343	2.346	2.343	2.346																				
Partes relacionadas (nota 9)		-	141	-	141																				
Não circulante																									
Financiamentos		40.636	42.824	40.636	42.824																				
b. Categorias de instrumentos financeiros - A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:																									
		2021		2020																					
		Valor justo por meio do Resultado	Custo Amortizado(*)	Valor justo por meio do Resultado	Custo Amortizado(*)																				
		Total	Total	Total	Total																				
Ativos financeiros																									
Circulante																									
Caixa e bancos		31	-	31	55																				
Aplicações financeiras		2.142	-	2.142	1.116																				
Contas a receber de clientes		-	1.280	-	1.188																				
Não circulante																									
Aplicações finan. vinculadas		2.892	-	2.892	3.187																				
Partes relacionadas (nota 9)		-	1.402	-	-																				
Passivos financeiros																									
Circulante																									
Fornecedores		-	69	-	83																				
Financiamentos		-	2.343	-	2.346																				
Partes relacionadas (nota 9)		-	-	-	141																				
Não circulante																									
Financiamentos		-	40.636	-	42.824																				
(*)O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.																									
c. Mensuração pelo valor justo - A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:																									
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras																									
Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.																									
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras																									
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.																									
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.																									
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras																									
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem																									
ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.																									
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:																									
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.																									
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.																									
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.																									
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida																									
significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.																									
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.																									
Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.																									
Curitiba, 06 de abril de 2022.																									
		KPMG																							
Financiamentos		2021		2020																					
Fornecedores		42.979	45.170	69	83																				
<table border="1" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="2">Aplicações financeiras</td> <td>2.142</td> <td>1.116</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>2.892</td> <td>3.187</td> </tr> <tr> <td colspan="2">Contas a receber de clientes</td> <td>1.280</td> <td>1.188</td> </tr> </tbody> </table>								Valor contábil				2021	2020	Aplicações financeiras		2.142	1.116	Aplicações financeiras vinculadas		2.892	3.187	Contas a receber de clientes		1.280	1.188
		Valor contábil																							
		2021	2020																						
Aplicações financeiras		2.142	1.116																						
Aplicações financeiras vinculadas		2.892	3.187																						
Contas a receber de clientes		1.280	1.188																						
(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. Exposição ao risco de taxa de juros - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:																									
		2021		2020																					
Ativo		2.142		1.116																					
Aplicações financeiras		2.892		3.187																					
Aplicações financeiras vinculadas		5.034		4.303																					
Passivo																									
Financiamentos		42.979		45.170																					
A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.																									
Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2021																									
		2021		2020																					
Operação		Valor exposto		Risco																					
Aplicações financeiras		5.034		Redução do CDI 346																					
Financiamentos		42.979		Aumento da TJLP 3.266																					
(*)Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a. e os índices de TJLP considerados foram de 6,08% a.a.																									
Em 31 de dezembro de 2021																									
		2021		2020																					
Operação		Valor exposto		Risco																					
Aplicações financeiras		5.034		Redução do CDI 346																					
Financiamentos		42.979		Aumento da TJLP 3.266																					
(*)Os índices de TJLP considerados foram de 6,08% a.a.																									
Diretoria																									
Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha		Diretora		SuSheng Huang																					
				Diretor																					
		Viviane Cristina Ferreira		Contadora - CRC PR - 045.363-0																					

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2585-1162-76F9-088C> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2585-1162-76F9-088C



Hash do Documento

F4F11942DCFAFE442C7357C75EE606290668322EE4AC942DA2BEB5B90B49D0D2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:27 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.941.700.001-67

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80.530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamos-na inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba, 06 de abril de 2022. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			Demonstrações do Resultado Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo				Receita líquida de venda de energia	15	11.796	9.677
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.271	3.764	Juros de renda e contribuição social	16	(508)	(420)
Contas a receber de clientes	8	1.311	1.215	Recursos (despesas) operacionais	16	6.728	4.974
Despesas antecipadas	5	182	108	Despesas gerais e administrativas	16	(25)	(21)
Adiantamento a fornecedores	5	5	5	Outras despesas operacionais, líquidas	16	(287)	(115)
Tributos e contribuições a compensar	-	-	4	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	16	6.498	4.758
Total do ativo circulante		6.769	5.096	lucros e impostos	17	301	77
Aplicações financeiras vinculadas	10	2.909	3.204	Despesas financeiras	17	(3.888)	(4.078)
Despesas antecipadas	6	66	-	Receitas financeiras	17	301	77
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.407	-	Despesas financeiras líquidas	17	(3.587)	(4.001)
Total do realizável de longo prazo		4.372	3.204	Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(466)	(362)
Imobilizado	11	69.051	71.923	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	1	(4)
Total do ativo não circulante		69.051	71.923	Lucro líquido do exercício	18	2.446	391
Total do ativo		80.198	80.223	Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0648	0,0104
				<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>			
				Demônios do resultado abrangente Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
				Lucro líquido do exercício	2021	2020	
				Outros resultados abrangentes	2.446	391	
				Resultado abrangente total	2.446	391	
				<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>			
				Demônios das mutações do patrimônio líquido Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
				Saldo em 31 de dezembro de 2019	37.735	(3.168)	34.567
				Lucro líquido do exercício	-	391	391
				Saldo em 31 de dezembro de 2020	37.735	(2.778)	34.957
				Lucro líquido do exercício	-	2.446	2.446
				Saldo em 31 de dezembro de 2021	37.735	(332)	37.403
				<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>			

apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJR se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atíngido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são...

apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJR se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atíngido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são...

apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJR se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atíngido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são...

apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJR se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atíngido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são...

apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJR se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atíngido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são...

apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJR se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atíngido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são...

apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJR se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atíngido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são...

apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJR se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atíngido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são...

apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJR se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atíngido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são...

apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJR se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atíngido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são...

apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJR se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atíngido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são...

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código FFA4-7F0C-01AE-B6A2.

		Valor Justo		Valor contábil			
		2021	2020	2021	2020		
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e bancos		16	53	16	53		
Aplicações financeiras		5.255	3.711	5.255	3.711		
Contas a receber de clientes		1.311	1.215	1.311	1.215		
Não circulante							
Aplicações financeiras vinculadas		2.909	3.204	2.909	3.204		
Partes relacionadas (nota 9)		1.402	-	1.402	-		
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores		37	67	37	67		
Financiamentos		2.263	2.263	2.263	2.263		
Partes relacionadas (nota 9)		-	17	-	17		
Não circulante							
Financiamentos		39.108	41.218	39.108	41.218		
b. Categorias de instrumentos financeiros - A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:							
		2021		2020			
		Valor justo por meio do Resultado	Custo Amortizado(*)	Valor justo por meio do Resultado	Custo Amortizado(*)	Total	
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e bancos		16	-	16	53	-	53
Aplicações financeiras		5.255	-	5.255	3.711	-	3.711
Contas a receber de clientes		-	1.311	-	1.311	-	1.215
Não circulante							
Aplicações finan. vinculadas		2.909	-	2.909	3.204	-	3.204
Partes relacionadas (nota 9)		-	1.402	-	1.402	-	-
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores		-	37	-	37	-	67
Financiamentos		-	2.263	-	2.263	-	2.263
Partes relacionadas (nota 9)		-	-	-	-	-	17
Não circulante							
Financiamentos		-	39.108	-	39.108	-	41.218
(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.							
c. Mensuração pelo valor justo - A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:							
Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.							
Curitiba - PR							
Opinião							
Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.							
Base para opinião							
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de							
Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.							
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras							
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.							
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.							
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras							
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem							
ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.							
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:							
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.							
- Obtenhamos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.							
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.							
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida							
significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.							
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.							
Comunicamos com a Administração respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.							
Curitiba, 06 de abril de 2022.							
							
		KPMG Auditores Independentes Ltda.				João Alberto Dias Panceri	
		CRC SP-014428/O-6 F-PR				Contador CRC PR-04855/O-2	

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/FFA4-7F0C-01AE-B6A2> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: FFA4-7F0C-01AE-B6A2



Hash do Documento

C630DD19DF7A17522765F9A2CF7803241E384E2E9D9CB0713221FA08C5E03166

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:32 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.891.491/0001-36

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80.530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório de Administração - Exercício de 2021

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamos-na a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 06 de abril de 2022. A Administração.

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida de venda de energia	15	6.449	5.634
Custos de produção de energia	16	(3.877)	(3.092)
Receitas (despesas) operacionais	16	2.563	2.542
Despesas gerais e administrativas	16	(181)	(153)
Outras despesas operacionais, líquidas	16	18	(11)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	17	2.700	2.388
Despesas financeiras	17	(2.281)	(2.383)
Receitas financeiras	17	111	43
Resultados financeiros líquidos	17	(1.690)	(2.340)
Resultado antes dos impostos	18	530	48
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(242)	(203)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	2	(3)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	18	290	(158)
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0103	(0,0056)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	290	(158)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	290	(158)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Saldo em 01/01/2020	Nota	Adiantamento para aumento de capital			Prejuízo do exercício	Total
		Capital social	Reserva de capital	Prejuízo acum.		
		21.561	140	(1.421)	20.280	
	14	6.682	-	-	6.682	
		-	(140)	(140)	-	
		28.243	-	(1.561)	26.682	
		-	-	(290)	-	
Saldo em 31/12/2021		28.243	-	(1.289)	26.954	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2021	2020
Aplicações financeiras vinculadas	1.733	1.907

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa nº 13) e Conta Reserva Especial para pagamento Debentures Complexo Santa Vitória do Palmar controlado em contrato. Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Brasileiro e não possuem movimentação financeira mediante autorização expressa do BNDES (nota explicativa nº 13) e do Interamericano de Desenvolvimento - BID. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

(ii) Imobilizado

	2021	2020
Edif. obras civis e benfeitorias	7.086	6.191
Aerogeradores	50.919	49.144
Total	58.005	55.335

Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como ativo financeiro a custo amortizado.

• E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são recebidos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir tanto pelo recebimento de fluxo de caixa decorrente de juros efetivos quanto pelo recebimento de fluxos de caixa decorrentes de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas decorrentes dos riscos e benfeitorias reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda não é reconhecido e é reconhecido no resultado.

• Restrição de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normalmente; ou

• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; ou

• Despesas negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; ou

• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de que o custo amortizado é apropriado quando o ativo é mensurado ao nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução do valor recuperável. Aquellos que não tenham sofrido perda por valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a perda por redução do valor recuperável.

(iii) Ativos não financeiros: A Companhia não reconhece ativos não financeiros a menos que não sejam transferidos em condições de troca e não sejam transferidos em condições de troca que não sejam transferidos em condições de troca que não sejam transferidos em condições de troca que não sejam transferidos em condições de troca.

(iv) Movimentação da depreciação

	2021	2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.086	6.191
Aerogeradores	50.919	49.144
Total	58.005	55.335

Edificações, obras civis e benfeitorias

Aerogeradores

Total

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.283	826
Contas a receber de clientes	8	797	717
Despesas antecipadas	1	109	65
Adiantamento a fornecedores		3	34
Tributos e contribuições a compensar	33	1	1
Total do ativo circulante	2.192	1.643	
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.733	1.907
Despesas antecipadas		40	-
Contas a receber de partes relacionadas	9	842	-
Total do realizável de longo prazo	2.615	1.907	
Imobilizado	11	49.144	51.149
Total do ativo não circulante	49.144	51.149	
Total do ativo	53.951	54.699	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequente - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mud...

1 Contexto operacional
A Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. ("SVP IX" ou "Companhia"), com sede em Curitiba-PR na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de novembro de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aua Mirim VI, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP IX foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEL, com a autorização do projeto por 35 anos, assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em julho de 2017 com uma potência anual estimada de 3,4 MW (em não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

2 Base de preparação
Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 06 de abril de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Continuidade operacional e dependência econômica
As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa nº 13. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui um histórico de prejuízo líquido de R\$ 158 em 2020 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 653 (R\$ 82 em 2020). Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando normalmente.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos
Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas disponíveis em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação de políticas contábeis adotadas e o reconhecimento de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado (impairment ativo imobilizado);

• Nota Explicativa nº 12 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das súdilas de recursos);

5 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio de medição por custos amortizados pelo valor justo.

6 Resumo das principais políticas contábeis
As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento da receita de vendas
A receita de vendas é reconhecida no curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens e serviços a clientes de forma a refletir a transferência de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo de reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação em obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida para os seguintes clientes: (i) Companhia de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - AACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na ANEEL. (Características das vendas de energia) As vendas de energia da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante o período de vigência do contrato; (iii) Obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito do cliente. A despesa com imposto de renda e contribuição social é reconhecida na data de realização da receita, com consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12, a quando é superior a garantia física, a receita de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta da geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratuais.

c. Impostos de renda e contribuição social
(i) Impostos e contribuições sobre as receitas
Os impostos de renda e contribuição social (PIS e COFINS), pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro
Em 2021 e 2020, os impostos de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro presumido, com imposto de renda e contribuição social compreendendo os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diferidos reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. Os impostos a pagar ou a receber a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo líquido pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas inerentes às aplicações de leis tributárias.

(iv) Imposto diferido
O imposto diferido é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Imobilizado
(i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment). Os custos incluem gastos diretos e indiretos incorridos para a aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamento sobre ativos qualificados.

(ii) Depreciação
O custo de aquisição de um item do imobilizado é dividido em partes úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Depreciação
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) Depreciação
O custo de ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, e utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas avaliadas pelo Grupo e aceitas pelo mercado como viáveis desde econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados:

Classificação do imobilizado	Taxa anual de depreciação
Aerogeradores	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Provisões
As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao risco de não recebimento ou não pagamento, para o passivo líquido. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

f. Ressarcimento - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior ao superávit da garantia física prestabeleceba nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

g. Benefícios e empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como dívida de curto prazo e reconhecidas inicialmente quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fornecedores	24	24	27
Provisões	12	1.281	1.142
Financiamentos	13	1.388	1.394
Obrigações sociais e trabalhistas	11	17	17
Obrigações fiscais	23	58	60
Imposto de renda e contribuição social a pagar	60	40	40
Tributos diferidos	28	38	39
Contas a pagar à partes relacionadas	9	10	10
Total do passivo circulante	2.845	1.725	
Provisões	12	-	860
Financiamentos	13	24.115	25.411
Obrigações sociais e trabalhistas	11	38	39
Total do passivo não circulante	24.152	26.310	
Capital social	28.243	28.243	
Prejuízos acumulados	(1.289)	(1.579)	
Total do patrimônio líquido	14	26.953	26.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Total do passivo e patrimônio líquido

	2021	2020
Total do passivo e patrimônio líquido	53.951	54.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequente - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mud...

1 Contexto operacional
A Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A. ("SVP IX" ou "Companhia"), com sede em Curitiba-PR na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 7 de novembro de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aua Mirim VI, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A SVP IX foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2013 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de maio de 2018 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em julho de 2017 com uma potência anual estimada de 3,4 MW (em não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

2 Base de preparação
Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também utiliza as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 06 de abril de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Continuidade operacional e dependência econômica
As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa nº 13. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui um histórico de prejuízo líquido de R\$ 158 em 2020 e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 653 (R\$ 82 em 2020). Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para a Companhia, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando normalmente.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos
Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e

cas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	Valor justo		Valor contábil	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	12	21	12	21
Aplicações financeiras	1.271	805	1.271	805
Contas a receber de clientes	767	717	767	717
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	1.733	1.907	1.733	1.907
Partes relacionadas (nota 9)	842	-	842	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	24	27	24	27
Financiamentos	1.388	1.392	1.388	1.392
Partes relacionadas (nota 9)	-	10	-	10
Não circulante				
Financiamentos	24.115	25.411	24.115	25.411

b. Categorias de instrumentos financeiros - A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2021		2020	
	Valor justo por meio do Resultado	Custo Amortizado(*)	Valor justo por meio do Resultado	Custo Amortizado(*)
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	12	21
Aplicações financeiras	1.271	-	1.271	805
Contas a receber de clientes	-	767	767	-
Não circulante				
Aplicações finan. vinculadas	1.733	-	1.733	1.907
Partes relacionadas (nota 9)	-	842	842	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	24	-	27
Financiamentos	-	1.388	-	1.392
Partes relacionadas (nota 9)	-	-	-	10
Não circulante				
Financiamentos	-	25.115	-	25.411

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.
c. Mensuração pelo valor justo - A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2021			
	Saldo em 2021	Merc. ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem merc. ativo - Téc. de avaliação (nível 2)	Sem merc. ativo - Inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	12	12	-	-
Aplicações financeiras	1.271	1.271	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.733	1.733	-	-
	1.733	1.733	-	-
	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Merc. ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem merc. ativo - Téc. de avaliação (nível 2)	Sem merc. ativo - Inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	21	21	-	-
Aplicações financeiras	805	805	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.907	1.907	-	-
	1.907	1.907	-	-

• **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
• **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
• **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:
• **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
• **Nível 2. Sem mercado ativo; Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de

avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
• **Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis)** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos
A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.
(i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.
(ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2021	2020
Aplicações financeiras	1.271	805
Aplicações financeiras vinculadas	1.733	1.907
Contas a receber de clientes	767	717

(iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

	Valor contábil	
	2021	2020
Financiamentos	25.502	26.803
Fornecedores	24	27

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Aplicações financeiras	1.271	805	1.271	805
Aplicações financeiras vinculadas	1.733	1.907	1.733	1.907
	3.004	2.712	3.004	2.712
Financiamentos	25.502	26.803	25.502	26.803

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remota um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2021

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplic. financeiras	3.004	Redução do CDI	206	137

(*) Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a.
Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2021

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Financiamentos	25.502	Aumento da TJLP	1.938	2.236

(*) Os índices de TJLP considerados foram de 6,08% a.a.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha	SuSheng Huang
Diretora	Diretor

Viviane Cristina Ferreira
Contadora - CRC PR - 045.363-0

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com a Administração respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Curitiba, 06 de abril de 2022.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D11D-A225-049E-6ED2> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D11D-A225-049E-6ED2



Hash do Documento

992C2A3DA15E33DB8BE28A5686332DB7AF72B08B962194D290279F6FCB66A127

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:32 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.917.214/0001-55
Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80.530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Relatório da Administração - Exercício de 2021

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colcamos-na a inteira disposição dos senhores acionistas para prestar quaisquer informações ou esclarecimentos relativos às contas e aos atos praticados no exercício findo. Curitiba (PR), 06 de abril de 2022. A Administração.

Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: Nota, 2021, 2020. Rows: Ativo, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Despesas antecipadas, Adiantamentos a fornecedores, Total do ativo circulante, Aplicações financeiras vinculadas, Despesas antecipadas, Contas a receber de partes relacionadas, Total do realizável de longo prazo, Imobilizado, Total do ativo não circulante, Total do Ativo.

Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: Nota, 2021, 2020. Rows: Passivo, Fornecedores, Provisões, Financiamentos, Obrigações sociais e trabalhistas, Obrigações fiscais, Imposto de renda e contribuição social a pagar, Adiantamentos de clientes, Contas a pagar à partes relacionadas, Total do passivo circulante, Provisões, Financiamentos, Total do passivo não circulante, Capital social, Prejuízos acumulados, Total do patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional
A Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A. ("SVP X" ou "Companhia"), com sede em Curitiba-PR na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 07 de março de 2014 e tem como objeto a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Aura Mirim VIII, na cidade de Santa Vitória do Palmar-RS, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia.

à sua aquisição ou emissão. Um contato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.
Classificação e mensuração subsequente
Não reconhecido inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

2 Base de preparação
2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 06de abril de 2022. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reconhecido nos pedidos por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento de um ativo financeiro é reconhecido no resultado.
A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
4 Uso de estimativas críticas e julgamentos
A preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.
As informações sobre julgamentos na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota Explicativa n° 11 - Imobilizado (impairment ativo imobilizado);
• Nota explicativa n° 12 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de mercado em vigor, conforme o caso);
5 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio de resultados abrangidos pelo valor justo.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reconhecido nos pedidos por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento de um ativo financeiro é reconhecido no resultado.
A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.
Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Passivos financeiros são classificados em dados específicos, fluxos de caixa ou relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• Seu termo contratual geram, em, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui mensurados ao VJORA.
Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Ativos financeiros a VJR
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado

6 Resumo das principais políticas contábeis
As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.
Reconhecimento e reconhecimento
A receita de venda advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda é reconhecida quando representa a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes sob a forma de vendas, e quando há transferência de controle do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de venda de energia.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reconhecido nos pedidos por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento de um ativo financeiro é reconhecido no resultado.
A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.
Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Passivos financeiros são classificados em dados específicos, fluxos de caixa ou relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• Seu termo contratual geram, em, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui mensurados ao VJORA.
Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Ativos financeiros a VJR
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado

7. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e bancos
Aplicações financeiras (i)
Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com a alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.
(i) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos de aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI no exercício.
8. Contas a receber de clientes
Contas a receber
Com a aquisição ou emissão. Um contato a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.
Classificação e mensuração subsequente
Não reconhecido inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao Valor Justo através do Resultado Abrangente (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo através do Resultado (VJR).

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reconhecido nos pedidos por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento de um ativo financeiro é reconhecido no resultado.
A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.
Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Passivos financeiros são classificados em dados específicos, fluxos de caixa ou relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• Seu termo contratual geram, em, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui mensurados ao VJORA.
Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Ativos financeiros a VJR
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado

9 Partes relacionadas
A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a razão de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre a Companhia e o grupo econômico da Companhia.
10. Provisão para desmantelamento
Provisão para desmantelamento
Provisão para desmantelamento só constituída quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vãs de acesso no imóvel e, neste contexto limitar-se à utilização de horas de guindaste e mão-de obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19°, não reconhecidas em provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam indevidamente no balanço de abertura e não reconhecidas no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento do exercício.
A composição do saldo de provisões é como segue:
2021 2020
Saldo em 31 de dezembro de 2020 725 725
Reversão (68) (68)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 657 657

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reconhecido nos pedidos por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento de um ativo financeiro é reconhecido no resultado.
A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.
Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Passivos financeiros são classificados em dados específicos, fluxos de caixa ou relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• Seu termo contratual geram, em, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui mensurados ao VJORA.
Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Ativos financeiros a VJR
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado

11. Impostos e contribuições sobre as receitas
As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas aliquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.
(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro
Em 2021 e 2020 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foi transferido para os exercícios anteriores. O montante dos impostos corretos a legislação vigente, às alquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro.
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido em outro exercício.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reconhecido nos pedidos por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento de um ativo financeiro é reconhecido no resultado.
A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.
Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Passivos financeiros são classificados em dados específicos, fluxos de caixa ou relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• Seu termo contratual geram, em, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui mensurados ao VJORA.
Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Ativos financeiros a VJR
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado

12. Provisão de ressarcimento
Provisão para ressarcimento
Provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios de custo de geração de energia da Companhia, além de considerados os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.
Recursos Redução de custos
Recursos Redução de custos é a diferença entre o valor de caixa atualizado e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado a taxa de desconto WACC. O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução do valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reconhecido nos pedidos por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento de um ativo financeiro é reconhecido no resultado.
A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.
Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Passivos financeiros são classificados em dados específicos, fluxos de caixa ou relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• Seu termo contratual geram, em, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui mensurados ao VJORA.
Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Ativos financeiros a VJR
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado

13. Instrumentos financeiros
Reconhecimento e mensuração inicial
O contato a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo financeiro (a menos que seja um contato a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuídos

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reconhecido nos pedidos por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento de um ativo financeiro é reconhecido no resultado.
A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.
Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Passivos financeiros são classificados em dados específicos, fluxos de caixa ou relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
• Seu termo contratual geram, em, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui mensurados ao VJORA.
Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Ativos financeiros a VJR
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado

Demonsrtações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: Nota, 2021, 2020. Rows: Receita líquida de venda de energia, Custo da geração de energia, Receitas (despesas) operacionais, Despesas gerais e administrativas, Outras receitas (despesas) operacionais, Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, Despesas financeiras, Resultado líquido do exercício, Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais).

Demonsrtações do resultado abrange Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Demonsrtações do resultado abrange Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: 2021, 2020. Rows: Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente total.

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: Capital social, Reserva de lucros, Prejuízo acumulado, Total. Rows: Saldos em 01/01/2020, Integração de capital, Adiantamento para futuro aumento de capital, Lucro líquido do exercício, Saldos em 31/12/2020, Lucro líquido do exercício, Saldos em 31/12/2021.

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: Tx. anual de depreciação, Custo acumulado, Depreciação, Saldo líquido. Rows: Edif, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

(ii) Movimento do custo

(ii) Movimento do custo
Table with columns: Saldo em 01/01/2020, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 31/12/2020. Rows: Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

(iii) Movimentação da depreciação

(iii) Movimentação da depreciação
Table with columns: Saldo em 01/01/2020, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 31/12/2020. Rows: Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

a. Valor recuperável de ativos (impairment)

Valores recuperáveis de ativos (impairment)
Ativos financeiros são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio de resultados abrangidos pelo valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

12. Provisões

Provisão para desmantelamento
Provisão para desmantelamento só constituída quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vãs de acesso no imóvel e, neste contexto limitar-se à utilização de horas de guindaste e mão-de obra.

13. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contato a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: Capital social, Reserva de lucros, Prejuízo acumulado, Total. Rows: Saldos em 01/01/2020, Integração de capital, Adiantamento para futuro aumento de capital, Lucro líquido do exercício, Saldos em 31/12/2020, Lucro líquido do exercício, Saldos em 31/12/2021.

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: Tx. anual de depreciação, Custo acumulado, Depreciação, Saldo líquido. Rows: Edif, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

(ii) Movimento do custo

(ii) Movimento do custo
Table with columns: Saldo em 01/01/2020, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 31/12/2020. Rows: Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

(iii) Movimentação da depreciação

(iii) Movimentação da depreciação
Table with columns: Saldo em 01/01/2020, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 31/12/2020. Rows: Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

a. Valor recuperável de ativos (impairment)

Valores recuperáveis de ativos (impairment)
Ativos financeiros são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio de resultados abrangidos pelo valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

12. Provisões

Provisão para desmantelamento

Provisão para desmantelamento só constituída quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vãs de acesso no imóvel e, neste contexto limitar-se à utilização de horas de guindaste e mão-de obra.

13. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contato a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: Capital social, Reserva de lucros, Prejuízo acumulado, Total. Rows: Saldos em 01/01/2020, Integração de capital, Adiantamento para futuro aumento de capital, Lucro líquido do exercício, Saldos em 31/12/2020, Lucro líquido do exercício, Saldos em 31/12/2021.

Demonsrtações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Demonsrtações dos fluxos de caixa - Método indireto
Table with columns: Nota, 2021, 2020. Rows: Lucro líquido do exercício, Ajustes para: Depreciações, Juros e variações monetárias, Amortização de custos de transação, Provisão para ressarcimento, Imposto de renda e contribuição social correntes, Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Variações em:

Variações em:
Table with columns: 2021, 2020. Rows: Contas a receber de clientes, Despesas antecipadas, Fornecedores e contribuições a compensar, Obrigações fiscais, Obrigações sociais e trabalhistas, Tributos diferidos, Caixa proveniente das atividades operacionais, Impostos pagos sobre o lucro, Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento: Aquisição de imobilizado, Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento, Fluxos de caixa das atividades de financiamento: Aplicações financeiras vinculadas, Partes relacionadas, Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital, Pagamento de principal sobre financiamentos, Pagamento de juros sobre financiamentos, Fluxo de caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento, Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa, Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício.

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: Capital social, Reserva de lucros, Prejuízo acumulado, Total. Rows: Saldos em 01/01/2020, Integração de capital, Adiantamento para futuro aumento de capital, Lucro líquido do exercício, Saldos em 31/12/2020, Lucro líquido do exercício, Saldos em 31/12/2021.

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: Tx. anual de depreciação, Custo acumulado, Depreciação, Saldo líquido. Rows: Edif, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

(ii) Movimento do custo

(ii) Movimento do custo
Table with columns: Saldo em 01/01/2020, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 31/12/2020. Rows: Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

(iii) Movimentação da depreciação

(iii) Movimentação da depreciação
Table with columns: Saldo em 01/01/2020, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 31/12/2020. Rows: Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

a. Valor recuperável de ativos (impairment)

Valores recuperáveis de ativos (impairment)
Ativos financeiros são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio de resultados abrangidos pelo valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

12. Provisões

Provisão para desmantelamento

Provisão para desmantelamento só constituída quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vãs de acesso no imóvel e, neste contexto limitar-se à utilização de horas de guindaste e mão-de obra.

13. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contato a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: Capital social, Reserva de lucros, Prejuízo acumulado, Total. Rows: Saldos em 01/01/2020, Integração de capital, Adiantamento para futuro aumento de capital, Lucro líquido do exercício, Saldos em 31/12/2020, Lucro líquido do exercício, Saldos em 31/12/2021.

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: Tx. anual de depreciação, Custo acumulado, Depreciação, Saldo líquido. Rows: Edif, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

(ii) Movimento do custo

(ii) Movimento do custo
Table with columns: Saldo em 01/01/2020, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 31/12/2020. Rows: Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

(iii) Movimentação da depreciação

(iii) Movimentação da depreciação
Table with columns: Saldo em 01/01/2020, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 31/12/2020. Rows: Edificações, obras civis e benfeitorias, Aerogeradores.

a. Valor recuperável de ativos (impairment)

Valores recuperáveis de ativos (impairment)
Ativos financeiros são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio de resultados abrangidos pelo valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

12. Provisões

Provisão para desmantelamento

Provisão para desmantelamento só constituída quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vãs de acesso no imóvel e, neste contexto limitar-se à utilização de horas de guindaste e mão-de obra.

13. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contato a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Demonsrtações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)
Table with columns: Capital social, Reserva de lucros, Prejuízo acumulado, Total. Rows: Saldos em 01/01/2020, Integração de capital, Adiantamento para futuro aumento de capital, Lucro líquido do exercício, Saldos em 31/12/2020, Lucro líquido do exercício, Saldos em 31/12/2021.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell'Agnolo Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7AC0-2A0A-3857-67F3.

Notas explicativas - Continuação

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros
Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	Valor Justo		Valor contábil	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	18	38	18	38
Aplicações financeiras	1.673	867	1.673	867
Contas a receber de clientes	766	712	766	712
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	1.707	1.880	1.707	1.880
Partes relacionadas (nota 9)	842	-	842	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	27	40	27	40
Financiamentos	1.365	1.371	1.365	1.371
Partes relacionadas (nota 9)	-	13	-	13
Não circulante				
Financiamentos	23.277	24.553	23.277	24.553

b. Categorias de instrumentos financeiros
A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	2021		2020	
	Valor justo por meio do Resultado Amortizado(*)	Custo Total	Valor justo por meio do Resultado Amortizado(*)	Custo Total
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	18	18	38	38
Aplicações financeiras	1.673	1.673	867	867
Contas a receber de clientes	766	766	712	712
Não circulante				
Aplicações finan. vinculadas	1.707	1.707	1.880	1.880
Partes relacionadas(nota 9)	842	842	-	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	27	27	40	40
Financiamentos	1.365	1.365	1.371	1.371
Partes relacionadas(nota 9)	-	-	13	13
Não circulante				
Financiamentos	23.277	23.277	24.553	24.553

(*)O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo
A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2021			
	Saldo em 2021	Merc. ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem merc. ativo - Téc. de avaliação (nível 2)	Sem merc. ativo - Inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	18	18	-	-
Aplicações financeiras	1.673	1.673	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.707	1.707	-	-

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
	Saldo em 2020	Merc. ativo - Preço cotado (nível 1)	Sem merc. ativo - Téc. de avaliação (nível 2)	Sem merc. ativo - Inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	38	38	-	-
Aplicações financeiras	867	867	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	1.880	1.880	-	-

*** Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

*** Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

*** Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado ativo - Preço cotado** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreciamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreciação de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.
- Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos
A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como parte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional
O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito
Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decorrido da Companhia:

	Valor contábil	
	2021	2020
Aplicações financeiras	1.673	867
Aplicações financeiras vinculadas	1.707	1.880
Contas a receber de clientes	766	712

(iii) Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2021	2020
Fornecedores	27	40
Financiamentos	24.642	25.924

(iv) Risco de mercado
Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos da Companhia, tais como alterações decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Exposição ao risco de taxa de juros
Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2021	2020
Ativo		
Aplicações financeiras	1.673	867
Aplicações financeiras vinculadas	1.707	1.880
	3.380	2.747
Passivo		
Financiamentos	24.642	25.924

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021				
Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	3.380	Redução do CDI	232	155

(*)Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a. Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021				
Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Financiamentos	24.642	Aumento da TJLP	1.873	2.247

(*)Os índices de TJLP considerados foram de 6,08% a.a.

Diretoria			
Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha	Diretora		
SuiSheng Huang	Diretor		
Viviane Cristina Ferreira			
Contadora			
CRC PR - 045.363-O			

Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.
Curitiba - PR

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de

Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem

ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 06 de abril de 2022.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda. João Alberto Dias Panceri
CRC SP-014428/O-6-F-PR Contador CRC PR-048555/O-2

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7AC0-2A0A-3857-67F3> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7AC0-2A0A-3857-67F3



Hash do Documento

314E1E9D73F56860B6DC96B59E9872713A4BED613DEB82B0EDA3802B8EBF9FCC

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:32 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



Regime de tributação pelo lucro presumido		2021		2020	
Recicla com venda de energia (*)	19.412	18.508			
Outras receitas	428	164			
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	1.981	1.644			
Base de cálculo CSLL 12% (*)	2.758	2.385			
Imposto de renda (10%) e contribuição social (9%) = 24%	545	461			
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	174	141			
Imposto de renda e contribuição social correntes	719	602			
Taxa efetiva	15,18%	14,93%			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	(1)	5			

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.

(**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

19 Instrumentos financeiros
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros
Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

Descrição	Valor Justo		Valor contábil	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	18	110	18	110
Aplicações financeiras	2.965	1.654	2.965	1.654
Contas a receber de clientes	2.110	1.988	2.110	1.988
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	4.881	5.323	4.881	5.323
Partes relacionadas (nota 9)	2.152	-	2.152	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	57	134	57	134
Financiamentos	3.981	3.868	3.981	3.868
Partes relacionadas (nota 9)	-	34	-	34
Não circulante				
Financiamentos	64.359	68.153	64.359	68.153

b. Categorias de instrumentos financeiros
A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2021		Valor justo em 31 de dezembro de 2020	
	Merc. ativo - Preço cotado	Sem merc. ativo - Inputs não observáveis	Merc. ativo - Preço cotado	Sem merc. ativo - Inputs não observáveis
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	18	110	18	110
Aplicações financeiras	2.965	1.654	2.965	1.654
Aplicações financeiras vinculadas	4.881	5.323	4.881	5.323
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	57	134	57	134
Financiamentos	3.981	3.868	3.981	3.868
Partes relacionadas (nota 9)	-	34	-	34
Não circulante				
Financiamentos	64.359	68.153	64.359	68.153

Notas explicativas - Continuação

insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontamente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreciação. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apuração de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis)**. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos
A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos que estão sujeitas às operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como parte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional
O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado parque eólico.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito
Risco de crédito refere-se a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

Descrição	Valor contábil	
	2021	2020
Aplicações financeiras	2.965	1.654
Aplicações financeiras vinculadas	4.881	5.323
Contas a receber de clientes	2.110	1.988

(iii) Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contr

tos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

Descrição	Valor contábil	
	2021	2020
Fornecedores	57	134
Financiamentos	68.340	72.021

(iv) Risco de mercado
Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros
Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

Descrição	2021		2020	
	Valor contábil	Risco 25% (*)	Valor contábil	Risco 25% (*)
Ativo				
Aplicações financeiras	2.965	1.654	2.965	1.654
Aplicações financeiras vinculadas	4.881	5.323	4.881	5.323
Passivo				
Financiamentos	68.340	72.021	68.340	72.021

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Valor exposto	Risco 25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	7.846	538	359

(*) Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Valor exposto	Risco 25% (*)	50% (*)
Financiamentos	68.340	5.194	6.233

(*) Os índices de TJLP considerados foram de 6,08% a.a.

Em 31 de dezembro de 2021

Diretoria			
Nome	Função	Nome	Função
Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha	Diretora	SuiSheng Huang	Diretor
Viviane Cristina Ferreira Contadora - CRC PR - 045.363-0			

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com a Administração respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 06 de abril de 2022.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda. João Alberto Dias Panceri
CRC SP-014428/O-6 F-PR Contador CRC PR-048555/O-2

Aos Administradores e Acionistas da Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A. Curitiba - PR

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profis-

sional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4592-7FCA-64C6-C513> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4592-7FCA-64C6-C513



Hash do Documento

6911409FD424AF82603EBD79A178DDB3734BDD82A490B6479166C82EEAE6396C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:32 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros
 Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que se aproxima ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

Descrição	Valor Justo		Valor contábil	
	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	17	62	17	62
Aplicações financeiras	6.175	3.039	6.175	3.039
Contas a receber de clientes	2.554	2.436	2.554	2.436
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	5.757	6.302	5.757	6.302
Partes relacionadas (nota 9)	2.909	-	2.909	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	68	91	68	91
Financiamentos	4.486	4.483	4.486	4.483
Partes relacionadas (nota 9)	-	28	-	28
Não circulante				
Financiamentos	74.584	78.762	74.584	78.762

b. Categorias de instrumentos financeiros
 A seguir, demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

Descrição	2021		2020	
	Valor justo por meio do Amortizado(*)	Custo Total	Valor justo por meio do Amortizado(*)	Custo Total
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	17	-	17	62
Aplicações financeiras	6.175	-	6.175	3.039
Contas a receber de clientes	2.554	2.554	2.436	2.436
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	5.757	5.757	6.302	6.302
Partes relacionadas (nota 9)	2.909	2.909	2.909	2.909
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	68	-	91
Financiamentos	-	4.486	-	4.483
Partes relacionadas (nota 9)	-	-	-	28
Não circulante				
Financiamentos	-	74.584	-	78.762

(*)O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

c. Mensuração pelo valor justo
 A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia compreende:

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2021		Valor justo em 31 de dezembro de 2020	
	Merc. ativo em 2021	Sem merc. ativo - Preço cotado (nível 1) (nível 2)	Merc. ativo em 2020	Sem merc. ativo - Preço cotado (nível 1) (nível 2)
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	17	-	17	62
Aplicações financeiras	6.175	-	6.175	3.039
Aplicações financeiras vinculadas	5.757	-	5.757	6.302

Ativos financeiros
 Caixa e bancos
 Aplicações financeiras
 Aplicações financeiras vinculadas

Passivos financeiros
 Fornecedores
 Financiamentos
 Partes relacionadas (nota 9)

Não circulante
 Financiamentos

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
 Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
 A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem

classificadas nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos
 A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como parte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(i) Risco operacional
 O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodo parque eólico.

(ii) Risco de crédito
 Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

(iii) Risco de liquidez
 Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

(iv) Risco de mercado
 O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decorrido da Companhia:

	Valor contábil	
	2021	2020
Aplicações financeiras	6.175	3.039
Aplicações financeiras vinculadas	5.757	6.302
Contas a receber de clientes	2.554	2.436

(v) Risco de liquidez
 Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2021	2020
Fornecedores	68	91
Financiamentos	79.070	83.245

(vi) Risco de mercado
 Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como altera-

ções decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros
 Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2021	2020
Ativo		
Aplicações financeiras	6.175	3.039
Aplicações financeiras vinculadas	5.757	6.302
	11.932	9.341
Passivo		
Financiamentos	79.070	83.245

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e da TJLP, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Aplicações financeiras	11.932	Redução do CDI	819	546

(*)Os índices de CDI considerados foram de 9,15% a.a.

Análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Valor exposto	Risco	25% (*)	50% (*)
Financiamentos	79.070	Aumento da TJLP	6.009	7.211

(*)Os índices de TJLP considerados foram de 6,08% a.a.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha Diretora	SuiSheng Huang Diretor
Viviane Cristina Ferreira Contadora CRC PR - 045.363-0	

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 06 de abril de 2022.

KPMG
 KPMG Auditores Independentes Ltda.
 CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panzeri
 Contador CRC PR-04855/O-2

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/EF05-18CF-9FFA-AA02> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EF05-18CF-9FFA-AA02



Hash do Documento

2A82EEC87F3ADDF877EE2D6969BCE7B49516B5681D16509649A59E267A4A03B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/04/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 26/04/2022 15:38 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

